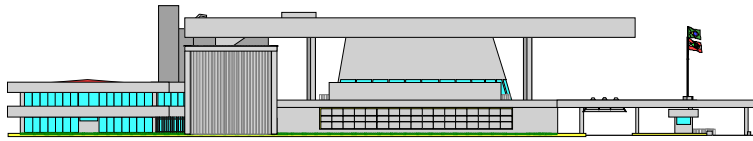


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 14 DE ABRIL DE 2011

NÚMERO 6.271

17ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa  
MESA

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**1º SECRETÁRIO**

Reno Caramori  
**2º SECRETÁRIO**

Antonio Aguiar  
**3º SECRETÁRIO**

Ana Paula Lima  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS  
TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL**  
Líder: Ângela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Romildo Titon – Presidente  
Dado Cherem - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
José Nei Alberton Ascari  
Dirceu Dresch  
Volnei Morastoni  
Maurício Eskudlark  
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin  
Ângela Albino  
Jean Kuhlmann  
Manoel Mota  
Mauro de Nadal  
Pe. Pedro Baldissera  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Adilor Guglielmi  
Altair Guidi  
José Milton Scheffer  
Darci de Matos  
Manoel Mota  
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-  
Presidente  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi  
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente  
Ângela Albino  
Altair Guidi  
Sílvio Dreveck  
Jorge Teixeira  
Manoel Mota  
Maurício Eskudlark

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

Gilmar Knaesel - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares  
Sílvio Dreveck  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Neodi Saretta  
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA**

Marcos Vieira - Presidente  
Maurício Eskudlark  
Sargento Amauri Soares  
Kennedy Nunes  
Jean Kuhlmann  
Ada Faraco De Luca  
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA,  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E  
ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente  
Ângela Albino  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Edison Andrino de Oliveira  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**

Gilmar Knaesel  
Altair Guidi  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Edison Andrino de Oliveira  
Ada Faraco De Luca  
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Carlos Chiodini  
Gilmar Knaesel  
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente  
Ada Faraco De Luca  
Maurício Eskudlark  
Ângela Albino  
Kennedy Nunes  
Ismael dos Santos  
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E  
DO MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente  
Narcizo Parisotto  
Kennedy Nunes  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino de Oliveira  
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

Ângela Albino - Presidente  
Sílvio Dreveck  
José Nei Alberton Ascari  
Manoel Mota  
Romildo Titon  
Pe. Pedro Baldissera  
Maurício Eskudlark

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Dado Cherem  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Mauro de Nadal  
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE DEFESA CIVIL**

Kennedy Nunes - Presidente  
Manoel Mota  
Aldo Schneider  
Dirceu Dresch  
Ângela Albino  
José Nei Alberton Ascari  
Dado Cherem

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA</b> <b>ANO XVIII - NÚMERO 2271</b> <b>EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 028ª Sessão Ordinária realizada em 13/04/2011 ..... 2 Ata da 006ª Sessão Extraordinária realizada em 13/04/2011 ..... 19 Ata da 007ª Sessão Extraordinária realizada em 13/04/2011 ..... 20 Ata da 003ª Sessão Especial realizada em 13/04/2011, às 16h ..... 20 Ata da 004ª Sessão Especial realizada em 13/04/2011, às 19h ..... 25</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Ata da Mesa DL..... 29</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Aviso de Licitação ..... 29 Ata de Comissão Permanente 29 Edital ..... 29 Extratos ..... 31 Ofícios ..... 31 Projetos de Lei ..... 31 Redação Final ..... 32</p>
---	--	--

## P L E N Á R I O

# ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2011

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Afirma que Santa Catarina mostrou unidade suprapartidária em prol da conclusão da duplicação da BR-101.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Revela-se frustrado com os resultados da reunião, em Brasília, sobre os rumos das obras da BR-101/sul.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Pede a federalização da BR-280; defende o PL 0086/2011, de sua autoria, que trata da saúde.

**DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSEIRA** - Pede mais tempo para que os produtores de leite possam adaptar-se às exigências da IN n.51.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Parabeniza o município de Bela Vista do Toldo pelo 17º aniversário de emancipação política.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (pela ordem) - Registra a presença de 15 vereadores da Câmara Mirim de Blumenau.

#### Partidos Políticos

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Manifesta-se sobre a audiência frustrante de Brasília acerca da BR-101/sul; comenta crime de latrocínio ocorrido em Balneário Camboriú; defende mais rigor na legislação para diminuir reincidência criminal; parabeniza comunidade de Ponte Serrada por equipar delegacia do município.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Externa sua decepção com a audiência sobre a BR-101, trecho sul.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Comenta a convenção nacional do PP; tece críticas à audiência em Brasília sobre a BR-101/sul.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Narra a concorrida convenção nacional do PP; expõe a frustração geral com a audiência na capital federal sobre a duplicação da BR-101.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Ressalta as dificuldades relativas às três obras de engenharia na BR-101/sul.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** - Defende o governo de Luiz Henrique; comenta a produção e a produtividade de SC em termos de alimentos.

**DEPUTADA ADA DE LUCA** (aparte) - Solidariza-se com a defesa do governo de Luiz Henrique.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Afirma que o projeto da descentralização garantiu o segundo mandato a Luiz Henrique.

**DEPUTADO MAURO DE NADAL** (pela ordem) - Registra a presença de autoridades de Modelo, Mondá e Romelândia.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** (pela ordem) - Anuncia a presença do prefeito de São Francisco do Sul.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Procede a uma análise dos 100 dias do governo de Raimundo Colombo.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** (aparte) - Crítica o governo federal por falta de planejamento em relação à BR-101/sul.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Discute o destino a ser dado à Escola Celso Ramos, em Florianópolis.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** - Faz uma reflexão a respeito da audiência ocorrida em Brasília; analisa os 100 dias do governo Raimundo Colombo.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (aparte) - Defende o governo de Raimundo Colombo/Eduardo Pinho Moreira.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (aparte) - Solicita critérios para avaliação de qualquer governo.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** (aparte) - Defende o governo de Luiz Henrique e mostra confiança na administração de Raimundo Colombo.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Lembra que haverá a votação do PLC 0008/2011.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (pela ordem) - Cumprimenta a presidente da Câmara Mirim de Blumenau; pede abertura de espaço para a manifestação do vereador blumenauense Jovino Cardoso Neto.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Sauda o vereador de Porto União, Joaquim Padilha, e o vereador de Itaiópolis, Wilson Matias Marciniak.

#### Ordem do Dia

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** (pela ordem) - Avisa que a audiência requerida dar-se-á no dia 25/4/2011.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Pede a inversão da pauta da Ordem do Dia.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0102/2011.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Opina que a votação das emendas destacadas seja feita primeiramente.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Pede a votação individual das emendas.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Solicita que a votação das emendas seja realizada em bloco.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** (pela ordem) - Apóia a sugestão do deputado Dirceu Dresch.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Sugere o tempo de três minutos para discussão de cada emenda.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Comunica que discutirá as Emendas 23, 24 e 33.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Discute a Emenda 35 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Discute a Emenda 35 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO ROMILDO TITON** - Discute a Emenda 35 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Encaminha a votação da Emenda 35 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Discute as Emendas 36 e 37 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO ROMILDO TITON** - Discute as Emendas 36 e 37 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Encaminha a votação das Emendas 36 e 37 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Discute a Emenda 40 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Encaminha a votação da Emenda 40 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Discute as Emendas 41 e 42 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Encaminha votação das Emendas 41 e 42 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** (pela ordem) - Encaminha votação das Emendas 41 e 42 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Discute a Emenda 43 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Encaminha a votação da Emenda 43 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO ROMILDO TITON** (pela ordem) - Destaca que a Emenda 49 ficou prejudicada pelo envio de emenda do mesmo teor pelo governo.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Discute a Emenda 23 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Encaminha a votação da Emenda 23 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Discute a Emenda 24 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Discute a Emenda 33 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Discute a Emenda 28 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Encaminha o voto "não" à Emenda 28 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Encaminha a votação das Emendas 29, 30, 31 e 32 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** - Discute a Emenda 07 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Encaminha o voto "sim" à Emenda 07 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO ROMILDO TITON** (pela ordem) - Faz o contraponto às declarações do deputado Marcos Vieira.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Encaminha a votação da Emenda 07 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** (pela ordem) - Declara o voto à Emenda 07 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO MAURO DE NADAL** (pela ordem) - Declara o voto à Emenda 07 ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Lembra a necessidade de 21 votos para aprovação do PLC 0008/2011.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Discute o PLC 0008/2011.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Discute o PLC 0008/2011.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Encaminha o voto "sim" ao PLC 0008/2011.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

Neste momento, solicito ao deputado Moacir Sopsela que assuma a condução dos trabalhos da presente sessão.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Moacir Sopsela, que preside esta sessão, srs. deputadas e srs. deputados, faço uso da tribuna na tarde desta quarta-feira para fazer um relato relacionado à audiência que tivemos ontem, em Brasília, juntamente com o Fórum Parlamentar Catarinense, com 14 parlamentares da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e com algumas entidades organizadas de classe, como a Fiesc, o Crea e outras, com a presença também das empreiteiras que participam da construção do trecho sul da duplicação da BR-101.

Antes, porém, gostaria de registrar, com muita satisfação, a presença neste Parlamento do grupo de jovens da UFSC, Ação Júnior - Consultorias Sócio-Econômicas, do Centro Socioeconômico. O Ação Júnior tem como presidente Carina Pires; como vice-presidente Vitor Kanitz; como assessora financeira Lara Colombo e como diretor administrativo-financeiro Guilherme Mesquita.

O movimento vem-se destacando pela iniciativa desses jovens, o que é um feito singular em Santa Catarina e devemos sempre fomentar esse tipo de iniciativa, despertando o espírito empreendedor na juventude catarinense.

Essa história de dizer que os jovens são o futuro não está correta, porque eles são o presente. O futuro é consequência do presente, por isso quero parabenizá-los pela iniciativa.

Sejam bem-vindos a esta Casa, vocês tem o total apoio da Assembleia Legislativa e, em especial, deste deputado.

Srs. deputados, na condição de presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, juntamente com vários srs. deputados, estivemos na tarde de ontem, a partir das 14h30, juntamente com o Fórum Parlamentar Catarinense, em audiência no ministério dos Transportes, marcada pelo ministro Alfredo Nascimento no dia 16 de março.

Lá estivemos maciçamente demonstrando a unidade suprapartidária dos políticos catarinenses, das entidades organizadas de classe, mas infelizmente - e é com muita insatisfação que uso hoje o microfone desta tribuna para falar disto - deparamo-nos com a ausência do ministro, ele que havia feito a convocação da audiência a pedido de lideranças catarinenses.

Deputada Dirce Heiderscheidt, v. exa. lá esteve representando o estado e especialmente o município de Palhoça, por onde também passa a rodovia, viu que o ministro foi representado pelo diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, DNIT, Luiz Antônio Pagot, que muito pouco esclareceu. Assim, os que entraram na audiência confusos, como este deputado, no decorrer da reunião ficaram mais confusos ainda.

Ora, uma obra de importância vital para a economia catarinense, principalmente o sul do estado, uma estrada que diuturnamente vem ceifando vidas é tratada pelo poder público federal com tamanho desleixo.

O questionamento que fiz, no momento em que usei a palavra em nome dos demais deputados, como o fizeram os deputados Gelson Merisio e Manoel Mota, foi o seguinte: por que no Rio Grande do Sul 98% da obra já está concluída, faltando tão-somente 2%, que constam basicamente da ornamentação, da humanização da rodovia?

Além disso, argumentei também que o DNIT tem reiterado que o problema não é a falta de recursos e que os próprios empreiteiros jamais reclamaram da falta de pagamento. Logo, apenas pode ser falta de gestão! E não venham tentar convencer-me do contrário!

Deputado Manoel Mota, quero elogiar a participação da Fiesc, através do seu presidente Alcantar Corrêa, e do engenheiro Ricardo Saporiti, que é especialista nessa área. A equipe da Fiesc reiteradas vezes, em audiências públicas realizadas por este Parlamento e pelas Câmaras de Vereadores dos municípios localizados ao longo da BR-101/sul, alertou os técnicos do DNIT sobre os problemas da estrada, que sucessivas vezes rechaçaram os argumentos do relatório técnico da nossa Federação das Indústrias.

Ora, srs. deputados, o tempo passou e vimos que quem realmente tinha razão era a Fiesc! Os relatórios comprovam tudo e até tivemos a oportunidade de entregar ao dr. Pagot a ata da audiência pública realizada no dia 28 de março nesta Casa, ocasião em que a superintendência regional do DNIT não se fez presente.

Sei que o diretor João José é uma pessoa de caráter ilibado, de boa índole, mas perdeu uma grande oportunidade de prestar os devidos esclarecimentos não só com relação à BR-101, mas também com relação à BR-470 e ao rodanel que deve circundar a Grande Florianópolis.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o companheiro Valmir Comin, que conhece a luta que está sendo travada há 21 anos em defesa dessa estrada. Quando o sul inteiro sentiu que havia conquistado essa obra, sabíamos que o compromisso era para entregá-la em 2009. Passou aquele ano todo, passaram 2010 e 2011 e não vai acontecer a conclusão; em 2012 também não vão concluir; então, acho que o governo tem que tomar alguma atitude.

Srs. deputados, as empresas que estão trabalhando no trecho abandonam a obra, não são penalizadas e vão trabalhar em outro trecho da BR-101! Isso é uma vergonha! Está na hora de tomarem algumas medidas, sim.

Ontem o ministro perdeu uma grande oportunidade de estar conosco numa das maiores audiências que fizemos - acho que havia mais de cem pessoas de Santa Catarina. Mas fizemos a nossa obrigação, e v.exa. deputado Valmir Comin, como presidente da comissão, sabe bem disso.

Daqui a 30 dias teremos uma prestação de contas nesta Casa e devemos jogar pesado, tomar algumas medidas e buscar resultados, porque o povo não aguenta mais. Inclusive, não temos mais o que dizer para a população catarinense e brasileira, porque essa obra é do Brasil.

Quero cumprimentar v.exa. e dizer que estamos juntos nessa grande caminhada para buscar a solução para a duplicação da BR-101/sul.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Há alguns questionamentos que precisamos fazer. Por exemplo, é factível, aceitável, deputado Silvio Dreveck, que se pague pedágio. Até acho que não existe outra maneira e defendo as parcerias público-privadas, mas a concepção do pedágio é que você pague o pedágio em uma praça e que em seguida encontre uma via duplicada, humanizada, com condições de trafegabilidade, o que não ocorre com os que utilizam a estrada do norte para o sul, pois pagam para entrar numa via de mão única, mal sinalizada, onde diuturnamente têm ocorrido acidentes com vítimas fatais. E os dados das estatísticas estão em nossas mãos, estão nas mãos do comando da Polícia Rodoviária Federal. O que estou falando aqui não é nada mais do que a realidade!

Por isso, é chegado o momento de haver clareza nessa questão e obtermos uma posição firme do governo federal. Na primeira semana de junho há o compromisso do diretor-geral do DNIT vir a este Parlamento para prestar os esclarecimentos necessários.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Esta Presidência quer cumprimentar os estudantes de Psicologia e Administração, da Universidade Federal de Santa Catarina, e dar a todas as boas-vindas. Também cumprimenta o presidente do PMDB de Imbuia, João Schwambach, Pedro Kammers, Norival Sardo e o Lourival Arnold, todos de Imbuia, e deseja-lhes uma boa estada.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar, que tem a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade que nos ouve pela Rádio Alecs Digital, telespectadores da TVAL.

Gostaria de parabenizar os nobres deputados Valmir Comin e Manoel Mota, que se pronunciaram anteriormente, e todos os que participaram desse grande movimento catarinense para que a BR-101/sul possa ser concluída no espaço de tempo que foi determinado pelo governo federal. Temos certeza de que essa é uma reivindicação de todos os catarinenses. Apoiamos as ações que estão sendo levadas a efeito, a fim de que o governo federal se preocupe mais com as rodovias de Santa Catarina, especialmente a BR-101.

Mas venho falar hoje sobre a BR-280, que é, sem dúvida nenhuma, uma rodovia importante em nosso estado. Ela inicia em São Francisco do Sul e vai até Porto União. Um segmento dessa BR vai de Enseada até Jaraguá do Sul, onde é preciso duplicá-la.

Por isso, estamos também cobrando a federalização do trecho da BR-280, de Canoinhas a Porto União. Esse trecho já está em tramitação no DNIT há vários anos e estamos pedindo ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, deputado Edinho Bez, que gestione essa federalização, para que ela se concretize o mais rapidamente possível, pois está em péssimas condições, necessitando do trabalho do governo federal, já que o governo estadual atualmente é o mandatário e está fazendo a sua parte, embora lentamente. Temos certeza de que o presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, deputado Edinho Bez, tomará providências com relação também à BR-280.

Gostaríamos de nos reportar hoje a um tema importante na nossa vida, e como médico não poderia ser diferente. Queremos falar da nossa saúde. Eu, como deputado estadual, apresentei o Projeto de Lei n. 0086/2011, que ajuda o governo do estado de Santa Catarina a destinar recursos aos hospitais, aos médicos, para que mais cirurgias sejam feitas.

Esse projeto de lei autoriza o Poder Executivo do estado a firmar convênios com hospitais e entidades afins para o pagamento complementar de exames e cirurgias represadas.

(Passa a ler.)

“Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com hospitais e entidades afins para pagamento complementar de exames e cirurgias represadas.

Parágrafo único - Para a realização dos procedimentos de que trata o presente artigo deverá ser assegurada prioridade para os casos mais graves.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 dias, contados da sua publicação.[...][sic]

Esse projeto de lei, sem dúvida nenhuma, vem ao encontro da política de saúde social. Temos certeza de que vamos dar condições ao secretário, ao governo, de aumentar o número de cirurgias no estado de Santa Catarina.

Essa lei é autorizativa e a sua justificativa é a seguinte:

(Passa a ler.)

“Cabe inicialmente colocar que a presente proposição não fere competência constitucional, eis que a Carta Magna, por seu art.

24, especificamente no inciso XII, é clara ao permitir que Estados legislem sobre assuntos relacionados à saúde, senão vejamos:

‘Art. 24. Compete à União, aos Estados, e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

XII- previdência social, proteção e defesa da saúde.’

Portanto, cabe também à Assembléia Legislativa a possibilidade de legislar sobre a presente matéria.

No mérito, a presente proposição tem por fundamento reduzir o sofrimento de muitos catarinenses que esperam por anos pela realização de exames e cirurgias.

Trata-se de uma medida extrema e emergencial, um necessário choque de gestão que deve ser adotado pelo Poder Executivo, frente à situação em que a saúde pública encontra-se, medida esta que certamente amenizará o tempo de espera para a realização dos procedimentos em questão e o risco de morte dos pacientes.

Com base em tais argumentos é que submeto aos meus pares a presente proposição.

(a) Deputado Antonio Aguiar  
3º Secretário”[sic]

Tenho a certeza que com esse projeto de lei estaremos dando condições ao governo do estado, cuja lema de campanha era “As pessoas em primeiro lugar”, de repassar verbas aos hospitais filantrópicos. Diga-se, a bem da verdade, que os hospitais filantrópicos são os que levam a saúde do estado de Santa Catarina nas costas. São instituições dirigidas por pessoas abnegadas, dignas, que trabalham, que se submetem à tabela do SUS, uma tabela vil que faz com que muitas vezes os hospitais tenham que tirar recursos de outras fontes para cumprir o tratamento dos pacientes.

Essa proposta que estamos defendendo faz com que as cirurgias tenham chance de ser feitas, através da complementação financeira feita pelo governo do estado aos hospitais, devidamente autorizado por lei. A regulamentação dessa lei tem que partir da secretaria da Saúde, que tem os dados de quantas cirurgias represadas há atualmente.

Enfim, essa lei melhora as condições da nossa saúde, faz com que o estado tenha condições financeiras e legais de dar mais suporte financeiro aos hospitais filantrópicos, aos médicos que realizam as cirurgias, atendendo, principalmente, à necessidade do ser humano, atendendo à necessidade das pessoas.

Temos certeza de que a saúde tem que estar em primeiro lugar. E esse primeiro lugar vem, sim, através da dedicação dos profissionais e dos hospitais filantrópicos, que estão aí para realizar essas cirurgias, pois estão aptos, capacitados, têm o seu corpo clínico, têm médicos capazes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, faço, na tarde de hoje, uma reflexão que em outros momentos já fiz desta tribuna, assim como outros pares desta Casa também já trouxeram o tema à discussão. Refiro-me aos trabalhadores que vivem da cadeia produtiva do leite.

Em 2002 foi publicada a Instrução Normativa n. 51, de abrangência nacional, que



estabeleceu prazos para que o setor produtivo do leite pudesse adequar-se até meados de 2011 a algumas exigências nela contidas.

Sabemos que Santa Catarina se destaca no cenário nacional e hoje é o sexto estado de maior produção, chegando à casa dos 2,5 bilhões de litros/ano. A Europa, quando adotou esse sistema, levou 30 anos para implementar as mesmas normas e diretrizes. Mas o Brasil fixou o tempo máximo de nove anos para a implementação total da referida norma.

Assim, existe uma preocupação acentuada de todo o setor produtivo que trabalha na cadeia do leite, porque se em julho realmente forem implementadas essas normas na sua totalidade, vamos ter em torno de 60% a 70% dos agricultores excluídos do processo.

Não estamos fazendo essa reflexão por querer uma produção sem qualidade, pelo contrário, queremos uma produção que esteja de acordo com as exigências técnicas, para que o produto seja sempre mais saudável porque será consumido por todos os brasileiros.

Defendemos a saúde pública porque uma alimentação de qualidade é essencial para que a pessoa possa ter uma vida cada vez mais saudável. Se olharmos para a história, em nenhum momento percebemos que aqueles que consumiam leite tenham enfrentado qualquer tipo de surto, pelo contrário, percebemos isso naqueles que produzem e ingerem alimentos produzidos com uma série de agrotóxicos. Recentemente, em Mato Grosso, no município de Lucas do Rio Verde, foi realizada uma pesquisa com mães que amamentavam e verificou-se que o leite de 62 delas estava contaminado com uma série de resíduos de agrotóxicos.

Então, o que se pretende nesse contexto, nessa situação? Que o governo, de uma forma gradativa e sequencial, estabeleça um organograma para que os produtores de leite possam aos poucos ir adequando-se, ou seja, queremos que o governo dê um prazo um pouco maior para que os agricultores possam produzir com mais qualidade.

Esse é sentimento e a intenção dos agricultores, para que não haja um grande colapso na agricultura familiar e, especialmente, para que não haja o desânimo dessas famílias que vivem da produção de leite no estado de Santa Catarina.

Nesse sentido, estamos apresentando uma moção a ser encaminhada ao governo federal, aos ministérios, no sentido de que essa questão seja vista com muita atenção, dando, quem sabe, um prazo maior para os agricultores adequarem-se.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaríamos de parabenizar o município de Bela Vista do Toldo, que completa o seu 17º aniversário de emancipação política.

Bela Vista do Toldo é um município do planalto norte, que faz divisa com o município de Canoinhas. Trata-se de um município eminentemente agrícola e o prefeito Adelson Alberti, os vereadores e a comunidade comemoram o aniversário de emancipação.

Parabéns a Bela Vista do Toldo! Temos certeza de que haverá uma grande festa no dia 16, com desfile.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, gostaria de registrar com satisfação a presença, nesta Casa, dos 15 vereadores da Câmara Mirim de Blumenau, e da comitiva que os acompanha. Os 20 integrantes já estiveram no gabinete e estão prestigiando o Parlamento nesta tarde.

Tive a oportunidade de ser protagonista na história dessa Câmara Mirim quando vereador na cidade de Blumenau e é, portanto, com muita satisfação, que os recebo neste Parlamento.

Muito obrigado, presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Esta Presidência também quer cumprimentar os vereadores mirins da cidade de Blumenau e desejar-lhes uma boa estada nesta Casa.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, estávamos ouvindo o relatório do deputado Joares Ponticelli sobre a visita de três senadores, do presidente desta Casa e de 14 deputados a Brasília, no dia de ontem. Ouvimos atentamente, deputado Joares Ponticelli, seu relato sobre o empenho das autoridades e por esse motivo o presidente nos chamou para falar no horário reservado ao PSDB.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado, quero somente repetir o que dizia à deputada Dirce Heiderscheidt, aos deputados Aldo Schneider, Mauro de Nadal e Romildo Titon: em 13 anos de mandato, foi a audiência mais frustrante de que participei. Sei que os deputados José Milton Scheffer, Silvio Dreveck e outros que participaram também chegaram a essa conclusão. Mas isso é muito ruim. Éramos 14 deputados, mais o presidente desta Assembleia, o governador, três senadores e 13 deputados federais dos 15 que temos, porque uma cadeira está vaga ainda e os dois que não foram justificaram a ausência.

Havia toda uma expectativa por parte das lideranças de entidades para, ao final, voltarmos com a notícia que trouxemos. Frustrante! Esse é o tema, mas depois daremos mais detalhes.

Muito obrigado, deputado! Queria apenas justificar a conversa paralela que fazíamos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Exatamente, deputado. Eu quis dizer da importância de ouvir o relato de v.exa., pelo empenho que teve juntamente com todos os deputados nessas questões. E realmente é lamentável quando não se sente a contrapartida do governo federal e das autoridades que tinham a obrigação de fazer esse trabalho. E o pior, quem sofre é a população de Santa Catarina!

Quero registrar que recebi, no correr dos últimos dias, vários documentos com manifestações de cidadãos, de especialistas a respeito do estresse policial, manifestações essas decorrentes daquele incidente ocorrido em Joinville. A preocupação da comunidade, da secretaria de Segurança Pública, do Comandante-Geral da Polícia Militar, da Delegacia-Geral é no sentido de fazer com que tenhamos uma segurança de qualidade, com profissionais devidamente habilitados e em condições de atender a população.

Sabemos que o cidadão que procura uma delegacia, assim como o cidadão que procura um posto de saúde, vive um momento de fragilidade. Ele busca naquele agente público, deputado Padre Pedro Baldissera, apoio, firmeza, serenidade, mas sabemos que, muitas vezes, em razão do estresse que vem enfrentando, o profissional não está preparado para atendê-lo.

Então, é importante que a secretaria passe a fazer esse trabalho. Recebi mais um relatório, que faço questão de estudar e de apresentar como projeto, como sugestão ao estado de Santa Catarina. Temos neste estado os menores índices de criminalidade, mas já são índices elevadíssimos e precisamos todos juntos, Legislativo, Executivo, Judiciário, Ministério Público, trabalhar no sentido de conseguir baixá-los.

Nesta segunda-feira ocorreu uma fatalidade, um latrocínio em Balneário Camboriú. O empresário Aldo Ern, ex-prefeito de Presidente Nereu, nascido em Vidal Ramos, dono de postos de gasolina em Balneário Camboriú, ao chegar, na segunda-feira, deputado Antônio Aguiar, ao banco para fazer um depósito, foi vítima de uma tentativa de roubo que acabou em latrocínio. Ele aparentemente tentou reagir e foi morto pelos meliantes.

A Polícia já identificou dois dos autores do crime. Havia um policial militar à paisana nas proximidades do banco onde ocorreu o roubo, que sacou a arma e efetuou o disparo contra os marginais. Mais tarde o veículo foi encontrado com marcas de sangue e um dos marginais foi localizado, baleado, em sua residência, vindo a falecer.

Quero registrar, nesta parte final, que a Polícia está trabalhando e quer encontrar uma solução, mas a legislação, deputado Ismael dos Santos, é muito benevolente. Há pessoas que praticam um crime hoje e que no outro dia já estão na rua novamente praticando crimes mais violentos. Por isso se diz que há muita reincidência, porque são os mesmos bandidos. Se fossem presos quando praticassem um crime violento e fossem segregados da sociedade, não voltariam a praticar outros delitos.

Então, o delegado Daniel e a equipe da dra. Magali, em Balneário Camboriú, estão-se empenhando ao máximo para resolver esse crime. Só esperamos que, como veio a óbito um dos marginais, seja feita a prisão dos demais, sejam maiores ou menores de idade, e que permaneçam detidos a fim de que não voltem a praticar novos crimes.

Também recebo da delegacia de Ponte Serrada uma boa notícia que vem corroborar aquilo que estamos dizendo sobre o empenho da sociedade. O conselho da comunidade do município de Ponte Serrada, juntamente com o Ministério Público e com o Poder Judiciário, disponibilizou valores de ajustes de conduta, de transações penais para equipar a delegacia de Ponte Serrada, que é conduzida pelo delegado Fernando Callfass, um dos grandes nomes da nova Polícia Civil catarinense.

nense, um delegado da melhor qualidade, com formação impecável e que conduz muito bem, com sua equipe, aquela comarca.

Então, como dizíamos, através do conselho da comunidade, do Poder Judiciário e do Ministério Público foi entregue um aparelho de GPS - Sistema Global de Posicionamento -, aparelhos de *webcam*, três equipamentos de filmagem, um monóculo para visão noturna, impressora, *scanner*, enfim, tudo que é necessário para equipar um setor de investigação.

Sabemos que esse é um dever do estado, que tem fornecido esses equipamentos. Talvez não seja um valor tão significativo, mas o gesto da comunidade de se unir no apoio à busca de justiça é o que queremos registrar.

Então, quero parabenizar o delegado Fernando Callfass, toda a equipe de Ponte Serrada e da região e, principalmente, o conselho da comunidade, o Ministério Público e o Poder Judiciário da comarca.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, deputado Antônio Aguiar, dividirei o meu tempo do partido com v.exa.

Sras. deputadas e srs. deputados, ontem, ouvi o deputado Gilmar Knaesel falar desta tribuna com relação às obras realizadas pelo ex-governador Luiz Henrique da Silveira, e sobre esse assunto gostaria de fazer uma complementação, deputada Ada De Luca.

Ouvimos muitos questionamentos a respeito dos centros de eventos, mas quando ouvimos questionamentos acerca das ações do governo passado, tenho o dever, a obrigação, de fazer com que as coisas sejam esclarecidas, deputado Antônio Aguiar.

Construímos um centro de eventos em Concórdia em parceria com a prefeitura municipal, num investimento de mais de R\$ 10 milhões. Hoje, esse centro de eventos mudou. Mudou o sistema de apresentações de eventos no município. A mesma coisa ocorre com a prefeitura de Piratuba. Hoje, podemos dizer que aqueles municípios têm outra oportunidade para receber os turistas, ou seja, nos seus centros de eventos.

Contudo, srs. deputados, a impressão que dá, deputada Ada De Luca, é que acham que o governo passado não fez nada. Eu disse ontem e quero repetir que o ex-governador Luiz Henrique se elegeu governador em 2002 quando poucos acreditavam nisso. Foi tão bem no governo que se reelegeu. Parece-me, pois, que quando um governante se reelege é porque a população reconheceu o seu trabalho. E não foi diferente com o prefeito Neodi Sareta, em Concórdia, penso eu.

Pois bem, mais quatro anos se passaram e o ex-governador Luiz Henrique ajudou a eleger o seu sucessor. Parece-me que o ex-governador foi peça fundamental na eleição do nosso atual governador. E a mesma coisa fez o então prefeito Neodi Sareta, em Concórdia, elegendo o seu sucessor.

Se não bastasse isso, o ex-governador Luiz Henrique também se elegeu senador e ajudou-nos na eleição à Assembleia Legislativa, juntamente com Eduardo Pinho Moreira. Mas fez mais ainda: levou junto com ele mais um senador, que tem, é verdade, méritos e competência para ser nosso senador,

mas a verdade é que se não tivesse contado com a mão do ex-governador, não sei se teria sido eleito senador.

Entretanto, alguns meses depois da eleição, parece-me que tudo isso não conta nada, deputado Manoel Mota! Parece que tudo aquilo que foi feito durante os últimos oito anos é coisa que não aconteceu. Mas o resultado das urnas é melhor do que qualquer pesquisa. As urnas efetivam, na verdade, aqueles que trabalham, aqueles que são transparentes, aqueles que agem em prol da comunidade.

Por isso, quero deixar essa mensagem consignada, complementado o que disse o deputado Gilmar Knaesel no dia de ontem, ocasião em que tive a oportunidade de apartear-lo, assim como o deputado Elizeu Matos.

Eu tenho a convicção de que os oito anos do governo passado foram importantes para Santa Catarina e a prova é que os catarinenses não tiveram dúvidas porque votaram nos candidatos indicados pelo nosso ex-governador.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOAIR SOPELSA - Deputado Manoel Mota, concederei um aparte a v.exa. depois de ouvir a deputada Ada De Luca.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado Moacir Sopelsa, nosso digno vice-presidente da Assembleia Legislativa, faço minhas as suas palavras e quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar também o deputado Gilmar Knaesel, já que ontem não o pude fazer.

Realmente, o governo de Luiz Henrique foi inovador, foi um governo que rodou Santa Catarina, que fez, que resolveu, que descentralizou, e nós não podemos esquecer tudo isso e achar que agora está tudo errado! Não é assim! Precisamos, sim, ter maturidade para dar continuidade a todas as ações iniciadas no governo anterior que deram certo.

É bem como v.exa. falou: quem não dá certo num governo, não se reelege. E o ex-governador Luiz Henrique, além de ter sido reeleito, foi o carro-chefe da última campanha eleitoral. Disso ninguém pode discordar.

Parabéns, deputado Moacir Sopelsa! O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputada. Vou incorporar o seu aparte no meu pronunciamento.

Ouçõ agora v.exa., deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Deputado Moacir Sopelsa, gentilmente o deputado Antônio Aguiar me concederá um aparte quando assomar à tribuna, a fim de que v.exa. possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Obrigado, deputado.

Quero ainda, dentro do tempo que me resta, srs. deputados, fazer um comentário sobre a nossa agricultura, deputado Antônio Aguiar, pois fiquei sabendo que o município de v.exa. vai fazer a festa da colheita.

Santa Catarina é um grande produtor de alimentos, mas um estado pequeno, que tem pouco mais de 1% do território brasileiro. Mas quando se fala em alimentos, estamos falando do quinto produtor de alimentos do país, do maior produtor de suínos, do maior produtor de aves, do quinto produtor de leite, do maior produtor de maçãs e de um dos maiores produtores de alho e de cebola. É um estado em que cada pequena propriedade tem uma grande indústria e é uma grande produtora de alimentos.

Lembro-me, deputado, que em 1980, há 31 anos, tive a felicidade de ir aos Estados Unidos, ao estado de Illinois, na época o maior produtor de milho dos Estados Unidos, com a maior produtividade, pois produziam 6.000kg de milho por hectare. Acredito que nós, 30 anos atrás, deveríamos produzir 2.500kg, no máximo 3.000kg. Na safra 2010 produzimos 6.302kg/ha; em 2011, a produtividade, graças à contribuição de São Pedro, foi de 6.401kg/ha. Santa Catarina passou a produzir 3,5 milhões de toneladas de milho/ano, embora o nosso consumo seja perto de 6 milhões, ou seja, nosso estado produz 70% daquilo que consome.

Além disso, Santa Catarina tem agora uma produtividade de 3.158kg/ha de soja, mais de 50 sacas por hectare, totalizando 1,437 milhão de toneladas também na safra de 2011.

Assisti ao deputado Padre Pedro Baldissera falar dos pequenos produtores de leite. Quero dizer a v.exa., deputado, que se dermos oportunidade ao nosso produtor de ter uma atividade rentável, não tenho dúvidas de que ele terá rentabilidade, não tenho dúvida de que vamos ser um estado ainda mais forte.

Eu tenho orgulho da agricultura de Santa Catarina, dessa pequena agricultura. E tenho certeza também de que o governador atual Raimundo Colombo e o secretário da Agricultura devem, dentro dos projetos que pretendem fazer, aumentar ainda mais a nossa produção e a nossa produtividade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, pelo restante do tempo do partido.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, ontem participamos de uma grande audiência em Brasília, do Fórum Parlamentar Catarinense. Lá estavam presentes políticos de Santa Catarina, o governador do estado, o presidente desta Casa, deputado Gelson Merísio, enfim, 14 deputados, mas acabamos descobrindo que fomos enganados porque nem os projetos técnicos de engenharia da BR-101 foram concluídos.

Contudo, valeu a pena ter participado daquela audiência porque daqui a um mês o DNIT estará prestando contas nesta Casa, ocasião em que a sociedade saberá quem é que pecou, de quem é a responsabilidade, colocando, enfim, as coisas no seu devido lugar.

Quero, na linha do eminente deputado Moacir Sopelsa, dizer que alguns anos atrás um prefeito de Joinville renunciou à prefeitura para se candidatar ao governo do estado, mesmo sabendo que o desafio era muito grande. Estou falando de Luiz Henrique da Silveira, que tinha um projeto para o estado. Qual era esse projeto? O da descentralização! Esse era o projeto do eminente ex-prefeito de Joinville, naquele momento candidato ao governo. E o projeto da descentralização fez com que ele passasse para o segundo turno e ganhasse a eleição para governador de Santa Catarina. O mesmo projeto fez com que ele ganhasse o segundo mandato de governador, sendo o primeiro a conseguir tal façanha neste estado. Nenhum partido governou por duas vezes o estado. Luiz Henrique governou duas vezes o estado em cima do projeto da descentralização.

Além disso, a descentralização foi tão importante que, ao término do seu segundo

mandato, os candidatos ao governo não tiveram coragem de falar uma linha contra ela. Por quê? Porque havia várias pesquisas que mostravam que a descentralização tinha 76% de aprovação da população catarinense.

Sr. presidente, tenho a convicção de que se não fosse esse projeto o cenário seria outro. Agora, quero dizer o seguinte: nada melhor do que as urnas, e elas mostraram que ele estava correto, pois quando o elegeram ao Senado, elegeram também Paulo Bauer.

Luiz Henrique da Silveira é, para mim, o maior líder da história deste estado e se não fosse a descentralização, se não fosse o seu talento, com certeza estaríamos aqui, quem sabe, em situação oposta.

Então, é preciso respeitar o grande líder catarinense que se chama Luiz Henrique da Silveira, o homem da descentralização. Cadê o inchaço dos grandes municípios? Porque os habitantes dos pequenos municípios iam para os grandes atrás de emprego! Isso acabou. Por quê? Porque a descentralização fez o nosso estado crescer como um todo. Empregos foram gerados em toda Santa Catarina e não há mais o negócio das favelas, do amontoado. Acabou! Por quê? Porque houve um governador que com o seu talento, com a sua competência e com a sua liderança fez Santa Catarina trilhar o caminho certo.

Hoje quem governa nosso estado é o governador Raimundo Colombo, que será um grande governador. Mas se não fossem os dedos do ex-governador Luiz Henrique as dificuldades seriam maiores e o final talvez fosse diferente.

Eu falo aqui com muita convicção, sereno, tranquilo, para dizer que...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Quero registrar a presença nesta Casa, sr. presidente, do prefeito de Riqueza, Reinaldo Mueller, dos vereadores Alsemir dos Santos, Cecília Rambo Geller, Hélio Trevisan, Nadir Nicoli, de Modelo, além do presidente da Câmara Municipal de Romelândia, vereador Marcos Borgheti.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, da mesma forma, gostaria de registrar a presença do nosso estimado prefeito Francisco Maximino Machado de Aguiar, conhecido como Chico, do município de Ipira, que nos prestigia neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o seu registro, deputado Neodi Saretta, também quero cumprimentar o prefeito Francisco Maximino Machado Aguiar, o Chico, do município de Ipira, e desejar-lhe uma boa estada nesta Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Deputado Joares Ponticelli, vou dividir o tempo

com v.exa., pois como presidente do nosso partido certamente falará um pouco sobre a magnífica convenção do Partido Progressista realizada em Brasília, no dia de ontem.

Das convenções de que participei, sr. presidente, essa foi a maior, tanto em representatividade quanto em participação de estados brasileiros. Lá estavam prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, senadores e senadoras, o vice-governador mineiro, o prefeito de Salvador, ministros e tantas outras lideranças. Houve uma participação muito forte dos jovens, pois temos o jovem deputado estadual Mário Negromonte Júnior, da Bahia, um expoente político.

Conseguimos muito harmoniosamente reconduzir o senador Francisco Dornelles à presidência do PP, que continuará à frente do partido por mais dois anos. Nós, catarinenses, estamos muito bem representados pelos nossos expoentes políticos na executiva nacional.

Outro assunto que desejo abordar por alguns minutos é a audiência da BR-101/sul, que já foi abordada por outros parlamentares, mas não posso, deputado Joares Ponticelli, deixar de fazer alguns comentários, porque a BR-101 é uma questão nacional, não somente estadual, posto que afeta o Rio Grande do Sul, o Paraná e outros estados brasileiros, porque faz a ligação do extremo sul com o extremo norte da nação.

Já participei de muitas audiências públicas, mas a de ontem foi marcante, porque lá estavam inúmeros parlamentares catarinenses, independentemente de partido: os três senadores, o presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, 14 deputados estaduais, prefeitos e vereadores e o que ouvimos é de lamentar. Ouvimos, com tristeza, que há trechos da BR-101, deputado Manoel Mota, v.exa. que também acompanhou, dos quais ainda se fala em marco regulatório. Mas as vidas não podem esperar! As vidas não voltam mais! Parece-me que é muito mais profunda a questão humana do que a questão econômica. Ouvimos lá que há três trechos sobre os quais não existe ainda definição da licitação! O trecho mais crítico não tem nem licença ambiental! Será que vamos esperar mais três ou quatro anos? Acredito que não podemos esperar, deputado Manoel Mota, vamos ter que agir mais fortemente junto ao governo propriamente dito, para que essa situação se resolva com mais agilidade. Reconhecemos todos os problemas existentes, mas não podemos permitir que essa morosidade continue.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Meu líder, deputado Silvio Dreveck, em primeiro lugar, quero falar sobre a nossa convenção nacional, ontem. Nesses 13 anos de mandato de deputado estadual foi a mais movimentada e a mais animada convenção de que participei, com a recondução do senador Francisco Dornelles à presidência do nosso partido. Nela contamos com a presença do nosso ministro Mário Negromonte, de nossos deputados federais e estaduais e de lideranças do Brasil inteiro. E conseguimos, deputado Manoel Mota, que das 70 vagas na executiva estadual do nosso partido, dez vagas fossem de catarinenses. Portanto, é uma representação muito forte. E o deputado Silvio Dreveck, nosso líder, integra a executiva nacional juntamente comigo, o deputado Valmir Comin, o ex-deputado Leodegar Tiscoski, o deputado João Pizzolatti, o deputado Odacir Zonta, o deputado Esperidião

Amin, a nossa ex-deputada Angela Amin e a nossa Beth Tiscoski. Enfim, a nossa representação ficou forte e Francisco Dornelles é um senador que tem o respeito de todos os partidos.

Várias lideranças nacionais lá estiveram para abraçar o senador Francisco Dornelles, e o nosso partido se revigorou. É um partido que, em nível nacional, cresceu muito. Passamos de um senador no mandato passado, deputada Ada De Luca, para cinco senadores neste ano.

Mas o destaque, deputadas Ada De Luca e Angela Albino, na nossa convenção foi a presença da futura governadora do Rio Grande do Sul, a senadora Ana Amélia Lemos, que brilha como uma grande senadora gaúcha e haverá de governar os destinos do seu estado a partir de 1º de janeiro de 2015. É o que todos nós torcemos e os indicativos são muito positivos. As mulheres estão cada vez mais ocupando espaços no poder, e acredito que no Rio Grande do Sul teremos também a nossa senadora no comando daquele estado.

Mas, deputado Manoel Mota, para ser breve, o sentimento do deputado Silvio Dreveck é o de v.exa. e de todos nós, que participamos daquela grande reunião que começou frustrada, deputado Silvio Dreveck, pela ausência do ministro.

Não fomos nós que dissemos que o ministro iria. Foi ele quem disse que iria, que marcou a data e não compareceu. O superintendente estadual do DNIT entrou de férias alguns dias antes. O deputado Manoel Mota já tinha adiantado isso, apenas não sabia se ele ficaria doente ou tiraria férias. Mas sabia que ele não iria. O deputado Manoel Mota anunciou aqui, na quinta-feira passada, que João José não iria. Somente não sabia qual seria a desculpa oficial, se doença ou férias. Optaram por férias. Não compareceu e foi uma frustração.

Contamos com a presença do governador Raimundo Colombo, dos três senadores, da bancada federal inteira, de 14 federais, do presidente Gelson Merisio, mas não temos sequer um cronograma quanto às obras não contratadas e ninguém sabe quando vai ser, como é que vai ser e quantos vamos ter que enterrar ainda!

É lamentável, mas isso não vai fazer-nos esmorecer, deputado Manoel Mota! Se tivermos que fechar a BR, como dissemos ontem, vamos fechá-la novamente. V.Exa. é um especialista nisso e angaria cada vez mais apoio, porque se for essa a saída, vamos optar por ela.

Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminentemente deputado Silvio Dreveck, a decepção não foi apenas essa. Há a construção de uma ponte em Laguna, que levará 36 meses; há o túnel do Morro dos Cavalos, que levará 30 meses; e há outra ponte, no Morro do Formigão, que consumirá 24 meses. E os projetos de engenharia não estão concluídos e não foram licitados! Quando forem licitados é que vão começar as obras! Então, estão brincando com Santa Catarina!

Parabéns, pelo seu pronunciamento! V.Exa., mesmo sendo do lado de lá, está solidário com o lado de cá. Fico feliz, pois é assim que vamos fazer Santa Catarina crescer como um todo.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Manoel Mota e meu líder, deputado Silvio Dreveck, a nossa bancada estava 100% presente na audiência. Os seis deputados estavam presentes, juntamente com outras bancadas que se fizeram presentes maciçamente.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - É verdade, deputado Joares Ponticelli.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, a minha saudação especial a todos que nos visitam no dia de hoje, à imprensa que está presente, aos telespectadores da TVAL e aos ouvintes da Rádio AleSC Digital.

A bancada do Partido dos Trabalhadores, nesta tarde, no horário do partido, vem fazer uma avaliação e um debate sobre os 100 dias de governo de Raimundo Colombo.

Primeiramente, queremos deixar claro que o nosso partido, como o maior de Oposição nesta Casa e no estado, não quer fazer oposição e não está torcendo como a Oposição em nível nacional está torcendo, ou seja, pelo quanto pior, melhor. O nosso partido quer contribuir com o estado, dar sugestões, fazer projetos, realizar debates e trazer a sociedade para conhecer a realidade de Santa Catarina. Inclusive, com relação ao projeto de reforma administrativa, nossa bancada fez um conjunto de emendas na perspectiva de contribuir para melhorar a vida do povo catarinense.

Muito se comenta na mídia que este é um novo governo e que tudo que está ruim é responsabilidade do governo passado. Para nós e para a sociedade catarinense está claro que este é um governo de continuidade, é um governo do mesmo grupo político e com o mesmo projeto político do anterior, que governou nosso estado nos últimos oito anos.

O discurso do de Raimundo Colombo como candidato era de que Santa Catarina tinha pressa. E é nessa perspectiva que estamos propondo uma discussão, no dia de hoje, sobre os primeiros 100 dias de governo. Não queremos, em momento algum, sugerir que tudo já deveria ter sido resolvido. Jamais faríamos essa avaliação e essa cobrança. Mas nesses 100 dias estamos muito preocupados por não vermos um plano para Santa Catarina, a fim de resolver os grandes desafios estaduais, que dividimos em seis grandes eixos.

O primeiro eixo, que é uma prioridade da luta do Partido dos Trabalhadores, é o da saúde. E o próprio governador afirmou em campanha que essa seria a sua prioridade n. 1.

O segundo eixo é a educação, que é importantíssima para o desenvolvimento do nosso estado.

O terceiro, diz respeito à infraestrutura, principalmente à situação das rodovias no interior do estado que ligam municípios e regiões.

Já o quarto eixo diz respeito ao trânsito caótico da nossa querida capital, Florianópolis.

O quinto eixo que escolhemos está ligado ao desempenho industrial e, principalmente, à balança comercial de Santa Catarina, que vem preocupando sobremaneira a sociedade catarinense, já que vem dando sinais fortes de desaquecimento nos últimos anos.

Por fim, o último eixo diz respeito à segurança pública, tema muito em voga na imprensa e que está entre as grandes preocupações da nossa população.

Então, nesses seis grandes itens, nessas seis grandes políticas públicas, entendemos que até aqui o governador Raimundo Colombo não deu uma demonstração de ação nem apontou com qualquer perspectiva concreta de resolução.

Recentemente o governador divulgou que vai fazer um roteiro pelo estado a fora para conhecer a realidade de Santa Catarina e levantar dados e informações.

Srs. deputados, sras. deputadas, sociedade catarinense, após 100 dias este governo não deveria ainda estar fazendo levantamentos, já deveria, isso sim, estar propondo soluções concretas para a solução do problemas da Saúde. Se foi o governo passado que deixou tantos impactos negativos, a sociedade catarinense precisa discutir questões como, por exemplo, a aplicação de somente 7% na Saúde, enquanto a própria lei fala na obrigatoriedade da aplicação de 12%!

Na Educação, somente nesse primeiro período, faltam quase R\$ 79 milhões para cobrir os 25% determinados pela Constituição.

O secretário de Infraestrutura fala da aplicação de mais de R\$ 300 milhões para a reestruturação viária de Santa Catarina - as rodovias estaduais. Mas não há dinheiro e ele não sabe ainda de onde vai tirá-lo. Onde está a política concreta de investimentos nas rodovias estaduais?

A balança comercial de Santa Catarina não está boa. No ano passado estávamos com um déficit comercial em torno de R\$ 4,4 bilhões. Se continuar nesse ritmo, no final deste ano nosso déficit passará de R\$ 6 bilhões! Por isso é preciso, urgentemente, rever alguns programas de incentivos fiscais, principalmente de incentivos à importação, que criam uma situação muito difícil para as empresas do setor náutico e outras, que estão sendo prejudicadas por causa das importações.

Assim também é a questão da segurança pública. Nesses 100 dias ocorreu a maior fuga de presídio em Santa Catarina. Além disso, ocorreram 121 assassinatos no estado. E saibam que não é o PT que está fornecendo essas informações. Esses são dados oficiais do estado, a própria mídia está divulgando-os.

Volto a frisar, deputado Jean Kuhlmann, que mesmo que tenham recebido o governo com problemas, depois de 100 dias têm que apresentar soluções concretas. O que estamos vendo é que a situação piorou bastante no primeiro trimestre deste ano. Isso precisa ser resolvido, encaminhado, e também há necessidade de que se construam políticas concretas para resolver esse problema.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Quero dizer a v.exa., em primeiro lugar, depois da audiência pública da qual participamos ontem, em Brasília, na qual fomos tratar de

uma obra da união que não tem ainda licença ambiental para obras de arte de engenharia, que o governo federal não têm condições de falar de planejamento.

Em segundo lugar, quero dizer a v.exa. que o governador Raimundo Colombo está, sim, fazendo algo que acho que é o mais importante de tudo, que é conhecer o próprio governo e governar o governo. Nenhum governante - e aí pode ser o prefeito de uma pequena cidade, como também o presidente da República - vai administrar bem se não fizer o dever de casa primeiramente!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Deputado Jean Kuhlmann, com certeza Santa Catarina tem pressa e a sociedade está esperando encaminhamentos do governo que elegeu já no primeiro turno. O governo pode ter a sua estratégia, a sua política, mas entendemos que está demorando demais para mostrar serviço, para mostrar como vai resolver os problemas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Quero, em primeiro lugar, agradecer a presença, nesta Casa, da representação da Defensoria Pública da União e da Associação dos Juizes Para a Democracia, que estão conosco para pautar o debate sobre a Defensoria Pública, um importantíssimo instrumento de combate à violência contra as mulheres. E Santa Catarina é o único estado da nação que não dispõe desse instrumento jurídico. Mas tenho certeza de que o deputado José Nei Ascari, que é o relator da matéria, há de se sensibilizar para que possamos levar adiante esse projeto.

Mas ocupo a tribuna, na verdade, para trazer um tema que os jornais, hoje, noticiaram e sobre o qual a cidade de Florianópolis tem-se debruçado, que é a discussão em torno da destinação do Colégio Celso Ramos, que integra o patrimônio da Educação de Santa Catarina.

Com muita tristeza, quem é daqui viu, no decorrer dos anos, o esvaziamento e o sucateamento dessa escola. E alguns servidores da Casa estiveram lá durante estes dias e viram uma escola abandonada, com gente morando lá dentro. E foram colocados até cadeados para que ninguém pudesse entrar.

A Assembleia Legislativa tinha a prerrogativa legal de retomar aquele imóvel e o governador assim o fez. E isso despertou todo o debate sobre o qual a cidade tem-se debruçado, assim como também o estado de Santa Catarina.

Com alegria estamos vendo a disposição da Assembleia Legislativa em abrir esse debate, em apresentar um projeto de compensação, um decreto que prevê a compensação. Mais importante do que - e é bom que toda Santa Catarina saiba, em especial os moradores da Grande Florianópolis - suspender por hora qualquer transferência da Assembleia para aquele colégio, é abrir o debate com a comunidade, principalmente em função da importância que a decisão da comunidade tem na decisão da Assembleia Legislativa. Preocupamo-nos com a educação e queremos que as nossas crianças tenham



pleno atendimento, mas é importante lembrar que aquela escola já não estava mais em uso, mas pode, é claro - e é uma das propostas que está em discussão -, ter ainda uma função escolar voltada à comunidade.

Quanto à melhor ou à pior solução, é a comunidade que vai dizer à Assembleia Legislativa, e é muito importante a disposição desta Casa de abrir o debate e possibilitar que a comunidade do entorno do Maciço do Morro da Cruz defina os rumos daquele bem público. Mas é preciso dizer também que ainda que a Escola Celso Ramos seja reaberta, o problema da educação infantil em Florianópolis, na Grande Florianópolis, como na maioria das cidades brasileiras, não vai ser resolvido.

Nós, do Movimento de Mulheres, defendemos escolas em tempo integral, de qualidade e que a demanda seja totalmente atendida, porque muitas mães procuram creche em Florianópolis e não conseguem. Temos nesta Casa a tarefa também de contribuir, embora não seja obrigação constitucional da Assembleia Legislativa, para resolver essa questão. É importante que com a força política que dispõe esta Casa possamos integrar-nos nesse debate e apresentar propostas viáveis para a população. Ainda não sabemos se é melhor ativar a Escola Celso Ramos ou construir creches em cada uma das comunidades, porque sabemos que o grau de violência, hoje, não permite a convivência de várias comunidades no mesmo ambiente, que é o que acontece. Mas a comunidade vai dizer-nos, vamos ouvir as mães que ali moram para definir melhor o destino daquele espaço.

Precisamos garantir que as crianças tenham pleno acesso à escola e ficamos tristes porque sabemos que esse debate não vai acabar com esse problema. A luta pela creche, costumeiramente, é vinculada às mulheres, mas esse é um problema de toda sociedade, que tem que contribuir para que a educação seja, de fato, a grande propulsora do futuro do nosso país.

Muito obrigada!  
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigada, deputada Angela Albino.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, sras. parlamentares, quero, em primeiro lugar, registrar a presença dos vereadores do município de Blumenau, que muito me honram com sua presença. Muito obrigado!

Eu, que fui vereador, sei o quanto é importante essa função. Muitos deputados e deputadas desta Casa já foram vereadores e sabem a sua importância no dia a dia do município, no dia a dia do estado, e o quanto, srs. parlamentares, é importante que o vereador esteja sempre presente na comunidade.

Mas ocupo esta tribuna para falar sobre os 100 dias do governo Raimundo Colombo, até porque, depois das colocações dos deputados Dirceu Dresch e Elizeu Mattos, sou obrigado a dar uma resposta, e faço-o somente agora porque não tive tempo para fazê-lo durante os respectivos pronunciamentos.

Mas antes de falar dos 100 dias do governo Raimundo Colombo, gostaria de fazer uma reflexão a respeito da audiência ocorrida no dia de ontem, em Brasília. Até porque

formamos uma grande comitiva para conversar com o ministro Alfredo Nascimento.

Compareceram à referida reunião, além deste deputado, 13 parlamentares estaduais, os nossos deputados federais, três senadores e o governador do estado. Mas o incrível é que o ministro, que deveria estar lá, não estava. Fomos a Brasília numa audiência com um ministro que não estava presente! Mandou apenas o diretor-geral do DNIT, porque tinha outros compromissos e não poderia estar presente, o que caracteriza uma falta de respeito com Santa Catarina, uma falta de respeito com o nosso povo.

E aí, sim, quero avaliar, deputado Valmir Comin, v.exa. que é presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, como está a situação da BR-101, para não falar das outras rodovias federais em Santa Catarina. A BR-101 não tem um atraso de 100 dias, não! A BR-101 tem um atraso previsto de seis anos! A conclusão da obra, prevista inicialmente, pelo governo federal, para 2008, agora fica para 2014. Mas a Fiesc entende que nem em 2014 a obra ficará pronta.

Sendo assim, como é que algumas pessoas vêm aqui criticar o governo do estado, que está fazendo economia, que está cuidando da casa, que está, primeiramente, gerenciando o governo para poder, sim, tomar decisões com prudência, com cautela, para não sair por aí prometendo à toa. Há pessoas, deputado Ismael dos Santos, que ainda gostam de promessas mentirosas, de situações como a da BR-470, que de meio em meio ano prometem um cronograma novo, mas nada é cumprido.

Temos que acabar com esse tipo de brincadeira, com esse tipo de atitude, o governador Raimundo Colombo, durante esses 100 dias de governo, está fazendo economia, está cuidando da questão interna para, a partir do momento em que a economia estiver feita, em que o governo estiver governado, deputado Elizeu Mattos, aí, sim, começar a empreender todas as ações importantes para Santa Catarina.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Jean Kuhlmann, o governo Raimundo Colombo não é um governo de continuísmo, é um governo de continuidade. Dentro desse processo, desde o primeiro dia o governador Raimundo Colombo e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira anunciaram que gostariam de um prazo para a readequação do governo. E lembrem que essa situação não é diferente da que ocorreu no segundo mandato do governador Luiz Henrique da Silveira, quando também foi feito um replanejamento do governo.

Então, fazer uma avaliação num momento de planejamento é temerário, porque as coisas ainda estão sendo planejadas e não podemos adivinhar qual rumo cada pasta tomará nem os recursos de que disporá, já que serão anunciados somente em maio.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Sr. deputado Jean Kuhlmann, parabéns pelo seu pronunciamento pertinente e adequado a este momento. Respeito a opinião do Partido dos Trabalhadores, mas estranho essa avaliação crítica dos 100 dias do governo Raimundo

Colombo, porque nessa linha teríamos que fazer uma avaliação do governo Dilma Rousseff. Temos que dar um período de carência aos novos governantes. O governador Raimundo Colombo começou bem, organizado, pragmático, fazendo caixa, montou a equipe, e a presidente Dilma também começou bem o seu governo. Agora, por que fazer uma avaliação dos 100 dias somente do governo de Santa Catarina? Onde está a duplicação da BR-101? Onde está o edital de licitação da BR-280 que foi prometido? E da BR-470? Quer dizer, se é para fazer uma avaliação, temos que ser racionais, ter critérios e fazer uma avaliação séria. Isso é fundamental!

Com relação ao governo anterior, a população catarinense avaliou a gestão do governador Luiz Henrique da Silveira nas urnas, porque ganhamos as eleições no primeiro turno. Essa é a melhor avaliação! Tenho certeza de que a posição racional é dar um prazo, um tempo, para que o governador Raimundo Colombo e a presidente Dilma Rousseff possam imprimir o seu ritmo e fazer as obras que foram prometidas à população no período eleitoral.

Parabéns, deputado Jean Kuhlmann!  
O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Sr. deputado Jean Kuhlmann, vejo alguns falarem como se tudo estivesse um caos, mas não é bem assim, acho que o caos está somente na tribuna.

Quanto às críticas da Saúde, os valores pagos pelo SUS são irrisórios, o grande problema da saúde é que o valor da internação, de uma diária pelo SUS, programa do governo federal, é de R\$ 56,00. Pagam por determinadas consultas, dependendo da especialidade, menos de R\$ 5,00. Estivemos em Brasília e verificamos essa situação.

São muitas coisas a ser resolvidas, mas Santa Catarina avançou muito no governo de Luiz Henrique em todos os setores. Tenho 30 anos de atividade na Segurança Pública e nunca vi tanto investimento na Segurança. É claro que não dá para recuperar todo o tempo perdido, mas muito foi feito pelo governo.

O governador Raimundo Colombo tem muita determinação para a resolução dos problemas da Saúde, da Educação e de todos os setores.

Estão querendo pintar algo que não existe, que não é realidade, porque Luiz Henrique, Eduardo Pinho Moreira e Leonel Pavan fizeram muito. O governador Raimundo Colombo está aí para fazer mais, e o estado, com certeza, ficará muito melhor para o catarinense.

Parabéns pelas colocações!  
O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Quero parabenizar os deputados pelas colocações, principalmente o deputado Darci de Matos, que foi muito feliz! Só faltava agora, nós, que estivemos na audiência pública ontem, culpamos a presidenta Dilma Rousseff, deputado Manoel Mota, pela demora da obra no Morro dos Cavalos, que não tem, sequer, um acordo com os indígenas e a questão ambiental equacionada, mesmo depois de seis, sete anos de obra. Quer dizer, a presidenta Dilma Rousseff não tem culpa disso! A função dela é planejar, organizar e fazer com que esses problemas não voltem a acontecer, portanto, se daqui a quatro anos esse problema persistir aí, sim, será culpa dela. Um governante eficiente tem que, em primeiro

lugar, planejar, cuidar bem, zelar para ver se o gasto público realmente tem que ser feito ou não e a partir daí cuidar do futuro.

Mas enquanto a Oposição rejeita o governo, o povo aceita, e fico feliz porque a principal avaliação, srs. parlamentares, tem que ser a popular, na qual Luiz Henrique, Leonel Pavan e Raimundo Colombo se saíram muito bem. Essa é a avaliação mais importante. Fico feliz porque o governador Raimundo Colombo pensa no futuro com planejamento, deputado Jorge Teixeira.

Ele esteve em Blumenau na última sexta-feira e na última segunda-feira, para a posse do presidente da Associação Comercial e Industrial e falou com os empresários, falou com a cidade, pensou e já começou a dar notícias boas, como, por exemplo, o novo traçado da SC-474, pois a secretaria de Infraestrutura tem a obrigação, deputado Ismael dos Santos, de fazer o projeto para que a obra seja incluída no BID VI, porque é extremamente importante para Blumenau e região. Raimundo Colombo falou, em Blumenau, da questão dos policiais, anunciou e vai trabalhar para que a população tenha mais 80 policiais este ano; falou também da questão da nova delegacia regional e da continuação da obra; da questão da ponte do Badenfurt, do novo acesso para a cidade e de seu compromisso de ajudar a cidade com aproximadamente R\$ 5 milhões para garantir as desapropriações.

Então, é desta forma que as coisas devem ser feitas, com planejamento, com organização, cuidando para que o recurso público não seja jogado pelo ralo. É assim que se cuida do governo, e é dessa forma que Raimundo Colombo está pensando. Não adianta sair, deputado Elizeu Mattos, líder do governo, nesses primeiros 100 dias, prometendo mundos e fundos e não conseguir cumprir. O que tem que ser feito, sim, é economizar, planejar e, acima de tudo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, sei que esta Presidência vai, a partir deste momento, conceder horário para que o Ministério Público se manifeste nesta Casa. Assim, queria apenas lembrar aos srs. deputados, e a v.exa., sr. presidente, que logo após a manifestação do Ministério Público teremos Ordem do Dia com a votação do projeto da minirreforma administrativa, o PLC n. 0008/2011, pois o prazo vencerá no sábado.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria de cumprimentar a presidente da Câmara de Vereadores Mirins da cidade de Blumenau, a menina Amanda Cristine Schultz, e também o presidente da Câmara Municipal de Blumenau, vereador Jovino Cardoso Neto, que gostaria de um espaço neste plenário para falar do momento de insegurança que estamos vivendo na cidade de Blumenau.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Logo após a Ordem do Dia será suspensa a sessão para que possa fazer uso da palavra o representante da cidade de Blumenau.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaria de saudar o vereador de Porto União, Joaquim Padilha, que é comunicador, acompanhado do sr. Paulo.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

Gostaria também de saudar o vereador de Itaiópolis, Wilson Matias Marciniak, que acompanhado de Júlio Panchiniak e de Adriano estiveram presentes em nosso gabinete.

Sejam bem-vindos a esta Casa!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, faço minhas as saudações do deputado Antônio Aguiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência suspende a sessão pelo tempo necessário, para cumprir um dispositivo constitucional e ouvir o relato do eminente procurador-geral de Justiça, dr. Gercino Gerson Gomes Neto, que apresentará o relatório das atividades de 2010 da sua instituição.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos ao Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, quero apenas parabenizar os vereadores e dizer que a audiência pública referida ficou agendada definitivamente para o dia 25 deste mês, às 14h.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, quero fazer uma solicitação à Mesa: que houvesse a inversão da pauta da Ordem do Dia a fim de que deliberemos primeiramente o PLC n. 0008/2011, que trata da minirreforma administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Srs. deputados, é evidente que a matéria é complexa e vai render um debate necessário, mas vamos ter tempo hábil para deliberar também os vetos hoje.

Por isso, por imposição de horário e não por falta de quórum, podemos transferir os vetos para a próxima quarta-feira e deliberar hoje apenas o PLC relatado pelo deputado Elizeu Mattos, além de o Projeto de Lei n. 0102/2011, que é objeto de requerimento de todos os srs. líderes.

Consulto os srs. líderes se é possível retirarmos de pauta todos os vetos da tarde de hoje.

(Os líderes aquiescem.)

Então, os vetos ficam transferidos para a pauta da próxima terça-feira.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0102/2011, de origem governamental, que estabelece a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de

Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - para operações internas e interestaduais de saída do pinhão em estado natural.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, primeiramente quero cumprimentar o deputado Elizeu Mattos e o governador do estado. Esse é um projeto que com certeza tem grande importância para a região serrana, para a produção do pinhão em Santa Catarina, pois envolve mais de 12 mil famílias, gera muito emprego e renda para os nossos municípios.

Apresentamos esse projeto em 2009, que foi aprovado por esta Casa, mas vetado pelo então governador Luiz Henrique no início de 2010. Por essa razão, o deputado Elizeu Mattos, líder do governo, assumiu o compromisso de trazer o projeto novamente ao plenário. Demorou um ano, mas ele agora está aí. É um projeto importante e vai beneficiar o nosso estado e a grande região produtora de pinhão.

A nossa bancada vai votar, com certeza, favoravelmente ao projeto, mas há urgência nisso porque a colheita já começou. Por isso solicitamos ao líder do governo que peça ao atual governador que sancione-o rapidamente, a fim de podermos atender aos agricultores e à população catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0008/2011, de origem governamental, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da administração pública estadual e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas aditivas e modificativas e uma subemenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Com a permissão de v.exa., sr. presidente, gostaria de saber se a tramitação das emendas e dos destaques vai ser feita anteriormente à votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - É praxe da Casa que, primeiramente se discutam as emendas e os destaques. No entanto, há uma sugestão de alguns srs. parlamentares

para que se vote o projeto e depois os destaques. Esta Presidência não vê dificuldade alguma que se faça de uma forma ou de outra, dependendo do interesse dos srs. deputados.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero dizer que a nossa posição continua sendo para manter o procedimento de votarmos primeiramente as emendas destacadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está resolvido. Vai ser feito dessa forma. É regimental.

Continua em discussão o PLC n. 0008/2011.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, precisamos ver o procedimento que vamos adotar em relação às emendas. De antemão quero dizer, sr. presidente, que de todas as emendas que a nossa bancada apresentou, e foram 15 ou 16, vamos defender oito emendas.

Então, estamos propondo que se discutam as emendas, estipulando-se o tempo, por exemplo, de cinco minutos para cada parlamentar. Regimentalmente, temos dez minutos, mas estamos propondo que sejam cinco minutos para cada emenda.

Então, por parte da bancada do PT serão discutidas as Emendas n.s: 35, 36, 37, 49, 41, 42, 40 e 43.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - No sentido de termos um encaminhamento, quero saber se a defesa vai ser feita de todas de uma só vez, ou se a discussão será uma a uma. Porque a mesma prerrogativa vai ser adotada para as demais emendas.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Acho que é importante, sr. presidente, para que os deputados tenham clareza do que estarão votando, que a discussão seja uma a uma.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATOS - Acho que podem ser discutidas em bloco, porque se formos discutir uma por uma não sabemos que horas iremos sair daqui.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, o encaminhamento do líder do governo já pressupõe que vai ser tudo reprovado. Nós já sabemos disso, mas quero discutir coordenadoria LGBT e Bescor. São duas emendas e acho que temos que, pelo menos, dar a impressão de que temos condições de pautar o debate em plenário. Assim, reivindico a v.exa. a prerrogativa regimental de discutir uma a uma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Vamos caminhando e entendendo-nos ao longo do tempo. Se houver a possibilidade de fazermos a votação de todas, individualmente, vamos fazer. Se tivermos que ir mudando no andar da carruagem, vamos fazê-lo, por entendimento.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, para ajudar, e é o que todos queremos, proponho que se estabeleça um tempo mínimo de dois minutos para que se debata uma a uma.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, dois minutos é muito pouco. Proponho três minutos! Nós temos direito a dez minutos, regimentalmente, passar para dois minutos é muito pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Se v.exa. quiser os dez minutos não há nenhum problema! Não temos pressa nenhuma, deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Três minutos é um tempo bom, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Discussão e votação em destaque da Emenda Aditiva n. 35 ao PLC n. 0008/2011.

Em discussão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Quem é o autor da emenda, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Os autores são o deputado Dirceu Dresch, a deputada Luciane Carminatti e o deputado Padre Pedro Baldissera.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pedi a palavra, pela ordem, inicialmente, para encaminhar os números das emendas que irei defender, que são as de n.s: 33, 23 e 24.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Já está anotado.

Em discussão.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até três minutos, conforme entendimento dos srs. líderes.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, vou dividir o tempo com o deputado Dirceu Dresch. Então, vou falar bem rapidamente e fundamentar a minha convicção.

Apresentamos a Emenda n. 35 que propõe que a data-base para as categorias de trabalhadores sindicalizados do Poder Executivo estadual seja no mês de maio.

Essa é uma reivindicação histórica dos trabalhadores, uma vez que há inúmeras categorias, cada uma com suas trajetórias e conquistas, mas com perdas e ganhos diferenciados. A intenção é que, ao estabelecer uma data-base comum a todas as categorias, possamos, inclusive, dar uma segurança maior aos trabalhadores do serviço público e, ao mesmo tempo, avançar nas conquistas dos servidores.

Então, essa proposição não tem uma prerrogativa de gastos para o Poder Executivo. Portanto, é uma deliberação dos deputados e não do Poder Executivo, e também não há nenhum problema de inconstitucionalidade. Cabe aos parlamentares, se assim o entenderem, concordar com essa que é uma

solicitação dos trabalhadores do serviço público estadual de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Srs. deputados, precisamos criar no estado - e já estamos cobrando isso há muito tempo - uma política salarial. Mas aqui estamos tratando de uma questão específica, que é a data-base, que já existe na iniciativa privada.

Aprovamos aqui o piso mínimo regional, deputado Reno Caramori, e já foi implantada, a partir de janeiro, a proposta de data-base para todas as categorias da iniciativa privada em nosso estado. Sendo assim, defendemos que o funcionalismo público do estado também tenha um período de negociação junto ao seu patrão, que é o governo estadual.

Então, é nessa perspectiva que estamos defendendo a Emenda 35, que estabelece data-base. Em nossa avaliação, ela não gera nenhum custo para o estado e por isso não é inconstitucional. No nosso entendimento, como não cria nenhuma despesa para o estado, é constitucional e pode ser aprovada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Quero dar a justificativa da rejeição na comissão porque fui o relator. E vou justificar todas as emendas das quais pedi a rejeição.

Eu não posso admitir que o deputado Dirceu Dresch e a deputada Luciane Carminatti venham dizer que mexer em data-base não mexe no Orçamento do estado. Naturalmente que mexe!

Então, rejeitamos a emenda baseado no art. 52 da Constituição do Estado, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 52 - Não será admitido aumento

de despesas previstas: I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvado o disposto no art. 122, §§ 3º e 4º; [...]"[sic]

Portanto, não quero entrar no mérito da emenda, mas a questão da constitucionalidade é missão da comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão a emenda.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a Emenda 35.

A votação será feita no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o destaque à emenda e os que votarem "não" rejeitam o destaque à emenda.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para

encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - O nosso encaminhamento é pelo voto "não" à presente emenda!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA não

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER não

DEPUTADO ALTAIR GUIDI

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADA ANGELA ALBINO sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR não

DEPUTADO CARLOS CHIODINI não

DEPUTADO DADO CHEREM não

DEPUTADO DARCI DE MATOS não

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT não

DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim

DEPUTADO EDISON ANDRINO não

DEPUTADO ELIZEU MATTOS não

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO GILMAR KNAESEL não

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS não

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN não

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA não

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI não

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI sim

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK não

DEPUTADO MAURO DE NADAL não

DEPUTADO MOACIR SOPELSA não

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim

DEPUTADO NEODI SARETTA sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROMILDO TITON não

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK não

DEPUTADO VALMIR COMIN não

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 19 votos "não" e oito votos "sim".

Está rejeitado o destaque.

Discussão e votação das Emendas 36 e 37, de autoria do deputado Dirceu Dresch, da deputada Luciane Carminatti e do deputado Padre Baldissera.

Terão a palavra, por até três minutos, os propositores das emendas.

Em discussão.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, autora da matéria, por até três minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero fazer um destaque, primeiramente, à Emenda Supressiva 36, que trata da secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados.

As Emendas 36 e 37 tratam da mesma questão, ou seja, da criação e do orçamento da secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados, vinculando-os à Casa Civil, portanto, ao governo do estado.

A nossa bancada tem o entendimento de que essa secretaria, na verdade, institucionaliza o fisiologismo no estado de Santa Catarina. O Fundo Social tem, hoje, R\$

300 milhões a sua disposição, mas os critérios que definem que entidades, instituições e parlamentares terão acesso a esses recursos não são transparentes.

Então, temos o entendimento de que uma administração correta, moderna, eficiente, eficaz e ágil precisa ser transparente, eticamente correta e ter critérios técnicos para utilização dos recursos públicos. Entretanto, não nos parece que criando uma estrutura para receber, encaminhar e decidir quais projetos serão atendidos gere-se transparência administrativa.

Então, entendemos que não é necessária a criação de uma secretaria executiva. O que precisa é que o conjunto do governo delibere sobre o acesso e a aplicação dos recursos em cada pasta.

Somos contra, como disse, à distribuição de recursos de forma partidária, de forma pessoal e de forma eleitoreira. O governador não foi eleito para criar clientes. O governador foi eleito para executar uma gestão pública com critérios técnicos, transparentes, que dê a todos a possibilidade de acessar de forma igual e equitativamente correta esses recursos.

Então, somos favoráveis à supressão do art. 5º.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, faço novamente a leitura do art. 71 da Constituição. E, como disse antes, não entrarei no mérito das emendas, não as discutirei, mas vou-me ater à questão da legalidade. Depois só vou citar o artigo, não lerei mais na íntegra.

(Passa a ler.)

"Art. 71 - são atribuições privativas do Governador do Estado:

[...]

IV - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; e[...] [sic]

Baseado no art. 71 é que pedimos a rejeição na comissão de Constituição e Justiça dessas duas emendas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem as queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu de Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU DE MATTOS - O encaminhamento é pelo voto "não" às emendas em destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA não

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER não

DEPUTADO ALTAIR GUIDI

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADA ANGELA ALBINO sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR não

DEPUTADO CARLOS CHIODINI não

DEPUTADO DADO CHEREM não

DEPUTADO DARCI DE MATOS não

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI não

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT não

DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim

DEPUTADO EDISON ANDRINO não

DEPUTADO ELIZEU MATTOS não

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO GILMAR KNAESEL não

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS não

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN não

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA não

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI não

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER não

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI sim

DEPUTADO MANOEL MOTA não

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK não

DEPUTADO MAURO DE NADAL não

DEPUTADO MOACIR SOPELSA não

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO não

DEPUTADO NEODI SARETTA sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim

DEPUTADO RENO CARAMORI não

DEPUTADO ROMILDO TITON não

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK não

DEPUTADO VALMIR COMIN não

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Temos 25 votos "não" e sete votos "sim", contando o voto do deputado Joares Ponticelli.

Está rejeitada a emenda.

Discussão e votação da Emenda

Aditiva 40.

A bancada do PT também requer destaque.

Em discussão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até três minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, o objetivo dessa emenda apresentada pela bancada do Partido dos Trabalhadores é garantir que os recursos públicos resultantes da venda da estatal Imbituba Administradora da Zona de Processamento e Exportação tenham um destino nobre, um destino que todos os parlamentares, quando sobem a esta tribuna, defendem, que é a construção e manutenção dos hospitais e o tratamento da dependência química, que é um clamor da nossa sociedade.

A saúde não é a prioridade do governo? Ele, em todos os momentos, está dizendo que saúde e segurança são prioridades, que cuidar das pessoas é prioridade. Pois bem, nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, estamos contribuindo com o governo, possibilitando que esses recursos sejam destinados ao enfrentamento dos problemas da saúde pública, principalmente a dependência química.

Por isso, peço que os srs. deputados e as sras. deputadas votem "sim".

Muito obrigada!  
(SEM REVISÃO DA ORADORA)  
O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Continua em discussão.  
(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - O encaminhamento é pelo voto "não"!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	não
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada da votação.

Temos 25 votos "não" e oito votos "sim".

Está rejeitada a emenda.

Discussão e votação da Emenda Modificativa 41, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Em discussão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODIR SARETTA - Sr. presidente, vou discutir as Emendas 41 e 42,

embora v.exa. possa encaminhar a votação em separado. Eu prefiro que a votação seja feita em separado, mas faço a discussão em conjunto.

Trata da licença-prêmio. Com relação à supressão do direito já há entendimento pacífico dos nossos tribunais de que o direito adquirido não pode ser suprimido. Não há que se falar em tirar o direito de usufruir da licença-prêmio apenas porque o servidor está encaminhando a sua aposentadoria. O que prevê o projeto do governo é que o servidor, passando à inatividade e não tendo encaminhado os seus requerimentos de licença-prêmio, tenha a perda desse direito.

Como disse anteriormente, essa, sim, é uma matéria inconstitucional, pois derruba um direito adquirido. Além do que, sr. presidente e srs. deputados, em muitos casos não é o servidor que não desejou gozar a licença-prêmio, mas a necessidade do serviço público que o impediu de fazê-lo.

A Emenda 41, sr. presidente, permite, inclusive, que seja usufruída pelo período mínimo de 15 dias, exatamente para possibilitar que ele usufrua dela quando há dificuldade na concessão do um mês todo ou até mesmo interesse do servidor.

Por isso, fazemos um apelo para que não seja subtraído esse direito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a Emenda 41.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, faço o encaminhamento da votação das Emendas 41 e 42 pelo voto "não"! O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, encaminhamos pelo voto "sim". Somente para esclarecimento, devo dizer que estamos votando a emenda que permite o gozo de 15 dias de licença-prêmio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Em votação a Emenda 41.

Solicito que seja aberto o painel eletrônico para votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	não
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	

DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Consulto os srs. deputados se todos exerceram o seu direito de voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Colho o resultado.

Temos 23 votos "não" e seis votos

"sim".

Está rejeitada a Emenda 41.

Em votação a Emenda 42.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda e os que votarem "não" rejeitam-na.

Solicito que seja aberto o painel eletrônico para a votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	não
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Consulto se todos os srs. deputados votaram.



(Pausa)  
Está encerrada a votação.  
Colho o resultado.  
Votaram 30 srs. deputados.  
Temos 23 votos "não" e sete votos "sim".

Está rejeitada a Emenda 42.  
Discussão e votação da Emenda 43.  
Em discussão.  
A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, a reforma extingue 20 cargos de contador da Fazenda Estadual, extingue também 110 cargos remanescentes de analista de sistemas da Receita Estadual e extingue 85 cargos de analista técnico em gestão da comunicação pública.

O que não entendemos, sr. presidente e srs. deputados, é que não faz sentido o governo do estado extinguir um determinado número de cargos e criar mais 231 cargos comissionados. Os cargos de carreira, srs. deputados e sras. deputadas, da secretaria da Fazenda, são essenciais para o bom funcionamento daquela pasta e para a arrecadação do estado. Por que extinguir os cargos de carreira do estado?

A bancada do PT é contra a extinção desses cargos e registra a falácia do discurso que afirma que essa medida visa à economia de recursos. Economiza recursos onde? Essa é a pergunta que fazemos. Independentemente disso, sr. presidente, extinguir cargos vagos ou cargos a vagar num futuro muito distante para mim é hipocrisia.

Por isso, estamos defendendo a manutenção desses cargos de carreira de estado.

Pedimos voto "sim", srs. deputados. (SEM REVISÃO DA ORADORA)  
O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigada, deputada Ana Paula Lima. Continua em discussão.

(Pausa)  
Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.  
O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o líder do governo deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, o governo apresentou uma emenda mantendo os cargos da Fazenda. Por isso, encaminhamos o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está em votação a Emenda 43.  
Solicito que seja aberto o painel eletrônico para votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm a emenda e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA não  
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER não  
DEPUTADO ALTAIR GUIDI não  
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim  
DEPUTADA ANGELA ALBINO sim  
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR não  
DEPUTADO CARLOS CHIODINI não  
DEPUTADO DADO CHEREM não  
DEPUTADO DARCI DE MATOS não

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT não  
DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim  
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI não  
DEPUTADO EDISON ANDRINO não  
DEPUTADO ELIZEU MATTOS não  
DEPUTADO GELSON MERISIO não  
DEPUTADO GILMAR KNAESEL não  
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS não  
DEPUTADO JAILSON LIMA não  
DEPUTADO JEAN KUHLMANN não  
DEPUTADO JOARES PONTICELLI não  
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA não  
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER não  
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI não  
DEPUTADO KENNEDY NUNES não  
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI sim  
DEPUTADO MANOEL MOTA não  
DEPUTADO MARCOS VIEIRA não  
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK não  
DEPUTADO MAURO DE NADAL não  
DEPUTADO MOACIR SOPELSA não  
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO não  
DEPUTADO NEODI SARETTA sim  
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim  
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim  
DEPUTADO RENO CARAMORI não  
DEPUTADO ROMILDO TITON sim  
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim  
DEPUTADO SILVIO DREVECK não  
DEPUTADO VALMIR COMIN não  
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI não

Consulto se todos os srs. deputados votaram.

(Pausa)  
Está encerrada a votação.  
Colho o resultado.  
Votaram 28 srs. deputados.  
Temos 21 votos "não" e sete votos "sim".

Está rejeitada a Emenda 43.  
Discussão e votação da Emenda 49, de autoria da bancada do PT.

Em discussão.  
O Sr. Deputado Romildo Titon - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, acho que houve um engano por parte da bancada do PT porque essa emenda não foi rejeitada, ela só ficou prejudicada porque o governo encaminhou a esta Casa uma emenda com o mesmo teor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - A bancada do PT retira a emenda? (O líder do PT retira.)

Está retirada a Emenda n. 49.  
Deputado Sargento Amauri Soares, tenho em mãos as Emendas 33, 23 e 24, de sua autoria. V.Exa. deseja discuti-las separadamente?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sim, sr. presidente.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, já havia formalizado por escrito, mas gostaria de registrar minha intenção de discutir as Emendas 28 a 32.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) -

Discussão e votação da Emenda 23.  
Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, na verdade essa emenda trata do mesmo artigo das duas emendas defendidas pelo deputado Neodi Saretta, o art. 62, que foi criado, metido com uma cunha no meio dessa adequação, dessa minirreforma administrativa e que tira direitos dos servidores públicos estaduais.

É uma cunha, pois a adequação administrativa não tem nada a ver com isso. Isso é retirada de direito, porque exige que o servidor assine um termo de desistência de um direito como condição para ingressar na aposentadoria ou na reserva remunerada, no caso dos militares. Ou seja, isso é uma supressão de um direito.

A maioria dos servidores públicos do estado de Santa Catarina está com licenças especiais e licenças-prêmio acumuladas e não é por vontade deles. As licenças estão acumuladas porque o estado não tem efetivo na linha de frente, na ponta. Isso vale para o policial militar, para o bombeiro militar, para o policial civil, para o agente prisional; vale na Saúde, nos hospitais, assim como também na Segurança; vale para a Educação, para o magistério em geral. Os servidores não têm usufruído a licença-prêmio, para os civis, e a licença especial, para os militares, porque o gestor, o chefe imediato não tem efetivo para colocar no seu lugar.

O que acontece é que as licenças vão-se acumulando porque o gestor tem o poder discricionário de dizer se vai conceder ou não num determinado mês, tem o poder discricionário de conceder ou não. E foi metida essa cunha nesse projeto de lei, absolutamente fora de contexto, inclusive, dizendo que o servidor somente vai-se aposentar ou passar para a reserva se antes assinar um termo desistindo do direito de usufruir da licença especial ou prêmio.

A nossa emenda é no sentido de que se chegar a esse ponto, a esse extremo, e temos uma quantidade enorme de servidores nessas condições, que o estado, pelo menos, recompense pagando a licença que ele não deu o direito ao servidor de usufruir.

Essa é a nossa emenda e pedimos o voto "sim" para evitar que se cometa uma injustiça contra todos os servidores do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em discussão.

(Pausa)  
Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.  
O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos, líder do governo.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - O nosso encaminhamento é também pelo voto "não".

Sr. presidente, quantas emendas ainda há em destaque?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Temos ainda cinco emendas, sr. deputado.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Gostaria apenas de chamar a atenção, sr. presidente, de que para aprovar o PLC

necessitamos de 21 votos. Tanto para aprovar as emendas quanto para aprovar o projeto necessitamos de 21 votos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Vamos votar a Emenda Modificativa 23.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	não
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 23 votos "não" e sete votos "sim".

Está rejeitada a emenda.

Discussão e votação da Emenda 24.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir a Emenda 24.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, para discutir a emenda, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o art. 79 deste PLC é o item das exclusões, aquilo que está sendo revogado. Então, já que o governo está revogando e extinguindo estruturas, cargos e até a ZPE de Imbituba, resolvemos extinguir também algumas coisas, o que, a nosso critério, é mais justo.

Por exemplo, a Lei n. 12.929, de 2004, cria a possibilidade, na minha avaliação inconstitucional, de privatizar os serviços de saúde através de cessão às organizações sociais. Assim, propomos a revogação da referida Lei n. 12.929, que possibilita, de forma inconstitucional, reafirmo, a privatização da saúde pública.

Pedimos ainda a extinção de todos os atos administrativos e portarias que excluíram policiais militares em razão de reivindicação salarial. Essa nossa emenda é nesse sentido, ou seja, do cumprimento daquela tão sonhada anistia que está respaldada por lei federal em vigor no país inteiro, menos em Santa Catarina. Desde janeiro os demais estados da federação já vêm cumprindo essa lei federal, mas Santa Catarina, porque entrou com uma Adin, considera-se no direito de não a cumprir.

Sr. presidente, o item "I" do art. 79 do PLC propõe revogar todas aquelas portarias que expulsaram policiais militares por terem participado de movimento reivindicatório em defesa da Lei Complementar n. 254, aprovada nesta Casa, tão prometida, mas não cumprida. E quando os policiais resolveram reivindicar, foram severamente punidos, muitos com expulsão e exclusão, sendo todos de excepcional comportamento, do melhor tipo de policial militar do estado de Santa Catarina.

Assim, através dessa medida simples e que não cria nenhum custo, apenas benefício, porque proporciona o reingresso de servidores para trabalhar para a população, para fazer a segurança da sociedade, estaríamos fazendo justiça!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	não
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	abstenção
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 20 votos "não", sete votos "sim" e uma abstenção.

Está rejeitada a emenda.

Discussão e votação da Emenda 33 ao Projeto de Lei Complementar n. 0008/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, esta emenda não produz nenhum custo, até porque ela revoga um dos artigos deste PLC, ou seja, o artigo que transfere poderes do Ciasc para a secretaria de Administração.

Como não há na justificativa uma exposição de motivos que justifique essa transferência de parte das atribuições do Ciasc, a nossa sugestão é a supressão do art. 17 do PLC n. 0008/2011.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "não" rejeitam a emenda e os que votarem "sim" aprovam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Consulto se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.  
Votaram 29 srs. deputados.  
Temos 22 votos "não" e sete votos "sim".

Está rejeitada a Emenda 33.  
Discussão e votação da Emenda Modificativa 28 ao PLC n. 0008/2011, de autoria da deputada Angela Albino.

Em discussão.  
A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputada Angela Albino, há cinco emendas de sua autoria. V.Exa. quer discutir uma a uma?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, gostaria de apresentar uma proposta, até porque meus dons mediúnicos me dizem que vamos perder a votação de todas as emendas. Então, para não cansar os ouvidos dos colegas, quero pedir-lhe cinco minutos para defender uma emenda em especial, que considero da maior relevância. Das outras falarei apenas genericamente, porque já sabemos de antemão o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Concedo cinco minutos a v.exa., deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, apresentei cinco emendas, uma delas referente ao artigo que suprime a ZPE de Imbituba, porque parece que esse tema não deveria ter sido trazido na forma proposta pelo governo, ou seja, via reforma administrativa, porque tem impacto na região e precisamos ouvir a população.

Propus também que coubesse à secretaria da Casa Civil a responsabilidade de disponibilizar estrutura para o funcionamento das coordenadorias instituídas pelo PLC, mas que são apenas uma ficção jurídica, já que nenhuma delas pode funcionar em função da falta de estrutura.

Propus ainda, sr. presidente, que o governo suprimisse a extinção da Bescor que, assim como a ZPE, exige um debate mais apurado.

Por fim, solicitei a supressão da mudança nos critérios da formação da lista quintupla para a escolha do presidente do Iprev, pois isso representa um retrocesso.

Todas essas emendas me parecem adequadas, mas conheço o entendimento da base do governo sobre o tema. Por isso, vou reservar, sr. presidente, mais tempo para discutir a criação da Coordenadoria Estadual de Políticas para Pessoas com Deficiência.

Sabemos que há nesta Casa e na base do governo pessoas interessadas nesse tema e queremos, mesmo sabendo da indicação do governo de rejeitar todas as emendas, fazer um apelo aos parlamentares para que pensem um pouco mais sobre o assunto. A nossa agenda é propositiva, a nossa emenda diminui dois cargos para poder montar essa coordenadoria.

Santa Catarina é um dos únicos estados do país que não tem nenhum agente público que coordene as ações na área das pessoas com deficiência. Temos um grave problema de acessibilidade no estado e um baixo conhecimento da sociedade sobre esse tema. O governo poderia dar uma grande contribuição se abrisse mão de apenas - e vou aqui dizer novamente - dois cargos que seriam remanejados para a criação da coordenadoria.

Já conversei com um membro do governo, no sentido de que se o governador considerar que não pode ser feito via minirreforma, remeta, deputado Elizeu Mattos, a esta Casa projeto que viabilize a nossa sugestão.

Na verdade, pedimos a criação de duas coordenadorias, sendo que a segunda está direcionada a tratar das políticas sobre a diversidade sexual. Contudo, compreendendo que esse debate no estado ainda está bastante atrasado, foco minha solicitação aos colegas no sentido de que aqueles que se não se sentirem com condições de aprovar nossa emenda agora, levem esse pleito ao governador, para que ele mande para esta Casa um projeto da mesma natureza criando, em Santa Catarina, uma estrutura administrativa que trate sobre esse tema.

Vários deputados têm demandas nas suas regiões eleitorais sobre o assunto e é uma medida de impacto e de significância para Santa Catarina.

Fica aqui o meu apelo pelo voto "sim" para a Emenda 28, que dispõe sobre a criação da Coordenadoria de Política de Pessoas com Deficiência.

Muito obrigada!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputada Angela Albino, consulto v.exa. se é possível colocar as cinco emendas para votação conjunta. Estou fazendo o pedido para que possamos votar em separado a Emenda 28 e votar juntas as outras emendas.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, dizem que a esperança é a última que morre e eu mantenho a minha. Se v.exa. assim encaminhar, está bom para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - A Emenda 28 será votada separadamente e as demais emendas, juntas.

Muito obrigado, deputada Angela Albino.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, vamos votar a Emenda 28 agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Sim, deputado Elizeu Mattos, votaremos a Emenda 28 agora e depois votaremos as Emendas 29, 30, 31 e 32.

Continua em discussão.  
(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, não vamos discutir o mérito da Emenda 28. Com relação à rejeição do relator, deveu-se à inconstitucionalidade, porque não cabe ao Parlamento criar cargos, mas ao Executivo.

Por isso, o meu encaminhamento, não discutindo o mérito da Emenda 28 e acompanhando o relator, é pelo voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "não" rejeitam a emenda, os que votarem "sim" aprovam-na.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	abstenção
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	
A Presidência consulta se algum deputado deixou de votar.	
(Pausa)	
Está encerrada a votação.	
Votaram 27 deputados.	
Temos sete votos "sim", 19 votos "não" e uma abstenção.	
Está rejeitada a Emenda 28.	
Discussão e votação das Emendas 29, 30, 31 e 32 ao PLC n. 0008/2011.	
Devido a compreensão da deputada Angela Albino, poderemos votar as quatro emendas em conjunto.	
Em discussão.	
(Pausa)	
Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.	
Em votação.	
O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.	
O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos, para encaminhamento de votação.	
O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, da mesma forma, o encaminhamento é pelos voto "não" às emendas, acompanhando o relator, deputado Romildo Titon.	
O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Os srs. deputados que votarem "não" rejeitam a emenda e os que votarem "sim" aprovam-na.	
(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)	
DEPUTADA ADA DE LUCA	não
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR  
 DEPUTADO CARLOS CHIODINI  
 DEPUTADO DADO CHEREM  
 DEPUTADO DARCI DE MATOS  
 DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT  
 DEPUTADO DIRCEU DRESCH  
 DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI  
 DEPUTADO EDISON ANDRINO  
 DEPUTADO ELIZEU MATTOS  
 DEPUTADO GELSON MERISIO  
 DEPUTADO GILMAR KNAESEL  
 DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS  
 DEPUTADO JAILSON LIMA  
 DEPUTADO JEAN KUHLMANN  
 DEPUTADO JOARES PONTICELLI  
 DEPUTADO JORGE TEIXEIRA  
 DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER  
 DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI  
 DEPUTADO KENNEDY NUNES  
 DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI  
 DEPUTADO MANOEL MOTA  
 DEPUTADO MARCOS VIEIRA  
 DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK  
 DEPUTADO MAURO DE NADAL  
 DEPUTADO MOACIR SOPELSA  
 DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO  
 DEPUTADO NEODI SARETTA  
 DEPUTADO NILSON GONÇALVES  
 DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA  
 DEPUTADO RENO CARAMORI  
 DEPUTADO ROMILDO TITON  
 DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES  
 DEPUTADO SILVIO DREVECK  
 DEPUTADO VALMIR COMIN  
 DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

A Presidência consulta os srs. deputados se todos exerceram o seu direito de voto. (Pausa)

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos sete votos "sim", 23 votos "não" e nenhuma abstenção. Estão rejeitadas as Emendas 29, 30, 31 e 32.

Discussão e votação da Emenda 07, de autoria do deputado Marcos Vieira.

Em discussão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, a emenda é muito simples, resolve uma questão histórica entre da cidade de Serra Alta com Maravilha e Chapecó. Se v.exas. consultarem o mapa do estado verão a proximidade de Serra Alta com Maravilha e com Chapecó.

Hoje, na estrutura organizacional do estado, Serra Alta faz parte da SDR de Chapecó, porém não faz divisa com nenhum município que pertence àquela regional.

O prefeito Claudinei Senhor assinou um documento na tarde de hoje, juntamente com os vereadores do município, pedindo que seja feita a transferência de Serra Alta da SDR de Chapecó para a SDR de Maravilha, até porque, para resolver os seus problemas, a população tem que percorrer 75km até Chapecó, ao passo que até Maravilha são somente 16km.

Portanto, desejo ter o apoio dos srs. deputados no sentido de que Serra Alta passe a fazer parte da SDR de Maravilha, sob o argumento, sr. presidente, de que não há qualquer tipo de despesa, simplesmente a população será beneficiada deixando de percorrer tanta distância para resolver suas demandas.

O eminente deputado Romildo Titon, na sua argumentação, diz que é atribuição

privativa do governador do estado fazer, mediante decreto, desse tipo de mudança. Data vênha do deputado Romildo Titon, vou permitir-me discordar, até porque neste caso não pode ser feito por decreto, porque Serra Alta foi incluída na SDR de Chapecó através da Lei Complementar n. 381.

Então, entendo, sr. presidente e srs. deputados, que é de grande interesse da população de Serra Alta que essa modificação seja feita. Até porque há um documento acostado à emenda do qual que consta a assinatura do prefeito Claudinei Senhor - que aqui está - bem como de todos os vereadores. E se a Câmara Municipal se manifesta a favor da mudança, significa dizer que a população também deseja fazer parte da SDR de Maravilha.

Apesar de sair de uma regional de grande porte para ir para uma regional de médio porte, eles têm essa preferência, tendo em vista que o gasto da população quando procura os órgãos públicos de Chapecó é grande.

Então, peço o apoio e faço um apelo aos srs. deputados para que aprovelem este destaque, apertando o botão n. 1.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O sr. presidente (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, hoje vou votar com o deputado Marcos Vieira. Conheço bem a questão, é da minha região e com certeza se a população, a administração e a Câmara de Vereadores têm esse anseio, devemos apoiar essa iniciativa.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Quero apenas fazer o contraponto às colocações do deputado Marcos Vieira. Quando falei em decreto, não inventei isso, porque está no art. 71 da Constituição do Estado.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, acabei de receber uma ligação do deputado Antônio Ceron, secretário da Articulação, que passará a chamar-se Casa Civil.

Com relação à Serra Alta - e isto já foi comunicado ao deputado Marcos Vieira -, a emenda foi vetada por inconstitucionalidade, mas o governo já está estudando, através da secretaria de Planejamento, uma projeto a ser enviado a esta Casa fazendo a alteração.

Portanto, o encaminhamento é pelo voto "não".

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para declaração de voto, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Elizeu Mattos, ouvi que o governo se compromete a encaminhar projeto para resolver a questão de Serra Alta. Mas acho que quem deve realmente decidir a qual SDR quer pertencer são as pessoas que residem na região.

O meu voto seria "sim", porque entendo que o pleito de um prefeito e dos vereadores deve ser observado. Mas com a palavra do líder do governo, acho que, deputado Marcos Vieira, temos a segurança de que vai ser atendido o pleito de Serra Alta através de um projeto de lei de origem governamental.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Quero apenas fazer constar, sras. deputadas, srs. deputados, que o prefeito Claudinei Senhor, da cidade de Serra Alta, e o ex-vice-prefeito Amarildo Damo vieram especialmente à capital para pedir o apoio de v.exas. à emenda no sentido de fazer com que Serra Alta passe da SDR de Chapecó para a de Maravilha. Sejam bem-vindos, prefeito e Amarildo.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, entendendo o teor da matéria, principalmente o quanto vai ser importante para o município de Serra Alta, devo acompanhar o deputado Marcos Vieira na votação.

De qualquer maneira, já me antecipei ao processo, encaminhei um expediente ao governador do estado e conversei pessoalmente com ele, de quem obtive o compromisso de que encaminhará a esta Casa projeto para regularizar a situação de Serra Alta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o destaque e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	não
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI  
 DEPUTADO MANOEL MOTA  
 DEPUTADO MARCOS VIEIRA  
 DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK  
 DEPUTADO MAURO DE NADAL  
 DEPUTADO MOACIR SOPELSA  
 DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO  
 DEPUTADO NEODI SARETTA  
 DEPUTADO NILSON GONÇALVES  
 DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA  
 DEPUTADO RENO CARAMORI  
 DEPUTADO ROMILDO TITON  
 DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES  
 DEPUTADO SILVIO DREVECK  
 DEPUTADO VALMIR COMIN  
 DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 17 votos “não” e 12 votos “sim”.

Está rejeitado o destaque.

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0008/2011, com as emendas aprovadas nas comissões.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu quero pedir licença aos demais pares para poder discutir o mérito do projeto, expondo a posição da nossa bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - V.Exa. tem cinco minutos para, da tribuna, expor a posição da bancada com relação ao PLC 0008/2011.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Antes da discussão do deputado Dirceu Dresch, quero informar que agora precisaremos de 21 votos para aprovar a matéria, porque se trata de PLC.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, a nossa bancada não mediu esforços para participar, para discutir essa matéria. A deputada Angela Albino, o deputado Sargento Amauri Soares e mais alguns deputados apresentaram emendas ao projeto que, não aceitas na comissão, nem vieram ao plenário.

Reconhecemos e avaliamos como positivas várias medidas, várias emendas que a nossa bancada apresentou. Todas as emendas aqui discutidas tiveram a autoria da bancada. O governo incorporou algumas delas, como a da Fundação Estadual do Meio Ambiente, mantendo as 22 regionais para atender à população na ponta.

Fizemos um grande esforço estudando a reforma e propondo emendas que, em nossa avaliação, tinham a finalidade de dar oportunidade a setores que sempre estiveram excluídos do debate dos grandes temas de Santa Catarina, como a questão racial e a questão da micro e pequena empresa.

Fiamos preocupado com a venda do patrimônio da ZPE de Imbituba; com a criação da coordenação de Desvinculação, muito complicada, muito complexa, pois um grupo de pessoas receberá as demandas do Fundo Social e fará a seleção. E os deputados da base do governo que se cuidem, porque essas pessoas vão acompanhar a posição de cada parlamentar nas votações.

Outra questão complicada é a retirada de direito do funcionalismo público, ou

sim seja, o governador que falou de cuidar das pessoas tira um direito sagrado dos servidores públicos, que é a licença-prêmio.

Mais uma área nos chamou a atenção: a secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável terá um poder fantástico, deputado Neodi Saretta, dentro do governo. Qual é o objetivo para o secretário Paulo Bornhausen ter tanto poder? Ele terá muito mais poder do que os demais secretários de estado!

Uma das grandes reclamações do governo estadual é que não tem funcionários suficientes para atuar na fiscalização. No entanto, está extinguindo cargos de carreira e criando mais cargos comissionados. O que essas pessoas vão fazer? Vão servir café, vão fazer o quê? Isso não está definido na reforma.

Reconhecemos que há avanços, mas essa reforma não mexeu nas questões estratégicas como, por exemplo, na Saúde, na Segurança, na Educação e em outros setores.

Não concordamos de forma alguma que simplesmente todas as emendas sejam inconstitucionais. A bancada do PT reconhece que há avanços, mas por todos esses pontos levantados votará contra o PLC n. 0008/2011.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quero, inicialmente, registrar a presença de todos os vereadores da Câmara Municipal de Imbuia. E cito apenas o nome do vereador Atair Francisco de Andrade representando os demais, de todos os partidos políticos, também nossos amigos de longa data. Agradeço a presença e coloco-me à disposição naquilo que for preciso.

Com relação ao Projeto de Lei Complementar n. 0008/2011, queremos registrar, primeiramente, que há aspectos importantes e um deles é a criação da secretaria de Defesa Civil.

Eu pensei que na minirreforma administrativa o governador Raimundo Colombo encaminhasse algumas questões que, imaginei, estivessem na sua vontade, referentes às secretarias de Desenvolvimento Regional.

Estamos falando, desde o ano passado, há mais de um ano já, que 36 SDRs para o estado de Santa Catarina é um exagero. A descentralização é importante, com certeza, mas 36 SDRs é um absurdo. Poderíamos usar pelo menos a metade desses recursos para contratar policiais e bombeiros, para contratar servidores da Saúde, da Educação e para remunerar melhor esses servidores.

Fiz um cálculo, ainda no ano passado, sobre essa questão e com apenas 16 SDRs ninguém precisaria deslocar-se mais de 100km para chegar até elas. Com 16 SDRs haveria uma sede para cada região do estado e as pessoas teriam que se deslocar, em média, 50km para chegar até a sede da sua SDR. Poderiam dizer que uma região importante estaria ficando de fora com esse número que o deputado Sargento Amauri Soares está apresentando, mas não! Inclusive, em São Lourenço do Oeste, que fica relativamente distante de Chapecó, ou em São Miguel d'Oeste poderia existir uma que seria a 1ª ou a 16ª.

Então, dá para sentir que existe um constrangimento com relação a esse assunto,

mas não está no debate, na minha avaliação por razões políticas e não por razões administrativas e funcionais.

Outro aspecto do PLC que estamos para votar nos próximos minutos é que as 49 emendas apresentadas pelos parlamentares foram rejeitadas. Nós apresentamos seis emendas, todas foram rejeitadas.

Na tarde de hoje, das seis que defendemos, três tinham destaque, e todas elas foram rejeitadas, assim como as outras dezenas defendidas por outros parlamentares que também foram rejeitadas.

Fala-se que o deputado não pode criar gastos para o Poder Executivo pagar, mas muitas das emendas não geravam despesa. E o governo toma a iniciativa de encaminhar para o Poder Legislativo um projeto de lei complementar que, inclusive, de forma extemporânea, tira direito de servidor público. O dispositivo do art. 62 impõe que o servidor público, antes de se aposentar, tenha que assinar a desistência do usufruto do direito à licença especial, sendo mais uma tesourada num direito dos servidores públicos deste estado.

Eles já estão cansados. Há idosos discriminados, com uma carga de trabalho maior do que a própria força humana pode realizar, que estão perdendo mais um direito, deixando a possibilidade, inclusive, de recorrer à Justiça, porque se ele assinar a desistência sem recorrer a ela, o juiz não aceitará qualquer recurso.

Por conta dessa questão e de algumas outras, vamos contra o PLC 0008/2011.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem “sim”, aprovam o Projeto de Lei Complementar n. 0008/2011 e os que votarem “não” rejeitam-no.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, encaminhamos o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Solicito aos srs. deputados que registrem seus votos no painel eletrônico.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCEU HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	



DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	ordem, sr. presidente.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não	O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim	DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr.
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim	DEPUTADO VALMIR COMIN	sim	deputado Elizeu Mattos.
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim	DEPUTADO VOLNEI MORASTONI		O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS -
DEPUTADO KENNEDY NUNES				Vamos votar em segundo turno agora, sr.
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não			presidente?
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim			O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim			Sopelsa) - Votaremos em segundo turno logo
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim			em seguida.
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim			Esta Presidência, antes de encerrar a
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim			presente sessão, convoca outra, extraordinária,
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim			para hoje, às 18h17, para votação do segundo
DEPUTADO NEODI SARETTA	não			turno das matérias aprovadas anteriormente.
DEPUTADO NILSON GONÇALVES				Está encerrada a sessão.
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não			
DEPUTADO RENO CARAMORI				

# ATA DA 006ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2011

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 18h17, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darcy de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

#### SUMÁRIO

##### Ordem do Dia

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Encaminha o voto "sim" ao PLC 0008/2011.

**DEPUTADO ALDO SCHNEIDER** (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Imbuia; convoca os deputados da comissão de Agricultura para reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0008/2011, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da administração pública estadual e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas aditivas, modificativas e uma subemenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. Deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Da mesma forma que ocorreu no primeiro turno, encaminho o voto "sim".

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, gostaria de cumprimentar os vereadores do município de Imbuia: Adriano da Cunha, Deny Scheidt, Jarmas Machado, Edegar Rengel, Lourival Capistrano, Evaldo Erhardt e Altair da Silva, que estão na Assembleia acompanhando esta sessão.

Após o término, iremos à comissão de Agricultura e Política Rural para obter um esclarecimento da superintendência do Banco do Brasil. Assim, aproveito, sr. presidente, para convidar os srs. deputados integrantes da comissão de Agricultura para, após a conclusão dos trabalhos, dirigirmo-nos à sala de reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Aldo Schneider.

A votação será no painel, srs. deputados.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não

DEPUTADA ANGELA ALBINO não

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI sim

DEPUTADO DADO CHEREM sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS sim

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH não

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI sim

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO GELSON MERISIO sim

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA sim

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI sim

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI não

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim

DEPUTADO MAURO DE NADAL sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim

DEPUTADO NEODI SARETTA não

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA não

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES não

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALMIR COMIN sim

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 23 votos "sim" e sete votos

"não".

Está aprovado.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 18h20, para votação da redação final das matérias.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 007ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2011

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 18h20, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Renato Hinnig -

Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

As atas das sessões anteriores serão lidas na sessão ordinária do dia de amanhã.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0008/2011.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0102/2011.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para as 19h, em homenagem a Aderbal Ramos da Silva, na passagem do centenário de seu nascimento.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 003ª SESSÃO ESPECIAL

## DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2011, ÀS 16H

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

#### APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DO ANUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Neste momento convido para compor a mesa o procurador-geral de Justiça, dr. Gercino Gerson Gomes Neto;

Senhor corregedor-geral do Ministério Público, Paulo Ricardo da Silva;

Senhora Gladys Afonso, subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos;

José Eduardo Orofino da Luz Fontes, subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Para o cumprimento do que dispõe a Constituição do Estado de Santa Catarina, convido para fazer uso da palavra o sr. procurador-geral de Justiça, Gercino Gerson Gomes Neto, para apresentar o relatório anual do Ministério Público.

V.Exa. tem a palavra para, no tempo que for necessário, fazer a explanação das atividades do Ministério Público Estadual em 2010.

O SR. PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA GERCINO GERSON GOMES NETO - Excelentíssimo senhor deputado Gelson Merisio, digníssimo presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor deputado Reno Caramori;

Excelentíssima senhora deputada Ana Paula Lima;

Excelentíssimo senhor corregedor-geral do Ministério Público, doutor Paulo Ricardo da Silva;

Excelentíssimo senhor José Eduardo Orofino da Luz Fontes, subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Administrativos;

Excelentíssima senhora Gladys Afonso, subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos jurídicos;

Senhores deputados, senhoras deputadas, senhoras e senhores, demais integrantes da equipe por mim comandada no Ministério Público do Estado de Santa Catarina nesses últimos quatro anos;

Senhores servidores do Ministério Público.

Em cumprimento à Lei Orgânica Estadual, mais uma vez compareço a esta augusta Casa para apresentar o relatório de gestão do Ministério Público do ano de 2011.

Inicialmente, digo a v.exas. que é uma satisfação muito grande estar aqui, no momento em que estamos concluindo o segundo mandato à frente da Procuradoria-Geral de Justiça, na chefia do Ministério Público. A nossa equipe se desincumbiu, tenho certeza, adequadamente de sua missão, e em razão disso apresentamos o relatório do último ano.

O Ministério Público é uma função essencial à Justiça e por determinação constitucional cabe-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tendo atuação judicial e extrajudicial. Eu diria que hoje a atuação extrajudicial é tão forte senão mais do que a atuação judicial do Ministério Público.

Os dados são estatísticos, apenas há exposição numérica e algumas explicações sobre elas. Posteriormente v.exas. receberão o relatório em papel, que também será publicado na página do Ministério Público a partir de hoje.

Quanto aos membros do Ministério Público, tivemos um incremento de 2009 para 2010 na ordem de 4%, com o ingresso de promotores de Justiça. Na verdade ingressaram 21 membros. Tivemos algumas aposentadorias e infelizmente alguns colegas faleceram no exercício da função.

Com relação aos servidores, aumentou em 3% o número de servidores do Ministério Público de um ano para o outro.

No que se refere aos recursos orçamentários, o incremento foi da ordem de 16% especificamente decorrente do aumento da arrecadação do estado. O índice para este ano é um incremento estimado em 16%, incluindo o aumento da arrecadação e a elevação do duodécimo de 3,10% para 3,23%, aprovado por esta augusta Casa.

Com relação à distribuição de recursos orçamentários, o Ministério Público gasta 83,97% dos seus recursos com pessoal; com manutenção, 14,83% e com investimento, 1,19%. É bom que se diga que no Ministério Público a maior parcela de recursos para investimentos vem do Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público, que tem uma dotação específica para tanto. Portanto, a maior parte do recurso oriundo da fonte 100 vai para pagamento de pessoal e manutenção da máquina.

Consumimos em 2009 88% dos recursos com pessoal, 11% com manutenção e 0,06% com investimento. Houve um decréscimo em relação à fatia no que diz respeito a pessoal e crescimento na manutenção, justamente porque o Ministério Público de Santa Catarina cresceu significativamente nos últimos quatro anos.

Com relação ao Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público a que me referi, o orçamento de 2010 foi de R\$ 16 milhões e para 2011 será de R\$ 21 milhões e os principais investimentos foram em informática, mobiliário, veículos, equipamentos de toda a natureza, bem como a manutenção dos imóveis próprios e locados.

O Fundo de Reconstrução de Bens Lesados é um fundo estadual que apenas é

administrado pelo Ministério Público. Seus recursos decorrem de ajustamentos de conduta, de condenações e visam especialmente à contratação de perícias e a projetos vinculados à recuperação do patrimônio histórico, artístico, paisagístico e ambiental, ou seja, os interesses coletivos e difusos. Normalmente entidades apresentam projetos e o conselho, que é presidido pela dra. Gladys, aprova ou não.

A redução de 53% nos recursos decorre do fato de que no ano passado tivemos um grande ajustamento de conduta, com uma multa compensatória na área ambiental pago por reflorestadoras, que significou um aporte significativo no fundo no ano anterior.

Com relação ao Fundo de Estudos e Aperfeiçoamento Profissional, houve um incremento de 800% e temos investido significativamente no aperfeiçoamento funcional de membros e servidores do MPE.

Com relação ao patrimônio do Ministério Público, é importante destacar que de 2009 para 2010 tivemos um aumento da frota de veículos de 27%; em equipamentos de informática, de 19%; em mobiliário em geral, utensílios, livros e *softwares*, de 41%.

Nos nossos quatro anos de mandato, apenas em máquinas e equipamentos de informática o incremento foi de 100%. Eram 9.106 equipamentos e hoje são 19.058, o que representa um acréscimo significativo na modernização do Ministério Público catarinense nessa área. Já em livros e *softwares* o crescimento não foi diferente. Em 2007, quando assumimos, tínhamos 8.956 unidades, número que saltou para 19.157, um aumento da ordem 100% em quatro anos, demonstrando a importância dada ao aperfeiçoamento e aos equipamentos destinados aos membros do Ministério Público e aos próprios servidores.

As principais atividades realizadas pela Procuradoria-Geral foram realizadas através dos seus centros e dos seus Gaecos. Esses órgãos, que antigamente eram chamados de CIE, Coordenadorias de Investigação Especial, hoje foram transformadas em Gaeco, Grupos Especiais de Combate às Organizações Criminosas, que instalamos em Criciúma, Chapecó e Lages. Já havíamos instalado na capital e em Joinville, sendo que Lages foi instalado neste ano. Hoje temos cinco grupos especiais regionais no enfrentamento ao combate ao crime organizado, uma estratégia que deu certo.

A nossa gestão investiu pesadamente no combate ao crime organizado e inúmeras operações foram possíveis em razão da descentralização dos grupos especiais. Os grupos especiais são forças-tarefas comandadas pelo Ministério Público, que contam com o apoio de policiais civis, policiais militares, a inteligência da Receita Estadual e, esporadicamente, com a Polícia Federal, a Receita Federal e a Polícia Rodoviária Federal. O resultado desse trabalho tem sido fantástico.

O Ministério Público tinha uma atuação tímida nessa área há quatro anos, mas agora passou a ser referência. Nos últimos 15 meses tivemos a oportunidade de presidir o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, ligado aos procuradores-gerais de todos os Ministérios Públicos do Brasil. Essa estratégia de fortalecimento aos grupos estaduais, iniciada a partir da nossa gestão, tem ganho corpo e hoje Santa Catarina tem servido de referência para os demais estados da federação.

Fizemos algumas alterações importantes no que diz respeito ao combate à narcotráfica, no combate à pirataria, ao

furto em caixas eletrônicos, operações muito importantes que desmontaram quadrilhas, justamente pelo trabalho de inteligência realizado a partir dos nossos grupos especiais, sempre em apoio aos promotores criminais das comarcas.

Também no combate à corrupção de agentes públicos, desmontamos uma quadrilha que realizava golpes em empresários de vários estados da federação, a partir do Gaeco de Chapecó. Desmontamos um grupo muito forte, que vendia uma falsa ilusão de ganhos. Normalmente - e é bom que se diga aqui - a vítima contribui, porque ela acha que ganhos fáceis são possíveis, o que não é verdade. Todo ganho fácil encobre sempre um golpe, e essa quadrilha foi desmontada a partir da atuação integrada da força-tarefa de Chapecó.

No Tribunal do Júri fizemos um trabalho incessante em razão dos mutirões. Atuamos de forma coordenada com vários promotores na capital, em Joinville, e mais adiante vamos ver o aumento do número de sessões de júri e condenações. Por quê? Porque o Ministério Público catarinense entende que o combate aos crimes contra a vida é muito importante, é o primeiro deles, e o fortalecimento da atuação dos promotores e promotoras de Justiça no júri vai ser demonstrada a seguir.

Aqui eu falo do grupo. Fizemos a 22ª reunião ordinária no Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas - GNCOC -, em março do ano passado, em Santa Catarina. Já ocorreram mais duas, uma no Mato Grosso e, na semana passada, outra na Paraíba, já sob a coordenação do novo presidente, que é o procurador-geral de Justiça daquele estado.

Na área de prevenção e repressão à sonegação foram ajuizadas 869 ações pelas promotorias. E aqui se destacam novamente as Promotorias Regionais da Ordem Tributária.

Quando assumimos, em 2007, existia apenas a de Blumenau. Instalamos em Chapecó, em Criciúma, em Itajaí, em Joinville e em Lages. A da capital já existia e é especializada. O total de recursos sonegados e alvo dessas ações penais foi de R\$ 234 milhões; já foram realizadas 11 transações penais. São R\$ 28 milhões já pagos e outros R\$ 55 milhões parcelados, numa demonstração efetiva de que combate às fraudes e aos crimes tributários dá resultado.

Ampliamos a parceria no combate à sonegação fiscal através de convênio firmado com a Procuradoria-Geral do Estado, convênio esse que anteriormente era apenas com a secretaria de estado da Fazenda.

Estamos conveniados com a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e licitando um laboratório de combate aos delitos econômicos, visando ao combate aos cartéis.

Realizamos ainda operações de combate à sonegação em postos de combustível nas cidades de Blumenau, Joinville, Itajaí e Gaspar; também combatemos uma fraude na comercialização de suínos e na distribuição de medicamentos, tendo, inclusive, desmontado-as.

O GNOOC desmontou esquema que sonegou R\$ 10 milhões em impostos nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco e Goiás. A operação foi planejada em Florianópolis.

Realizamos o Dia Nacional de Combate à Sonegação Fiscal, que envolveu 12 estados e o distrito federal.

Na área de prevenção e repressão aos crimes contra a administração pública,

designamos uma força-tarefa para atuar junto ao gabinete do Procurador-Geral do Estado, comandada pela dra. Gladys Afonso, para dar conta da demanda nos procedimentos relacionados aos prefeitos municipais, que resultam num número grande de arquivamentos. Tivemos outras tantas remessas às comarcas e dez ações penais.

Realizamos a Operação Parlamento, que resultou na prisão de vereadores de Maravilha, denunciados por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Apesar de não fazer parte do relatório, este ano também fizemos uma operação em apoio à promotoria de Abelardo Luz, resultando também, infelizmente, na prisão de dois vereadores.

A campanha "O que você tem a ver com a corrupção" teve continuidade, com mostras fotográficas, mobilização na capital e novos parceiros nacionais e estaduais.

No que se refere às eleições, realizamos seminários e discutimos com os promotores eleitorais as estratégias a serem utilizadas. Acompanhamos a campanha nacional sobre eleições limpas "Seja um eleitor Ficha Limpa" e apoiamos duas campanhas sobre isso, o que foi muito importante. O nosso objetivo maior é a prevenção e não a repressão, ou seja, o MPE de Santa Catarina prefere conscientizar o eleitor e o candidato de que devem agir dentro das regras legais.

Sempre participamos dos Ciclos de Estudos de Controle Público da Administração Municipal realizados pelo Tribunal de Contas do Estado, nos quais os promotores participam como palestrantes. No XVI Ciclo de Estudos o MPSC ficou responsável pela palestra sobre contratações temporárias e dispensa de licitações a gestores públicos.

Com referência à proteção ambiental, instalamos promotorias regionais e ambientais. A intenção do Ministério Público é a instalação de 11 promotorias nas dez regiões hidrográficas de Santa Catarina. Já instalamos as de Blumenau, Rio do Sul e Lages, em dezembro de 2010. Em seguida instalamos experimentalmente a de Jaraguá do Sul, que foi efetiva quando criamos as de Tubarão e Criciúma, no início deste ano.

Essa estratégia tem dado um resultado muito importante e eu ressalto a questão do saneamento básico. Do ano passado até agora conseguimos 69 ajustamentos de condutas com os municípios na questão do saneamento e ajuizamos 30 ações civis públicas. Além disso, 220 procedimentos foram instaurados estado a fora, visando, primeiramente, ao ajustamento de conduta.

O primeiro TAC feito nesses termos foi com o estado de Santa Catarina, para depois partimos para uma atuação junto aos municípios, atuação esta que tem sido um sucesso, mas sempre trabalhando *pari passu* com a ideia do ajustamento de conduta firmado com o governo do estado.

A Operação Cambirela apurou crimes na condução e aprovação de licenciamentos ambientais; ajustamentos de conduta foram realizados para recuperação de áreas de preservação permanente nas comarcas de Canoinhas, Campo Belo do Sul, Santa Cecília e Curitiba, e destinados R\$ 1,7 milhão a projetos ambientais e ao FRBL.

Realizamos o Seminário Estadual de Saneamento em parceria com a Fecam, debatendo justamente as políticas municipais na área de saneamento.

Com relação à aproximação com a sociedade, havíamos lançado a publicação *Um*

*Manual para a Imprensa e a Sociedade.* No ano passado fizemos 13 oficinas no interior do estado, tentando aproximar o Ministério Público dos meios de comunicação, especialmente dos jornalistas, com uma linguagem fácil, acessível.

Muitas vezes, para nós, que somos do ramo, parece algo primário, mas não é. O jornalista quando escreve um artigo diz que o promotor deu uma sentença, mas quando se é da atividade judicial fala-se que o promotor ofereceu uma denúncia, e assim por diante. Esse manual apresenta palavras, expressões e detalhes da atuação do Ministério Público.

Lançamos um programa mensal de entrevistas feito pelos nossos profissionais, através de uma parceria com a TV UFSC, com publicação no nosso canal do *You Tube*. Já disse aqui, em outra oportunidade, que o Ministério Público catarinense foi o primeiro dos órgãos do sistema de Justiça do Brasil a ir para o *You Tube* levar sua mensagem. Antes mesmo do STF, o Ministério Público já estava comunicando-se com a sociedade, especialmente com a população mais jovem - crianças, adolescentes e jovens adultos -, que é a parcela significativa e que acessa cada vez mais as informações através desse canal de comunicação.

Fizemos videoreportagens especialmente para o programa MP vai às Ruas e houve 43 exibições por dia no ano passado no nosso canal no *You Tube*. Além disso, as promotorias têm criado *blogs* para a sua divulgação, o que incentivamos. Hoje, já são 21 *blogs* no estado de responsabilidade dos promotores.

Nas promotorias pequenas geralmente há apenas um promotor. Mas há promotorias, como as da capital, de Tubarão, de Concórdia, em que o conjunto de promotores faz o *blog* divulgando suas atividades, alguns com um número de acessos impressionantes, com 40 até 50 mil acessos.

Considero o MP vai às Ruas o melhor programa que o MP de Santa Catarina tem atualmente. Montamos um projeto e realizamos quatro audiências públicas iniciais: em Araranguá, Itapoá, Dionísio Cerqueira e Itá. O objetivo do projeto é mostrar à sociedade o que é o Ministério Público e ouvir os seus reclamos. Tivemos a participação ativa de 650 pessoas, que apresentaram suas reclamações, críticas, sugestões, e resultaram em resposta. A Promotoria de Justiça de Itapoá, inclusive, criou o *blog* para que a população pudesse acompanhar os encaminhamentos decorrentes da audiência pública. Esse é um programa que vai, tenho quase que certeza, continuar na próxima gestão.

Lançamos o Memorial do Ministério Público. É fundamental que todas as instituições preservem a sua história e não tínhamos nenhum instrumento de preservação da história do Ministério Público catarinense. Estamos lançando, hoje, esse primeiro livro que são histórias de vida. Há entrevistas com todos os procuradores-gerais vivos do Ministério Público e com um servidor, o dr. Neri, que está há quase 50 anos no MPE. O livro traz a história viva da nossa instituição nos últimos 40 anos.

Fizemos parcerias com o Tribunal de Contas do Estado e a Fecam no que diz respeito às prioridades nos orçamentos públicos, ou seja, o TCE vai fiscalizar quando o Orçamento não estiver sendo seguido quanto aos percentuais legais para a saúde, a educação e os demais programas para a infância e juventude, vai alertar o Ministério Público, que por sua vez vai alertar os prefeitos da necessidade de se adequar ao Orçamento.

Lançamos um projeto, para atuar na implantação do planejamento estratégico do MPSC para um período de 10 anos.

No que tange às atividades de auditoria interna, elas aumentaram em quase 20% no período, com destaque para os processos de licitação e dispensa de licitação e acompanhamento na gerência de Transportes e Coordenadoria de Pagamento de Pessoal.

Lançamos um novo portal, agora em março, dando maior acessibilidade e transparência para a população.

No que diz respeito ao aprimoramento a que me referi antes, lançamos um programa em parceria com a ENA Brasil. Treze cursos foram ministrados para servidores, abrangendo 300 vagas no ano passado. Já lançamos um projeto para este ano, que pretende capacitar outro tanto de servidores do Ministério Público.

Com relação ao Portal da Transparência - não sei se v.exas. acompanharam recentemente que o jornal *O Globo* fez uma matéria sobre todos os portais dos Ministérios Públicos brasileiros -, somos o único estado que cumpre integralmente a resolução do Conselho Nacional do Ministério Público e temos, sim, o portal com maior transparência.

Primeiramente, o portal começou a ser construído antes mesmo da exigência do CNMP, porque já era um compromisso de campanha nosso para a eleição de 2009 a criação do Portal da Transparência. Quando veio a resolução, estávamos quase lançando o portal e por isso saímos na frente. Felizmente, para nossa satisfação e de toda Santa Catarina, o Ministério Público catarinense tem as suas contas, as suas informações publicadas da forma mais transparente possível e o objetivo é continuar ampliando, porque não sabemos tudo. Assim, vamos procurar aperfeiçoar ainda mais o nosso portal.

Instituímos um programa, há alguns anos, que faz a aquisição de livros para as bibliotecas dos gabinetes, programa esse que resultou num incremento de quatro mil obras jurídicas no ano passado, possibilitando o aprimoramento dos membros do Ministério Público.

Instituímos o ponto eletrônico, criamos cargos de procurador de Justiça, quatro deles já preenchidos, com o apoio desta augusta Assembleia Legislativa. E, diga-se de passagem, esse apoio nunca faltou nos quatro anos do meu mandato de procurador-geral da instituição. Os nossos projetos sempre foram respaldados por este Parlamento, é verdade que sempre os fizemos com responsabilidade, instruindo-os adequadamente e sempre que necessário estivemos nas comissões técnicas esclarecendo os deputados e as deputadas sobre os seus objetivos.

Nomeamos servidores, conseguimos a elevação do duodécimo, juntamente com outros poderes, no ano passado. Reajustamos o piso salarial dos servidores, o auxílio alimentação e creche; para as bolsas de estudo de nível médio e superior e para os estagiários foi concedido um aumento de 3,88%. É bom que se diga: sempre com a aprovação deste Parlamento.

O Ministério Público catarinense continua entendendo que os aumentos têm que ser feitos por lei e não por resolução, e em respeito ao Parlamento tem trazido os seus projetos de lei para cá, como fizemos no ano passado. Até aprovamos anteriormente, antecipadamente um projeto de lei que acabou não sendo aprovado no Congresso Nacional e que, conseqüentemente, não está em vigor. Infelizmente, um deputado fez um deboche da nossa proposta desta tribuna, antecipadamente. Ele não está entre v.exas., e eu não tive a

oportunidade de esclarecer por que estávamos fazendo aquilo. Explico agora.

Fizemos aquilo porque o Ministério Público submeteu seus aumentos ao Parlamento em respeito ao Poder Legislativo. Se no final do ano houvessem dado aumento em Brasília ao Poder Judiciário, que aumenta seus vencimentos por resolução, o Ministério Público só iria conseguir trazer o projeto para esta Casa provavelmente em março, quando todas as comissões técnicas já estivessem formadas.

As bolsas de estudo têm sido concedidas aos servidores para a realização de cursos de graduação e pós-graduação e com o apoio desta Casa implantamos a meritocracia no Ministério Público. Hoje o servidor que se aperfeiçoa é promovido funcionalmente, graças ao apoio desta Assembleia Legislativa, que aprovou o competente projeto de lei no ano anterior.

Criamos um espaço virtual exclusivo para promotores e procuradores de Justiça aposentados, que conta com um canal direto de comunicação com a Procuradoria-Geral de Justiça

Há informações, obviamente, sensíveis, que não podem estar disponíveis a quem não é mais membro da instituição, mas existe muita informação que você pode disponibilizar. E isso deu aos 150 colegas aposentados uma satisfação muito grande.

O sistema de gestão já conseguiu importar dados de 500 mil processos do Judiciário, o que vai facilitar, e muito, a atuação institucional, tanto nossa quanto do Poder Judiciário.

O Plano Geral de Atuação, que acaba de chegar por *e-mail*, é enxuto e neste ano prioriza o combate ao tráfico de drogas e a prevenção ao uso de drogas. A novidade deste ano é que entendemos que a atuação deveria ser multidisciplinar na área da prevenção, nas Promotorias da Cidadania, da Infância e Juventude e na área da repressão, através das Promotorias Criminais.

O projeto MP Residências, que também foi aprovado nesta Casa, é pioneiro no Brasil e está a pleno vapor. Hoje quase todas as promotorias possuem um estagiário pós-graduando. Como o deputado Joares Ponticelli relatou, foi o primeiro projeto aprovado no Brasil e outros estados estão copiando a iniciativa.

Firmamos um convênio com a Caixa Econômica Federal que garante vantagens em planos de previdência privada a procuradores, promotores de Justiça e servidores.

Renovamos os computadores e os *notebooks* dos membros do Ministério Público, com a entrega de 382 *notebooks* e de 382 microcomputadores com duas telas para procuradores e promotores de Justiça; adquirimos 11 novos veículos para os órgãos institucionais e concluímos o processo de licitação para aquisição de 420 impressoras multifuncionais.

Com relação ao Colégio de Procuradores, houve a ampliação das sessões realizadas pelo Conselho Superior, com 2.700 processos, que são aqueles inquéritos civis que tramitam nas marcas em que há arquivamento ou ajustamento de conduta. Eles são obrigatoriamente submetidos à revisão do Conselho Superior, que é um órgão composto por nove membros: procurador-geral, corregedor-geral, dois eleitos pelo Colégio de Procuradores e cinco eleitos pela classe, para um mandato de dois anos. Eles fazem a revisão e votam em duas turmas aqueles inquéritos civis em que houve arquivamento na área da moralidade, do meio ambiente e da cidadania.

Muitas vezes há uma preocupação com a consequência. O promotor toma a decisão e ela se cinge àquele momento? Não, ela é submetida à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, que é o órgão revisor que pode fazer

reparos àquela decisão ou não, porque todos nós somos falíveis, por óbvio, e sempre há necessidade de revisão. Além de tudo, isso demonstra também um incremento na atuação de primeiro grau.

Quanto aos editais de concurso para movimentação na carreira - remoções e promoções -, houve um decréscimo de 25%, ou seja, houve menor movimentação horizontal no quadro do Ministério Público de Santa Catarina.

No que diz respeito à Corregedoria-Geral, houve uma diminuição nas inspeções, mas, em contrapartida, houve um aumento das correições, pois a inspeção é para determinadas situações pontuais e a correição envolve todas as atividades da promotoria de Justiça, num aumento significativo, até atendendo a um comando do CNMP, que exige que a cada três anos as promotorias sejam correicionadas.

Nas Procuradorias de Justiça houve um incremento de quase 8% no número de processos que chegam via Tribunal de Justiça e também um aumento nas manifestações dos procuradores.

A Coordenadoria de Recursos analisou dez mil processos, emitiu manifestação em 1.800 recursos e ajuizou 368 ações. Esses recursos são aqueles em que o Ministério Público tenta reformar, no STJ e no STF, as decisões do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina, que não atendem às suas teses. Quando entendemos que as decisões não atendem aos interesses da instituição temos ido aos tribunais superiores e, diga-se de passagem, temos obtido muitos êxitos em Brasília.

A Ouvidoria teve um incremento de recebimento em toda a sua área de atuação: denúncias, pedidos de informação, críticas ou reclamações, sugestões, elogios e outros. De origem parlamentar temos 0,47% das demandas, só para citar um dado que interessa a v.exas. A maior parte das reclamações não diz respeito ao Ministério Público, apenas 8% diz respeito aos nossos serviços. A grande maioria das reclamações que chegam à Ouvidoria diz respeito a órgãos municipais, estaduais, a pessoas jurídicas privadas e assim por diante. Mas a Ouvidoria recebe e dá os encaminhamentos devidos, orienta pessoas ou canaliza aquela denúncia para o local competente.

No que diz respeito às promotorias, as sessões de julgamento por crimes contra a vida aumentaram 22%. O CNJ exigiu do Judiciário um mutirão, consequentemente, houve um incremento. Agora, a condenação aumentou em 40%, ou seja, há uma atuação mais forte, mais capacitada dos promotores de Justiça, o que resultou num maior número de condenações. Se observarmos, foram 765 julgamentos e obtivemos a condenação em 605 deles, um índice expressivo. Em muitos deles há pedido de absolvição. Há casos que você não consegue provar e em outros tantos a defesa consegue fazer valer as suas teses.

Quanto às denúncias criminais houve um incremento de 2% no ano de 2010; nas denúncias contra ordem tributária houve uma redução de 20%; em contrapartida, o valor sonegado aumentou de R\$ 207 milhões para R\$ 234 milhões, ou seja, há um número maior de sonegadores. Nos crimes contra o meio ambiente houve uma redução de 30%; contra o consumidor, 8%. Houve um incremento nos crimes contra idosos, com um aumento de denúncia pequeno. O cidadão de terceira idade ou o seu vizinho tem trazido mais ao conhecimento do Ministério Público as violações dos direitos das pessoas da terceira idade.

Houve uma diminuição de 44% nas ações penais na área da moralidade. Quanto às transações penais houve um acréscimo de 4%. As transações penais são sempre preferíveis a uma

condenação porque são crimes de menor potencial ofensivo e a transação tem o efeito pedagógico de evitar o momento do crime.

No área de cidadãos atendidos, o índice ficou praticamente estável, cerca de 60 mil pessoas atendidas.

É importante destacar que houve um incremento no número de audiências públicas das mais variadas matérias propostas pelos promotores. De 130 audiências públicas em 2009, saltamos para 380 em 2010, ou seja, um incremento de 192%.

Nos inquéritos civis instaurados houve incremento; nas ações civis públicas de maneira geral também, em torno de 12%; na área ambiental, 8%. Houve uma queda no consumidor, na moralidade administrativa também de 13%.

Com relação aos idosos, houve um crescimento de 123% no número de ações ajuizadas. Na questão do acesso à saúde também houve um aumento de 41%. A questão da saúde continua sendo um dos grandes problemas do estado de Santa Catarina e do Brasil, diga-se de passagem.

Na fiscalização de fundações, não ocorreram ações. Na área de controle de constitucionalidade, que interessa a v.exas., porque as ações que propomos via de regra são contra as leis aprovadas nos Parlamentos, tivemos uma estabilidade e temos tido uma atuação forte. Penso que, preventivamente, no que diz respeito à área da moralidade administrativa, o controle de constitucionalidade é mais eficiente porque ele evita que os danos ocorram ao erário público se o Ministério Público consegue a declaração de inconstitucionalidade ou uma liminar suspendendo a eficácia da lei.

No que diz respeito aos termos de ajustamento de conduta, houve um incremento de 28% de maneira geral, assim distribuído: idosos +187%; deficientes -22%; moralidade +100%; meio ambiente +27%; consumidor -3%; saúde +62%; fiscalização de fundações +33%.

Na área da infância e juventude houve um decréscimo de 20% no número de ações civis públicas ajuizadas.

Vejam bem v.exas.! Temos o hábito de bradar contra o aumento de crimes praticados por adolescentes. Essa é uma constante em nossa sociedade, mas poucas vezes a sociedade se levanta para bradar contra crimes praticados contra crianças e adolescentes.

Vamos ver que houve um aumento de 36% de ações penais em relação a crimes contra crianças e adolescentes. E o número de boletins de ocorrência de atos infracionais cresceu muito menos do que a prática de crimes contra crianças e adolescentes. Entretanto, não vemos a mesma fúria da sociedade, infelizmente, nem das autoridades na defesa das crianças vítimas da brutalidade, de violência, de pedofilia e assim por diante.

Temos tido, sim, parcerias com esta augusta Casa na campanha contra o *bullying*. Agora, na campanha de combate à pedofilia firmamos um novo termo de cooperação e a Assembleia vai produzir o material da nossa campanha para ser distribuído em todas as escolas do estado de Santa Catarina. Inclusive, foi realizado, ontem e na segunda-feira, um seminário sobre crimes cibernéticos para capacitar promotores, juízes e policiais no combate a esse tipo de crime, notadamente a pedofilia.

Voltando ao que me referia anteriormente, houve um crescimento de 11% no número de atos infracionais e ocorreu um incremento de mais de 30% de crimes contra crianças e adolescentes. Com relação a representações a atos infracionais por tráfico e por furto houve uma leve queda, mas houve um aumento no que tange a roubo e extorsão e homicídio, o que é

grave, porque quando uma criança mata outra criança ou quando uma criança mata um adulto, temos que ficar chocados porque algo de muito ruim está acontecendo em nossa sociedade.

Com relação a atos infracionais por latrocínio, também houve um aumento.

Srs. deputados, instauramos procedimentos em razão dos servidores temporários, atuamos na prevenção durante os ciclos de palestras a que já nos referimos agimos na questão dos subsídios aos promotores na área eleitoral.

Na área criminal, no programa de combate ao tráfico de drogas, demos suporte técnico e prático às promotorias de Justiça e auxílio ao Gecoc, que resultou em prisões, apreensões e no desmantelamento de quadrilhas criminosas especializadas.

No programa de combate à exploração dos jogos de azar foram desencadeadas várias frentes de combate a essa prática no estado. Infelizmente, em nosso estado não é raro ver quadrilhas atuando não no jogo, mas apostando no jogo e na corrupção de autoridades. Já fizemos algumas operações que resultaram em prisão. E o jogo de azar é um azar para a sociedade, é um azar para o estado, porque ele corrompe, mata e financia o tráfico de drogas e de armas.

A campanha Direção + Alcool é Crime continua firme, mas em Santa Catarina, culturalmente, até porque se realizam muitas festas voltadas à disseminação da cultura do álcool, há um consumo excessivo de bebidas alcoólicas. Não é à toa que numericamente perdemos somente para Minas Gerais, nos feriados, em número de acidentes, lembrando que a malha viária de Santa Catarina é dez vezes menor do que a de Minas Gerais.

O Centro de Apoio Operacional Criminal, através do programa de combate à exploração dos jogos de azar, desencadeou ação por meio de várias frentes de combate a essa prática no estado.

Já o Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária realizou operações de combate à pirataria, à sonegação e à adulteração de combustíveis. Uma força-tarefa fiscalizou 15 postos de combustíveis em Blumenau; através da operação *Moccus* seis pessoas foram presas e realizou-se busca e apreensão em dez empresas e residências nas cidades de Xavantina, Ipuauçu e Rolândia (PR), em operação para combater sonegação no comércio de carne suína. A sonegação estimada é de R\$ 10 milhões; operação conjunta de combate à pirataria, à contrafação, ao contrabando e ao descaminho fiscalizou mais de 120 pontos comerciais em Florianópolis e São José; em Criciúma, fiscalização apreendeu R\$ 200 mil em mercadorias suspeitas de pirataria; e em Itapoá duas pessoas foram presas por pirataria e violação de direitos autorais com reprodução e venda de CDs e DVDs.

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude realizou a campanha *Bullying*, isso não é brincadeira, que contou com a parceria forte da Assembleia Legislativa; desencadeou ainda o projeto *CIJ Itinerante*, que percorreu o estado e qualificou cerca de 1.600 pessoas que atuam na garantia dos direitos infantojuvenis; foi criado um *site* no Portal do MPSC para divulgar o projeto; realizou a campanha do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infantojuvenil, a campanha *Crack*, nem pensar e a campanha nacional *Criança não é de Rua*.

Dentro do programa *Apóia*, que combate a evasão escolar, as Promotorias de Justiça registraram 553 Avisos por Infrinquência Escolar. Desses, 227 retornaram à escola, 68 não retornaram e 130 estão em acompanhamento.

No programa *Disque 100*, 1.255 denúncias encaminhadas ao *CIJ*, sendo 23% de



abuso sexual; 32% de violência física e/ou psicológica; 7% de exploração sexual; 36% de negligência infantojuvenil; e 2% de outros tipos de violência, incluindo o *bullying*.

A campanha Navegação Segura na Internet e Combate à Pedofilia em Meio Virtual foi incrementada e lançamos o Manual do Promotor de Justiça da Infância e Juventude: Conselhos e Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente para auxiliar na compreensão da sistemática e no funcionamento dos três institutos.

Foram feitas inspeções nos centros de internação, outra tragédia catarinense. Permitam-me dizer a v.exas. que nos últimos três governos muito pouco se fez pelo adolescente autor de ato infracional em Santa Catarina. Pelo contrário, fez-se muito mal ao adolescente autor de ato infracional em nosso estado nos últimos 12 anos. Isso levou ao aumento significativo de atos infracionais com violência à pessoa. Por quê? Porque os centros viraram depósitos de jovens sem a mínima preocupação com a sua recuperação e o seu reingresso na sociedade. Tanto é que estamos com centros de internação fechados, que há muito tempo deveriam ter sido implodidos. Se o estado de Santa Catarina tivesse cumprido o ajustamento de conduta que fez com o Ministério Público em 1998, seríamos referência no Brasil. E tenham certeza v.exas. de que não somos, hoje, o pior, mas somos um dos piores estados no atendimento ao adolescente autor de ato infracional, em que pesem as inúmeras ações ajuizadas pelo Ministério Público catarinense. Infelizmente, não foram poucas as que adormeceram nos escaninhos do Poder Judiciário.

Agora, a omissão maior é do Poder Executivo Estadual. Não podemos tapar o sol com a peneira. A ação somente é necessária porque alguém não fez o que devia ter feito. Mas também as nossas ações não foram julgadas e as que foram julgadas não tiveram efetividade porque não se executou aquilo que se decidiu. Consequentemente, nosso estado tem que se envergonhar do atendimento que dá ao adolescente autor de ato infracional. E não estamos falando de uma Santa Catarina abstrata. Santa Catarina somos nós mesmos, as autoridades públicas de todos os poderes de Santa Catarina.

Sr. presidente, o Centro Operacional de Apoio ao Meio Ambiente, no que tange ao saneamento básico, através das Promotorias de Justiça ajuizou 16 ações civis públicas, firmou 60 TACs e instaurou 220 inquéritos e procedimentos preliminares para apurar problemas relativos ao esgoto sanitário no estado. No programa Lixo Nosso de Cada Dia, foram remetidas às Promotorias de Justiça informações prestadas pelos prefeitos sobre a regularização do destino final dos resíduos sólidos domiciliares, com o seguinte resultado: municípios adequados, 275, municípios inadequados, 18. Essa é, sim, uma boa notícia, é algo que nos deixa muito satisfeito.

Foram realizados seminários ambientais para as Promotorias Regionais e Naturais, visando a uma atuação integrada nas diferentes regiões hidrográficas do estado. Foi lançado o *Guia do Parcelamento do Solo*, baseado em normas legais e administrativas e em consultas a obras literárias jurídicas sobre o assunto. O guia trata de maneira objetiva e prática a questão urbanística, com ênfase no parcelamento do solo.

Na área do consumidor, O MPSC prestou apoio na execução de operação de combate à pirataria, nos centros comerciais da Grande Florianópolis, com a apreensão de mais de R\$ 1 milhão em bens de origem ilícita e medicamentos irregulares.

Quanto aos produtos de origem animal, nossas ações, infelizmente, sempre produzem muito ruído, porque os nossos produtos artesanais não raras vezes são contaminados pela manipulação inadequada e pela colocação em embalagens inadequadas, o que resulta em risco para a população. Por óbvio, sempre que se faz um trabalho nessa área há um ruído grande, às vezes até reverberando neste Parlamento, que é a Casa do Povo.

Os nossos programas têm funcionado, pois temos atuado em parceria. Lançamos o programa Combustível Legal, coletamos 305 amostras de combustíveis e foi constatada uma irregularidade. O monitoramento é mensal, em parceria com a ANP, o Procon e o Inmetro. Isso é muito bom. O combustível é de qualidade, em que pese o preço ser absurdo, mas o produto que é vendido em Santa Catarina realmente é de qualidade. A outra questão é a sonegação relacionada a essa área, mas na qualidade do produto não há dúvidas de que ele é muito bom.

Renovamos o termo de cooperação técnica com o Procon, o Inmetro e o Comitê Sulbrasileiro de Qualidade de Combustíveis, envolvendo 17 instituições, para coibir o uso indevido de agrotóxicos. Esse trabalho, deputados, é fantástico. E aqui quero dar os parabéns ao dr. Rodrigo Amorim, coordenador da área do consumidor, que conseguiu estabelecer essa parceria.

Lançamos um programa chamado Salada Segura, mobilizando os órgãos públicos para a educação no campo e fiscalização no comércio, buscando proteger o consumidor e o meio ambiente. O acompanhamento é feito via Ceasa, ou seja, você pega o produto, avalia se há excesso de agrotóxico e se o agrotóxico aplicado é adequado. Se não for adequado, você vai à fonte. Na verdade, ocorre o rastreamento do produto, pois se procura saber quem está produzindo com excesso de agrotóxico ou com agrotóxico inadequado.

Neste Parlamento, felizmente, tivemos o arquivamento de um projeto que possibilitaria a liberação de agrotóxicos proibidos no resto do mundo. Felizmente, repito, o Poder Legislativo de Santa Catarina abortou essa iniciativa.

Na área do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações temos o programa de fiscalização de internações psiquiátricas involuntárias, que contou com a adesão de inúmeras instituições hospitalares.

Já no programa de cadastramento e prestação de contas das fundações foram cadastradas durante o ano 351 prestações de contas, sendo 155 referentes a 2009 e 196, a outros exercícios.

Ao tratar da acessibilidade, o MPSC realizou um seminário voltado para promotores e procuradores de Justiça, voltado a discutir a importância do tema e a atuação institucional.

Na questão da Defesa Civil, subsidiamos as promotorias para a implantação das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, apoiando, inclusive, a Defesa Civil Estadual nessa área.

O Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade desenvolveu as ações às quais já me referi.

O Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas criado por nós aumentou em 57% o número de solicitações de apoio atendidas em 2010. Foram 6.300 atendimentos a procuradorias, promotorias e outros órgãos do MPSC. Para a área de Inteligência

adquirimos equipamentos essenciais à atividade de perícia e análise, uma assinatura de acesso ao banco de dados de imagens orbitais, além de uma série de equipamentos destinados à realização de levantamentos topográficos e geodésicos, solidificando a utilização das geociências nas atividades técnico-científicas. Houve também a adoção do Sistema de Movimentação Bancária, desenvolvido pela Assessoria de Pesquisa e Análise do Ministério Público Federal e cedido gratuitamente ao MPSC por meio de cooperação técnica.

Sras. deputadas e srs. deputados, singelamente esse é um retrato da atuação do Ministério Público de Santa Catarina em 2010. Agradeço ao sr. presidente a oportunidade e a v.exas. por ouvirem o Ministério Público. Agradeço em meu nome e em nome de toda a nossa equipe que se encontra presente.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Agradeço ao procurador-geral de Justiça, dr. Gercino Gerson Gomes Neto, bem como aos procuradores e promotores que o acompanham.

Vou pedir a compreensão dos srs. deputados para quando retornarmos à sessão poderemos fazer todas as considerações, uma vez que votaremos hoje ainda a mirreforma administrativa.

Enquanto acompanho o procurador-geral até a saída, a deputada Ana Paula Lima vai conduzir, por cinco minutos, a apresentação de Blumenau, para termos esse tempo e respeitarmos o que já foi acordado anteriormente.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em nome dos deputados, concedo a palavra, pela ordem, ao deputado Joares Ponticelli, para depois retomarmos o debate.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, quero apenas registrar que a Escola do Legislativo, que é uma instituição que trabalha em favor desta Casa, que tenta aproximar cada vez mais esta Casa da sociedade, teve e tem no Ministério Público um grande parceiro.

Na campanha O que você tem a ver com a corrupção, por exemplo, o dr. Afonso Ghizzo Neto e o dr. Ricardo Paladino têm sido os professores da nossa escola. Mas na campanha de combate ao *bullying*, dr. Gercino, sinto-me no dever de fazer aqui o principal agradecimento.

Esta Casa aprovou a lei por unanimidade e Santa Catarina foi o segundo estado do Brasil a ter uma lei nesse sentido. Acho que neste momento em que esse assunto está tão em pauta no Brasil, é preciso ressaltar que nenhum estado da federação fez o debate sobre *bullying* como nós fizemos, graças à parceria do Ministério Público, através da dra. Priscila.

Temos que destacar isso porque saímos na frente. Graças a Deus essas notícias tão ruins que estamos vendo mundo afora aqui ainda não aconteceram talvez pela parceria de sucesso desta Casa com o Ministério Público Estadual.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não havendo mais nada a ser tratado, esta Presidência encerra a presente sessão especial.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 004ª SESSÃO ESPECIAL

## DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2011, ÀS 19H

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

#### HOMENAGEM AO DOUTOR ADERBAL RAMOS DA SILVA

#### NA PASSAGEM DO CENTENÁRIO DE SEU NASCIMENTO

#### SUMÁRIO

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** - Destaca que por mais de 50 anos Aderbal Ramos da Silva exerceu liderança incontestável e deixou seguidores políticos que carregam o orgulho de terem recebido suas orientações.

**LECIAN SLOVINSKI** - Enfatiza as realizações de Aderbal Ramos da Silva no governo do estado.

**DELFINO DE PÁDUA PEIXOTO FILHO** - Procedeu ao lançamento do Troféu Aderbal Ramos da Silva, a ser entregue ao Campeão Catarinense de Futebol de 2011.

**ANNITA HOEPCKE DA SILVA** - Relata passagens peculiares da vida de Aderbal Ramos da Silva e em nome da família agradece a homenagem.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Ressalta que não somente os amigos e aliados tinham admiração Aderbal Ramos da Silva, mas até mesmo os adversários políticos o respeitavam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Convido o deputado Marcos Vieira para conduzir à mesa as autoridades que serão nominadas para compô-la.

Ilustríssimo senhor Joceli de Souza, presidente da Fundação Catarinense de Cultura, neste ato representando o governador Raimundo Colombo;

Senhora Annita Hoepcke da Silva, filha do homenageado;

Senhora Sílvia Hoepcke da Silva, filha do homenageado;

Senhor Mário Petrelli, presidente da RIC Record, representando a comissão do centenário do nascimento do dr. Aderbal Ramos da Silva;

Senhor Delfim de Pádua Peixoto, presidente da Federação Catarinense de Futebol;

Excelentíssimo senhor deputado Joares Ponticelli;

Excelentíssimo senhor vereador Renato Geske, neste ato representando a Câmara Municipal de Florianópolis.

Senhoras e senhores deputados, autoridades, senhoras e senhores.

A presente sessão foi convocada por solicitação da Mesa Diretora e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem, *in memoriam*, ao dr. Aderbal Ramos da Silva, pela passagem do seu centenário de nascimento.

Esta Casa quer agradecer a todos a presença e em nome dos srs. deputados enaltecer a importância deste momento.

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional, executado pela Banda da Polícia Militar.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Destacamos a presença das seguintes autoridades:

Ilustríssimo senhor Gilson dos Santos, ex-deputado, ex-conselheiro do Tribunal

de Contas do Estado de Santa Catarina e ex-presidente desta Casa;

Ilustríssimo senhor Carlos Alberto Silveira Lenzi, ex-desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Ilustríssimo senhor Moacir Bertoli, ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Senhor Luiz Antônio Grocoski, neste ato representando o deputado Renato Hinnig, secretário de estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis;

Senhor Gilberto Rech, vice-presidente da Associação Empresarial da Região Metropolitana de São José;

Jornalista Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa;

Senhor J.B. Telles, presidente da Associação dos Cronistas Esportivos de Santa Catarina;

Jornalista Moacir Pereira;  
Senhor Georgino Mello e Silva, procurador federal;

Senhor Nilton Macedo Machado, vice-presidente do Avaí Futebol Clube.

Esta Presidência concede a palavra ao deputado Marcos Vieira que, em nome dos deputados, prestará uma homenagem à família do homenageado e também uma homenagem, em nome do deputado Joares Ponticelli, a todos os deputados que propuseram esta cerimônia.

Por essa razão, o deputado Joares Ponticelli passa a presidir a sessão a partir deste momento.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente desta Casa, eminente deputado Gelson Merisio, e cumprimentando-o quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar também o eminente deputado Joares Ponticelli, que ora preside esta sessão.

Quero cumprimentar, da mesma forma, os srs. deputados, as sras. deputadas, as sras. Annita e Sílvia Hoepcke da Silva; o sr. Joceli de Souza, presidente da Fundação Catarinense de Cultura, que neste ato representa o governador Raimundo Colombo; o vereador Renato Geske, neste ato representando a Câmara Municipal de Florianópolis; o sr. Mário Petrelli, presidente do Grupo da RIC Record em Santa Catarina; o sr. Delfim de Pádua Peixoto, presidente da Federação Catarinense de Futebol. É bom vê-los todos aqui.

Quero cumprimentar, igualmente, todas as senhoras e senhores aqui presentes - e vejo aqui muitos amigos -, sobretudo a família do homenageado e o faço em nome do Guilherme Grillo.

Por fim, cumprimento as senhoras e os senhores, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesec Digital.

(Passa a ler.)

"No dia de hoje esta Casa vive um momento diferente. Acostumada com as divergências de opiniões, com discursos antagônicos vindo das mais diversas lideranças

que sempre ocupam esta tribuna na defesa de suas ideias, são raras as vezes em que a unanimidade de pensamentos é indiscutível, como, por exemplo, nesta noite.

Indiscutível quem não tem orgulho de prestar homenagem a este homem, um dos maiores líderes que o estado já criou, dr. Aderbal Ramos da Silva, que, se vivo fosse, estaria completando seu centenário neste ano.

Nasceu em Florianópolis em um dos cômodos do Palácio Cruz e Sousa, sob as bênçãos da figueira da praça XV de Novembro. Carregava na alma a estirpe da família Ramos, que teve em Nereu Ramos o único catarinense presidente da República e nos governadores Vidal Ramos e Celso Ramos ícones para toda uma sociedade.

E foi na época do governador Celso Ramos, do velho Celso, que conheci o dr. Aderbal, ou seja, quando o meu irmão, o então tenente da Polícia Militar, Mauri Roberto Vieira, era ajudante de ordens do velho Celso e depois, Elisabeth, do teu pai, o governador Ivo Silveira.

Aos 24 anos Aderbal se elegeu pela primeira vez deputado estadual. Dez anos mais tarde foi eleito deputado federal. Em 1947, aos 36 anos de idade, comandou Santa Catarina pelo Partido Social Democrático, o PSD.

Avaiano de cruz na testa, não admitia ver sua terra desprezada. Enquanto comia feijão com arroz, carne picada, goiabada e queijo, agia como um visionário e na época solucionou problemas como o abastecimento de água e de energia elétrica na capital.

Por mais de 50 anos exerceu uma liderança incontestável, deixando seguidores políticos que ainda hoje carregam o orgulho de terem recebido suas orientações. Se não bastasse a sua capacidade de homem público, em dias de pagamento distribuía o seu próprio salário aos necessitados.

Comandou as empresas Hoepcke, o grupo empresarial mais poderoso do estado naquele momento de nossa história e fê-lo crescer com ideias e espírito empreendedor."

Eu quero fazer um registro, externar uma lembrança. Minha mãe e meu pai contavam muito sobre a Companhia Hoepcke de Navegação. Guilherme, a minha mãe se formou no Normal em 1932, e o primeiro emprego dela foi na cidade de Campo Alegre. Ela tinha que pegar o navio embaixo da ponte Hercílio Luz, ao lado do estaleiro Arataca, ir até São Francisco do Sul e de lá seguir de trem para ficar uma temporada de três, quatro meses.

(Continua lendo.)

"Grande parte de Florianópolis parava no dia 18 de janeiro de cada ano, pois se comemorava o aniversário do dr. Aderbal. Era a data em que seus conhecidos tinham para agradecer as centenas de favores vindos de suas mãos.

Filho de João Pedro Ramos da Silva e de Raquel Ramos da Silva, casado com d. Ruth

Hoepcke e pai de Annita e Sílvia, seu legado é um norte para os homens que almejam ser do bem.

Seus valores, como a simplicidade de frequentar um rancho de pescadores na Caieira da Barra do Sul, a elegância de morar em um casarão na avenida Trompowski e o prazer de um bate-papo com amigos no Veleiros da Ilha ensinaram-lhe não somente a ser humano, mas a ser digno na sua mais pura essência.

Um exemplo marcante de caráter deuse na nomeação para a cátedra de História no Instituto Estadual de Educação. Entre dois candidatos aprovados, um era padre e o outro a jovem Eglê Malheiros, de apenas 19 anos. Eglê Malheiros era do Partido Comunista Brasileiro e havia tirado o primeiro lugar na disputa naquele concurso. A pressão para que o padre assumisse no lugar de Eglê somente não foi maior do que a coragem do dr. Aderbal. Eglê Malheiros assumiu a vaga."

E eu tive o prazer de, no Instituto Estadual de Educação, ter sido aluno de Eglê Malheiros.

(Continua lendo.)

"Era líder, inclusive, nas pescarias atrás das garoupas. Sabia com exatidão onde os parceiros eram os mais propícios e levava os companheiros ao ponto certo. Sempre agindo com generosidade, doava os peixes que fisgava, assim como também mantinha uma ala inteira do Hospital de Caridade com recursos próprios, sem nunca ter-se vangloriado de tal ação.

Homenageado com nome de praças, escolas, estádio, ruas e avenidas, seu espírito nos rodeia. Suas ações merecem todo o tipo de homenagens e sua vontade de viver, mesmo enfrentando uma doença e problemas de visão, dão-nos uma lição de como ultrapassar obstáculos sem perder a capacidade de pensar no próximo.

Se ainda estivesse vivo certamente teríamos um aliado contra as injustiças. Também continuaria sendo um ferrenho defensor da nossa querida Florianópolis e as mazelas que nos consomem hoje, como a ocupação desordenada, a violência e os engarrafamentos diários, estariam entre suas preocupações. Com a sabedoria que sempre nos brindou, teria posições firmes sobre como continuar crescendo respeitando as raízes.

Cabe a nós, seus admiradores, continuar semeando suas idéias."

Ele gostava muito, sim, de ficar no Veleiros da Ilha conversando com seus amigos. Vou citar apenas um que não ficava no Veleiros da Ilha, mas que era um grande amigo. Refiro-me ao meu ex-sogro, Ademar Cardoso, que foi motorista dele por longos e longos anos, saindo de lá para ser motorista de David Ferreira Lima, quando a universidade foi criada em Santa Catarina.

Então, citando o nome de Ademar Cardoso, quero citar todos os amigos do dr. Aderbal Ramos da Silva, aqueles que já se foram e aqueles que se encontram aqui ainda.

Aderbal Ramos da Silva morreu na capital de todos nós, catarinenses, no dia 13 de fevereiro de 1985, aos 74 anos. O valor de um homem é conhecido pela falta que ele faz. Guilherme, em seu nome peço que a família continue sendo o que sempre foi.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Marcos Vieira.

Esta Presidência registra a presença do querido amigo desta Casa, ex-conselheiro José Carlos Pacheco, o sempre presidente do

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Convido para fazer uso da palavra o sr. Lecian Slovinski, ex-presidente deste Poder, amigo e correligionário no antigo e jovem PSD.

O SR. LECIAN SLOVINSKI - (Passa a ler.)

Excelentíssimo sr. presidente da Assembleia, srs. membros da mesa, família Ramos.

Os grandes homens permanecem na memória dos cidadãos. O sr. Aderbal Ramos da Silva foi um ilustre advogado; jornalista e proprietário do jornal *O Estado*; empresário e diretor do conglomerado Hoepcke; banqueiro do Banco do Paraná e Santa Catarina; deputado estadual de 1935 a 1937; deputado federal por duas legislaturas, de 1947 a 1950 e de 1955 a 1958; governador do estado de 1947 a 1951.

Florianópolis iniciava o seu desenvolvimento: de noite sem luz e de dia sem água. Todos se lembram daquela época. Éramos estudantes e era um problema estudar. Mas vencemos.

Coube ao dr. Aderbal a solução dos problemas de água e luz. Trouxe a energia elétrica de Tubarão, da Siderúrgica Nacional, que, interligada com a usina SC do Vale do Itajaí e a Empresul, de Joinville, deu origem à Termoeletrica de Capivari, no governo do presidente Juscelino Kubitschek.

A água, outro problema, foi canalizada do rio Cubatão até Florianópolis, e assim resolvemos o problema até hoje. Se falta é porque estourou um cano.

Florianópolis somente dispunha de uma Maternidade, a Carlos Corrêa. Surgiu a Maternidade Carmela Dutra em homenagem à mulher do presidente da República, Eurico Gaspar Dutra.

Iniciou-se a construção do Hospital de Moléstias Infecto-Contagiosas, hoje Hospital Nereu Ramos, e do Hospital Infantil, hoje Joana de Gusmão.

Durante os meus cinco mandatos de deputado estadual acompanhei o empenho e a luta do meu grande amigo e correligionário Aderbal, exemplo de homem público.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, presidente!

Registramos a presença do professor Marino Tessari, que neste ato representa o Cefid e a Udesc.

Dando continuidade à solenidade, convido o sr. Delfim de Pádua Peixoto Filho, ex-deputado e presidente da Federação Catarinense de Futebol, para proceder ao lançamento do Troféu Aderbal Ramos da Silva.

O SR. DELFIM DE PÁDUA PEIXOTO FILHO - Exmo. sr. deputado Joares Ponticelli, que preside esta sessão;

Meu velho e querido amigo Joceli de Souza, que representa o governador do estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo;

Meu querido amigo que dirige uma das grandes redes de informação e de imprensa escrita, falada e televisada de Santa Catarina, Mário Petrelli;

Vereador Renato Geske, representante da Câmara Municipal de Florianópolis; Minhas queridas amigas Annita e Sílvia - e tomo a liberdade de chamá-las de queridas amigas porque convivi com elas durante os anos em que morei em Florianópolis;

Ex-deputados estaduais Gilson dos Santos, Moacir Bertoli e Lecian Slovinski.

Prezados netos e demais familiares do dr. Aderbal Ramos da Silva que aqui estão; Caros amigos do homenageado; Ilustre deputado Marcos Vieira, que fez um pronunciamento muito bom sobre a vida do dr. Deba;

Demais autoridades presentes, senhoras e senhores.

Há precisamente 40 anos, vim pela primeira vez a esta tribuna como deputado eleito pela região de Itajaí assumir três compromissos: defender os interesses de Itajaí e da minha região, defender Santa Catarina e combater a ditadura militar que estava instalada no país. Desta tribuna enalteci Juscelino Kubitschek, Getúlio Vargas e Pablo Neruda em datas que tinham que ser enaltecidas, como também enalteci Luiz Carlos Prestes e Ernesto Che Guevara. Mas hoje vou enaltecer aquele que considero um dos maiores líderes políticos do meu estado.

Lembro-me que marquei uma data nesta Casa. Foi precisamente o dia 5 de setembro de 1998, numa sessão em homenagem ao Sete de Setembro, dia da pátria. Eu já estava acostumado, assim como os companheiros, a ouvir a história de dom Pedro I, mas, indicado pela minha bancada, a do Movimento Democrático Brasileiro, para ser aquele que iria falar em nome dela, resolvi mudar um pouquinho. Em determinado momento, quando se estava homenageando a independência e, correlatamente, também a liberdade, disse que há mais de uma década descera sobre os céus deste país uma nuvem negra que tirara a liberdade do povo brasileiro e que tolhera grandes nomes que poderiam ter servido o Brasil.

Hoje, na qualidade de presidente da Federação Catarinense de Futebol, quero saudar, já que falo como presidente da federação, o seu vice-presidente, dr. Murilo Capella; o diretor financeiro, dr. Arlindo Pedro Reis; e o procurador jurídico, dr. Rodrigo Capella; além de saudar a imprensa escrita, falada e televisada de Santa Catarina, na pessoa do companheiro e amigo J.B. Telles, presidente da Associação dos Cronistas Esportivos do nosso estado.

Havíamos decidido, no ano em que se comemora os 100 anos do nascimento do dr. Deba, prestar-lhe uma homenagem. Conversando com Luiz Henrique Tancredo, velho e querido amigo, e com Fábio Comelli, neto do homenageado, sugeri que prestássemos uma homenagem especial, dando seu nome a um troféu transitório. Porque quando é um troféu do ano, às vezes passa, e muita gente não se lembra, embora haja muitos troféus nas mãos de vários clubes catarinenses que mereciam ser sempre lembrados.

Por que resolvemos homenagear esse cidadão? Porque ele nasceu no Palácio do Governo, hoje, Palácio Cruz e Sousa, em Florianópolis, no dia 18 de janeiro de 1911, filho do desembargador Pedro Silva, que foi presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e de Raquel Ramos da Silva, filha do então governador Vidal Ramos.

Era sobrinho do ex-governador e ex-presidente da República Nereu Ramos e do ex-governador Celso Ramos. Casou-se com Ruth Hoepcke, em 1936, com quem teve duas filhas: Annita, que lhe deu três netos, Aderbal, Guilherme e Patrícia, e Sílvia, que lhe deu dois netos, Luciana e Fábio.

Formou-se em Direito no Rio de Janeiro, em 1932. Foi advogado e presidente da OAB de Santa Catarina de 1941 a 1947.

Em 1934 foi eleito deputado estadual constituinte.

Como desportista, presidiu a Federação Catarinense de Futebol de 1939 a 1946.

Em 1945 elegeu-se deputado federal constituinte e em 1946, vejam bem, companheiros do esporte, licenciou-se da presidência da Federação Catarinense de Futebol para disputar o governo do estado nas eleições de 19 de janeiro de 1947, tendo sido o primeiro governador eleito pelo voto direto. Foi novamente deputado federal em 1954.

Como empresário, dirigiu o grupo Hoepcke e fundou o Banco Nacional do Paraná e Santa Catarina e a Companhia Caciue de Café Solúvel.

Vou abrir um parêntese, após citar o Banco Nacional do Paraná e Santa Catarina, para dizer que um dia passava com o meu velho pai, que era então procurador do estado de Santa Catarina - hoje seria procurador de Justiça -, pela rua Felipe Schmidt. E ele, que era um grande amigo de Aderbal e pessedista também, disse: "Vamos entrar que quero tomar um cafezinho com o Deba". Ali eu conheci o dr. Deba, o que foi uma honra e lembrança que guardo até hoje.

Na área das comunicações, foi proprietário da *Rádio Guarujá* e do jornal *O Estado*. Patrono do Avaí, atual bicampeão estadual, para desespero de Julinho Gonçalves, que é da família, o estádio do seu time, que muita gente chama de Ressacada, leva o seu nome: Aderbal Ramos da Silva.

Foi o único governador do estado de Santa Catarina a ter presidido a Federação Catarinense de Futebol, sendo merecedor do troféu transitório instituído pela entidade no ano em que se comemora o centenário do seu nascimento, tendo em vista os relevantes serviços prestados a Santa Catarina, em especial ao futebol catarinense.

O troféu se denomina Taça Dr. Aderbal Ramos da Silva e será entregue, transitoriamente, ao clube que se sagrar campeão catarinense deste ano, no dia 15 de maio, data da final do Campeonato Catarinense de Futebol deste ano.

Desde já convido a família para entregar o troféu ao clube campeão. Não sei se será o Figueirense, do Julinho, o Avaí, do Aderbal, a Chapecoense ou o Criciúma.

A posse definitiva do troféu pertencerá ao clube que se sagrar campeão por três vezes consecutivas ou cinco alternadas. Espero estar vivo quando isso acontecer.

Mas quero lembrar algo para a Sílvia e a Annita. Elas gostavam de fazer muitas festinhas na avenida Trompowski e eu, o Tancredo, o Marcílio Medeiros e o Paulo da Costa Ramos frequentávamos as festinhas. Eu ia para o escritório conversar com o dr. Deba, que não era somente um grande político, mas um homem muito inteligente. Eu estudava Direito naquela época e conversávamos muito sobre política, sobre as atitudes que um ser humano tinha que ter para ajudar o outro ser humano necessitado. Ele foi, sem dúvida alguma, um dos seres humanos que mais ajudaram a sua coletividade e aqueles que necessitavam.

Discutíamos sobre pesca, que ele amava, e sobre política. Um dia ele me disse: "Tu, que vais ser advogado, que vais seguir a carreira do teu pai, acabarás sendo político". Talvez tenha sido a primeira advertência que recebi de que um dia entraria para a política.

Para nós, o mais importante foi ter sido presidente da Federação Catarinense de Futebol por vários anos. Ele foi um grande esportista, além de homem público, e às vezes encaixava uma coisa com a outra, presidente

da federação e homem público. E não fazemos mais do que a nossa obrigação do que homenagear, a partir deste ano, essa figura que honrou Santa Catarina e que foi um dos seus maiores homens públicos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, ex-deputado e presidente da FCF Delfim de Pádua Peixoto Filho.

Convido o jornalista Valter Souza para conduzir a homenagem.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, boa-noite!

Aderbal Ramos da Silva nasceu em 18 de janeiro de 1911. Concluiu o curso primário no Grupo Escolar Silveira de Souza, continuando os seus estudos no Colégio Catarinense. Em 1932 formou-se em Direito pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.

Ao retornar para Santa Catarina passou a atuar como advogado na banca de seu tio, Nereu Ramos. Observando seu tio, despertou para a política, atividade que exerceu com sabedoria por toda a vida e da qual foi um dos principais líderes catarinenses.

Em outubro de 1934, aos 23 anos de idade, elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte de Santa Catarina. Em 1945 foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo Partido Social Democrático, o PSD, ao qual dedicou boa parte de sua vida, tendo sido seu presidente por vários anos. Em janeiro de 1947, com apenas 36 anos, elegeu-se governador do estado pela coligação PSD/PTB.

Aderbal Ramos da Silva nasceu no Palácio Cruz e Sousa, dali governou seu estado, ali recebeu os amigos e ali, de uma legião de admiradores, as últimas homenagens.

Convido os srs. deputados Joares Ponticelli e Marcos Vieira para fazerem a entrega da homenagem às sras. Annita Hoepcke da Silva e Sílvia Hoepcke da Silva, neste ato representando seu pai, Aderbal Ramos da Silva, *in memoriam*, constituinte estadual, constituinte federal e ex-governador do estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Líder nato, destacou-se nos mais variados campos de atividades: do esporte à cultura, da política à benemerência, que sempre praticou. Homem de larga visão empresarial, de hábitos simples, de apego a sua terra e a sua gente, foi uma das figuras mais marcantes da história de Santa Catarina.

Convido os srs. deputados Joares Ponticelli e Marcos Vieira para que recebam em nome do Poder Legislativo de Santa Catarina o livro *Doutor Deba, Poder e Generosidade*. E convido o autor do livro, o jornalista Luiz Henrique Tancredo, para fazer a entrega.

(Procede-se à entrega do livro.)

(Palmas)

Convido o sr. Fábio da Silva Comelli, neto do homenageado, para fazer a entrega da Taça Dr. Aderbal Ramos da Silva ao sr. Delfim de Pádua Peixoto Filho, presidente da Federação Catarinense de Futebol.

Convido para acompanhar o dr. Delfim de Pádua Peixoto Filho o dr. Murilo Capella, vice-presidente da federação; o dr. Rodrigo Capella, procurador jurídico e o dr. Arlindo Pedro Reis, diretor financeiro da mesma entidade.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Eu, em diversas oportunidades, como jornalista, tive a satisfação e até o orgulho de, em uma das entrevistas com o dr. Aderbal Ramos da Silva, ouvir a seguinte frase, que principalmente as filhas vão lembrar: "Passarinho na muda não canta". Isso queria dizer que ele não estava interessado em responder aquela pergunta que eu havia formulado.

Fui o último jornalista a entrevistar Aderbal Ramos da Silva, Celso Ramos e Ivo Silveira. E descobri porque todos os demais mantêm uma distância de mim tão grande. Eles querem distância do Valter Souza!

Convidamos todos os presentes para a exposição sobre o dr. Aderbal Ramos da Silva no *hall* deste Poder e para a noite de autógrafos do jornalista Luiz Henrique Tancredo, autor do livro *Doutor Deba, Poder e Generosidade*, em sua segunda edição comemorativa ao centenário de nascimento do homenageado de hoje.

O Poder Legislativo de Santa Catarina sente-se extremamente honrado em homenagear Aderbal Ramos da Silva.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, Valter.

Convido a sra. Annita Hoepcke da Silva, filha do homenageado, para fazer uso da palavra em nome da família.

A SRA. ANNITA HOEPCKE DA SILVA - Sr. deputado Joares Ponticelli, que preside esta sessão especial; sr. Joceli de Souza, neste ato representando o governador Raimundo Colombo, demais membros da mesa, autoridades que nos honram com sua presença, srs. deputados, senhoras e senhores, meus amigos.

(Passa a ler.)

"A homenagem que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina presta à memória de meu pai reveste-se de duplo significado. O primeiro, pela importância desta Casa e pelo respeito que a sociedade lhe empresta em reconhecimento às suas tradições democráticas. O segundo, porque foi aqui que Aderbal Ramos da Silva, aos 23 anos de idade, iniciou sua vida pública ao eleger-se, em 14 de outubro de 1934, deputado estadual.

Seu ingresso nas lides ligadas ao Legislativo deu-se de forma marcante e *sui generis*, graças a um episódio que contou com sua participação destacada. Esse episódio ocorreu em abril de 1935, quando foi instalada a Assembléia Constituinte e eleito o governador do estado por um colégio eleitoral de 31 deputados.

Aristiliano Ramos, então interventor, procurou consolidar a sua candidatura ao governo contando com o apoio do presidente Getúlio Vargas, mas a parcela majoritária do Partido Liberal preferia o nome de Nereu Ramos. Os cálculos apontavam a vitória de Aristiliano pela diferença de um voto, já que ele passara a contar com o apoio dos republicanos, até então seus ferrenhos adversários. A corrente favorável a Nereu Ramos impôs o seu nome, que acabou tendo a candidatura aprovada por unanimidade na convenção partidária.

O interventor insistia em manter-se candidato, contando com a possibilidade de uma reviravolta. A crise se instalou. A polícia recebeu ordens de liquidá-la a qualquer custo, inclusive com o uso da violência. Alguns pontos de Florianópolis chegaram a parecer uma praça de guerra, enquanto notícias do interior

indicavam a ocorrência de agitações em diversos dos 43 municípios existentes.

Diante do quadro de insegurança, os adeptos da candidatura de Nereu Ramos negaram quórum à sessão do dia 29 de abril, marcada para instalar a Constituinte e eleger o governador. Outra sessão foi convocada para o dia seguinte e todas as cadeiras permaneceram vazias. Nenhum parlamentar compareceu, o que demonstrava a extensão da crise.

Circularam notícias de que a residência de Nereu Ramos seria atacada. Movidos por esse alarme, alguns deputados se dirigiram à casa do candidato, onde, após longo debate, decidiu-se criar um fato político de impacto. Dizendo-se desprovidos de garantias de segurança, no final da tarde do dia 30 de abril, um grupo de deputados liberais pediu asilo à guarnição do Exército, situada na área onde hoje está o Instituto Estadual de Educação. Nereu Ramos, Aderbal Ramos da Silva, Antonieta de Barros, Benjamim Gallotti Júnior, Olívio Amorim, Altamiro Guimarães, Pompílio Pereira Bento, Francisco Barreiros Filho e Renato Barbosa eram alguns do grupo. Acomodados no cassino dos oficiais, os deputados redigiram um pedido de *habeas corpus* ao Tribunal Superior de Justiça Eleitoral para que pudessem locomover-se livremente na cidade sitiada e exercer o seu direito de voto. A ordem foi concedida pelo tribunal, que também resolveu assegurar o seu cumprimento através das forças federais. Assim, um pouco antes da hora marcada para o início da sessão do dia 1º de maio, os asilados, devidamente protegidos, dirigiram-se à Assembleia, que estava isolada por militares portando fuzis e metralhadoras. Os partidários da candidatura do interventor ausentaram-se e os parlamentares presentes, depois de escolherem a Mesa Constituinte, elegeram Nereu Ramos governador, com 18 dos 31 votos que compunham o colégio eleitoral.

Comenta-se que um deputado ficou sem entender direito as várias voltas e reviravoltas acontecidas e as muitas conversas feitas para assegurar a maioria a Nereu. E ao pedir informações a Aderbal Ramos da Silva, ouviu dele a resposta de que a corrente vitoriosa teve que engolir arame farpado com cara de quem estava comendo macarrão.

Esse episódio está relatado em detalhes no livro *Doutor Deba, Poder e Generosidade*, que estará sendo autografado ao final desta sessão pelo seu autor, jornalista Luiz Henrique Tancredo.

O fato demonstra o quanto eram acirradas as contendas políticas em nosso estado nos tempos idos e revela as elevadas doses da boa e salutar paixão partidária que movia os políticos daqueles tempos.

Senhoras, senhores, meus amigos!

Em meu nome, em nome de minha irmã Sílvia e de todos os nossos familiares, agradeço, na pessoa do presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, a homenagem que este Poder presta à memória de Aderbal Ramos da Silva.

Aos oradores que me antecederam, a certeza de que suas generosas palavras tocaram fundo em nosso coração. Aproveito a oportunidade especial para dirigir alguns agradecimentos a pessoas e entidades que enaltecem a figura de nosso pai na passagem do centenário de seu nascimento. Cito, entre elas: a Câmara Municipal de Florianópolis, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Federação Catarinense de Futebol, a Câmara dos Deputados, o Avaí Futebol Clube, a Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, o late Clube Veleiros da Ilha e os veículos de comunicação, que dedicaram generosos espaços aos eventos comemorativos.

Dirijo um agradecimento especial ao querido amigo, empresário Mário Petrelli, cujas ações relacionadas ao centenário de Aderbal Ramos da Silva deram uma dimensão magnífica ao programa comemorativo.

Finalizo, citando palavras do ex-prefeito de Florianópolis, Paulo Weber Vieira da Rosa, publicadas no jornal do Clube Doze de Agosto, em 1985, por ocasião da morte de Aderbal Ramos da Silva.

Sob o título *Um Justo e Bom*, disse o autor:

‘Ele era e merecia um título:

O amigo de todos.

Teve fortuna e teve poder.

Aquela lhe serviu para realizar o bem;

Este para distribuí-lo.

Tinha uma divisa no brasão de sua vida:

Fazer o bem.

Amava fazê-lo.

Aqui, uma comunidade, ali, um necessitado.

Era assim.

Distribuiu-se a todos porque fazia bem à sua alma.

No entanto, frontal,

O poder não lhe veio à cabeça,

Não lhe servia para obter, mas para fazer o bem.

Foi o benemérito das comunidades e dos indivíduos.

Sempre pronto para ajudar.

Não conhecia inimigos,

Mas semelhantes dignos de serem ajudados.

Mesmo que ingratos.

E assim o fez;

Por isso agora deve estar feliz

Nos jardins de Deus’.

Sr. presidente, senhoras e senhores, amigos, mais uma vez emocionada, agradeço por esta bela e marcante homenagem.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Já tivemos um pré-lançamento de candidatura, não só a deputada, mas a presidente da Casa. Quem sabe a Annita seja a primeira mulher a conduzir esta Casa Legislativa, ex-deputado Gilson dos Santos, que já comandou esta Casa.

Cumprimento o sr. Joceli de Souza, presidente da Fundação Catarinense de Cultura, que neste ato representa o governador Raimundo Colombo;

Cumprimento o vereador Renato Geske, representando a Câmara Municipal da capital;

Minhas queridas amigas Annita e Sílvia, filhas do homenageado;

Senhor Mário Petrelli, presidente da *RIC Record*, representando a comissão do centenário de nascimento do dr. Aderbal Ramos da Silva;

Senhor Delfim de Pádua Peixoto Filho, presidente da Federação Catarinense de Futebol;

Deputado Marcos Vieira, ex-deputados Gilson dos Santos e Lecian Slovinski, nossos ex-presidentes;

Familiares, imprensa, catarinenses que presenciam esta sessão especial e aqueles que nos acompanham através da TVAL e da Rádio AleSC Digital.

(Passa a ler.)

“Na antiguidade grega, muito antes de Cristo, onde a política começou a ganhar seu conteúdo e forma, os nossos velhos filósofos já diziam que a democracia se faz com ética, justiça e generosidade. Sem esses três princípios, reiteravam os sábios, a democracia simplesmente não existe e a política se transforma em exercício vazio e pernicioso.

Nosso homenageado, o ex-governador Aderbal Ramos da Silva, o dr. Deba, certamente pertence aos tempos modernos, mas trouxe na raiz de sua vida particular e na política aqueles princípios básicos que, felizmente, nortearam pensamentos, ações e a postura dos sábios de nossa época e as grandes personalidades públicas que iluminaram o caminho de nações inteiras. Basta abrir um bom livro de história para constatar o que dizemos.

O povo mais humilde que amou e foi amado pelo dr. Deba pode até não ter conhecimento dos princípios formais dos filósofos gregos, mas também é sábio e com sua intuição e espírito sempre entendeu o valor e os propósitos de seus líderes políticos.

Sem que o ex-governador precisasse enaltecer seus princípios, todos sabiam e intuam que o dr. Aderbal era movido por aqueles nobres princípios que só os políticos realmente sábios, voltados para o bem maior do seu povo, podem trazer consigo.

A convivência com uma família exemplar, companheira e amorosa certamente foi o terreno ideal para que o dr. Deba pudesse exercer de forma mais forte os seus princípios em todas as atividades por ele exercidas. Até hoje, tantos quantos conheceram Aderbal Ramos da Silva ao referirem-se a ele desenharam o mesmo perfil, homem correto, justo, amigo e muito generoso.

Os que vivem a política no dia a dia sabem como é difícil manter o mesmo espírito generoso em meio aos desafios, agruras e injustiças que se perfilam. Mesmo preservando os melhores princípios, somos humanos e precisamos estar atentos para jamais deixarmos de ser corretos, defensores da justiça e generosos.

Também nisso o dr. Deba era incomparável, não só o povo humilde tinha a atenção do ex-governador, mas os políticos, desde o líder de distrito ou de município mais recôndito, até o figurão com pose de superior, eram recebidos da mesma forma.

O sábio político entendia a alma humana e sabia como vivenciar a política do modo mais puro e verdadeiro, como ela realmente deve ser entendida e vivida. Não só os amigos, admiradores e aliados tinham essa compreensão sobre o dr. Deba, mesmo os adversários políticos conheciam e respeitavam o ex-governador e seus princípios, e portanto, respeitavam-no verdadeiramente.

Com essa manifestação a Assembleia Legislativa considera cumprido o seu dever de, através desta singela sessão especial, marcar o centenário desse ilustre catarinense. E quer agradecer ao dr. Mário Petrelli pela dedicação e zelo com que conduziu todas essas comemorações alusivas ao centenário do nascimento do dr. Deba.

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para um coquetel no *hall* deste Poder e para a noite de autógrafos do livro *Doutor Deba, Poder e Generosidade*, de autoria do jornalista Luiz Henrique Tancredo.

Neste momento teremos a execução do Hino de Santa Catarina, executado pela banda da Polícia Militar, sob a regência do maestro subtenente Ednilson Joel Machado de Souza.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.



## ATOS DA MESA

### ATO DA MESA DL

#### ATO DA MESA Nº 017-DL, de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Dado Cherm para ausentar-se do País, no período de 17 a 23 de abril do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 14 de abril de 2011

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Reno Carmori - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2011

**OBJETO: AQUISIÇÃO, COM INSTALAÇÃO, DE 1.257 m<sup>2</sup> DE PERSIANAS HORIZONTAIS EM MADEIRA SINTÉTICA E 110 m<sup>2</sup> DE PERSIANAS HORIZONTAIS EM ALUMÍNIO.**

**DATA:** 28/04/2011 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 28 de abril de 2011. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)).

Florianópolis, 14 de abril de 2011.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

**ATA DA 5ª REUNIÃO DE ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 12 DE ABRIL DE 2011.**

Às nove horas do dia 12 de abril do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniram-se à Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Luiz Eduardo Cherm, Elizeu Mattos, Dirceu Dresch, Sargento Amauri Soares, Maurício Eskudlark, Darci de Matos substituindo José Nei Alberton Ascarí. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 4ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade e passou a palavra aos Deputados para relatar as matérias em pauta: **O Deputado Maurício Eskudlark** relatou o Projeto de Lei nº 0043.1/2011, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Sargento Amauri Soares e o Projeto de Lei Complementar nº 003.0/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Elizeu Mattos. **O Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o Projeto de Lei Complementar nº 0016.4/2008, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Maurício Eskudlark. **O Deputado Dirceu Dresch** relatou o Projeto de Lei nº 0102.6/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar de nº 004.0/2011 exarou voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado José Nei Alberton Ascarí; o Projeto de Lei de nº 081.7/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete aos Deputado Elizeu Mattos e José Nei Alberton Ascarí. **O Deputado Dado Cherm** relatou o Projeto de Lei de nº 070.4/2011, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Emenda Constitucional de nº 0001.0/2007 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi apro-

vado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0100.4/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 036.2/2011 exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0095.2/2011 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 002./2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon** relatou o Projeto de Lei Complementar de nº 0013.1/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete aos Deputados Dirceu Dresch e Sargento Amauri Soares e os Projetos de Lei de nºs 047.5/2011 e 099.6/2011 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a presença Ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 2011.

**Deputado Romildo Titon**

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### EDITAL

**LANÇAMENTO DO EDITAL DA CERTIFICAÇÃO E TROFÉU RESPONSABILIDADE SOCIAL DESTAQUE SC - 2011**

**Comissão Mista de Responsabilidade Social  
Florianópolis, 30 de março de 2011**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Srs. deputados e sras. deputadas, a sessão ordinária foi suspensa para que possamos lançar, juntamente com as entidades parceiras, o Certificado e o Troféu de Responsabilidade Social.

Convido as seguintes autoridades para fazerem parte da mesa:

Excelentíssimo senhor deputado Volnei Morastoni, que à época sancionou a lei que criou a Certificação da Responsabilidade Social;

Senhor Luis Couto de Oliveira Souto, coordenador-geral do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, neste ato representando o Ministério Público Estadual;

Senhor Glauco José Côrte, primeiro-vice-presidente, neste ato representando o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - Fiesc;

Senhor Sérgio Faraco, presidente do Conselho Regional de Contabilidade;

Senhor Laércio Ventura, presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência - Conede;

Senhor Jorge de Oliveira Mussi, presidente do Observatório Social de Florianópolis;

Senhora Manoela de Borba, representando a Fecomércio;

Senhor Wilson Sanches Rodrigues, neste ato representando o

Sebrae;

Senhor Fábio Braga, secretário da Ampe Metropolitana, neste ato representando o presidente da Federação das Associações das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - Fampesc.

Vamos agora acompanhar um vídeo sobre o tema, para que todos os srs. deputados tenham conhecimento da matéria. Logo em seguida procederemos aos demais atos.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Queremos destacar que estão conosco hoje e que são parceiras neste empreendimento as seguintes autoridades:

Senhor João Eduardo Amaral Moritz, presidente da Câmara Empresarial de Turismo;

Capitão-de-mar-e-guerra Cláudio da Costa Lisboa.

Desde já agradeço a recepção que tive ontem na Capitania dos Portos. Quero agradecer, em nome do comandante Manoel, a receptividade que lá tive.

Senhora Raquel de Cássia Souza Souto, presidente da Comissão Mista da Responsabilidade Social;

Senhor Paulo Rosa, representando a Santur;

Senhora Sueli Irene Zincoski, representando o deputado

Serafim Venzon, secretário de Desenvolvimento Social;

Senhor Eduardo Wan-Dall, representante da Associação Empresarial de Itajaí;

Senhora Daiane de Borba, representando o Senac;

Senhora Marion da Silva Bittencourt, representando a Caixa Econômica Federal;

Senhor Roque Bohnenberger, representando Maurício Batista, chefe da unidade estadual do IBGE/SC;

Senhor Rui Fernando Wolff, representando o Movimento Estadual Objetivo do Milênio.

Senhoras e senhores, o deputado Volnei Morastoni, no exercício do governo do estado, sancionou a lei que criou o Certificado de Responsabilidade Social e o Prêmio de Responsabilidade Social.

Por isso concedo, neste momento, a palavra ao sr. deputado Volnei Morastoni, que teve uma participação expressiva na composição da matéria, juntamente com o então deputado João Paulo Kleinübing, autor do projeto de lei, que fará as considerações devidas em nome da Assembleia Legislativa.

Logo em seguida falará o sr. Glauco Côrte, em nome das entidades que estão conosco neste projeto e depois retomaremos a nossa sessão ordinária.

Na sala de imprensa prestaremos informações aos veículos de comunicação sobre o tema que estamos tratando.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, quero saudar o dr. Glauco José Côrte e todos os representantes das entidades empresariais e sociais que compõem a mesa.

Saúdo as sras. deputadas, os srs. deputados e quero dizer que é com muita honra que neste momento participo deste evento, porque na época, na condição de presidente da Casa e por estar exercendo interinamente o governo do estado, pude sancionar a Lei n. 12.918, de 23 de janeiro de 2004.

O projeto de lei competente foi proposto pelo então deputado João Paulo Kleinübing e trata da criação do Certificado de Responsabilidade Social e do Prêmio de Responsabilidade Social para empresas estabelecidas no território catarinense.

Neste momento, quero parabenizar o presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, que dá seguimento a essa lei proposta ainda em 2004, no sentido de que as empresas do nosso estado, pelo seu trabalho, pelo seu desempenho social, sejam reconhecidas com um certificado e um troféu de destaque.

O presidente Gelson Merisio constituiu, por ato da Mesa Diretora, uma comissão especial de assessoramento, comissão essa que trabalhou com uma agenda de muitas reuniões em 2010, dando continuidade este ano, para dar todos os encaminhamentos necessários e estabelecer os critérios de premiação. Há toda uma agenda de trabalho marcada a partir do dia 13 de abril até o mês de junho, para realizar *workshops* em várias cidades do estado, como Chapecó, Joaçaba, Joinville, Jaraguá do Sul, Rio do Sul, Blumenau, Lages, Criciúma, Tubarão, Florianópolis. Vou solicitar que seja realizado um encontro em Itajaí também, porque é a minha cidade.

Depois dessa fase, haverá treinamento nas empresas para verem como participar dessa importante premiação, baseada sempre nos dados do balanço social do exercício imediatamente anterior.

Todos os critérios estão estabelecidos em lei e vou destacar alguns rapidamente:

- condições de trabalho, de higiene, de segurança;
- restaurante, tíquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados;
- plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programa de qualidade de vida e outras despesas com saúde;
- treinamento, programa de estágio, reembolso de educação, bolsas de estudo, creches, assinatura de revistas, biblioteca e outros investimentos em educação e treinamento de empregados e familiares;
- planos especiais de previdência privada, tais como: fundações previdenciárias, complementação de aposentadoria e outros benefícios aos aposentados;

· participação nos resultados econômicos, seguro, empréstimos, atividades recreativas, transporte e outros benefícios oferecidos aos empregados;

· investimentos nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, educação, defesa civil, pesquisa, obras públicas, campanhas públicas e outros gastos sociais na comunidade, discriminando, inclusive, o número de horas destinadas por seu quadro funcional ao trabalho voluntário.

Esses são alguns dos critérios avaliados para concessão da premiação.

Quero, sr. presidente, para concluir, dizer que acho de fundamental importância que estejamos realmente dando oportunidade para que as empresas de nosso estado possam mostrar o que estão fazendo e sejam reconhecidas.

Eu falo pela saúde, que geralmente é o tema que mais me faz vir à tribuna, área na qual a palavra de ordem, que reiteradamente repito como a essência da questão, muito mais do que os equipamentos de alta complexidade, é humanização. A humanização é a essência. E o Troféu de Responsabilidade Social que está sendo instituído por esta Casa trata justamente de humanização.

Quando prefeito de Itajaí, adotei como política administrativa a colocação do ser humano em primeiro lugar. No dia da posse falei com o governador eleito, porque ele escolheu um lema parecido, "As pessoas em primeiro lugar", e disse-lhe: "É muito bonito, mas na prática não é fácil, porque não depende só de uma pessoa, depende de um conjunto, de toda a organização". Mas é um desafio que não podemos perder de vista: o ser humano deve estar em primeiro lugar!

Então, é esse espírito humano e social que deve permear todos os nossos projetos, empreendimentos e atividades empresariais. E uma das ideias que mais me chamaram a atenção nos últimos livros que pude ler sobre a área de gerenciamento foi a seguinte: nenhuma instituição, nenhuma empresa será 100% se os seus colaboradores, os seus empregados, os seus trabalhadores forem apenas 50%. Se eu tenho uma empresa 100%, eu preciso que as pessoas, que os meus colaboradores também estejam 100%!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Convido para fazer uso da palavra o sr. Glauco José Côrte, vice-presidente da Fiesc, para que, em nome dos parceiros desse empreendimento, faça a sua manifestação.

O SR. GLAUCO JOSÉ CÔRTE - Sr. presidente, deputado Gelson Merisio, deputado Volnei Morastoni, sras. e srs. deputados, meus colegas de mesa, senhoras e senhores, as minhas primeiras palavras são de cumprimento à Assembleia Legislativa pela iniciativa desta lei, mas, sobretudo, pelo fato de haver conseguido mobilizar a sociedade, através das suas entidades empresariais, públicas, assistenciais e sociais, em torno de um projeto relevante para o estado de Santa Catarina.

Para as empresas, sr. presidente, a visão de futuro incorpora a cultura da responsabilidade social, ou seja, ela faz parte do nosso planejamento estratégico corporativo, está no dia a dia da nossa gestão empresarial e, na verdade, significa resposta aos desafios do desenvolvimento sustentável e ao que a sociedade espera do setor privado.

Sr. presidente e srs. deputados, as empresas hoje caminham em direção a uma gestão corporativa cada vez mais eficiente e a política de responsabilidade social está incorporada a essa ação. As empresas praticam a responsabilidade social há muitos anos ou pela via da melhoria da qualidade de vida dos seus trabalhadores, dos seus colaboradores, ou pela via da criação de melhores condições nas unidades em que as empresas estão inseridas. De um lado, promovendo a educação, a saúde, a qualificação das suas equipes de trabalho e suplementando, em muitos casos, as deficiências de ação do próprio governo e, por outro lado, valorizando o ambiente e as comunidades onde se encontram inseridas.

Eu diria que uma empresa realmente só é 100% quando a comunidade onde ela opera está 100%. Não podemos desassociar uma boa empresa de uma boa comunidade. Não há empresa boa numa comunidade que não seja boa para viver, morar e trabalhar. Consideramos que essa lei vai estimular a melhoria das condições de operação das empresas e a melhoria da qualidade de vida das comunidades onde as empresas operam.

Portanto, é com satisfação que, em nome dos colegas de mesa, registro o fato de que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina e a sociedade, representada pelas entidades que aderiram a esse projeto, caminham juntas, procurando melhorar as condições de desenvolvimento sustentável de Santa Catarina e a melhoria da qualidade de vida dos seus trabalhadores e das suas famílias.

Parabéns aos srs. deputados!

Muito obrigado.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Agradeço ao vice-presidente da Fiesc, dr. Glauco José Côrte, aos representantes das entidades aqui presentes e convido-os a se dirigirem à sala de imprensa a fim de responder as perguntas dos profissionais de comunicação.

Muito obrigado!

\*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATOS

### EXTRATO Nº 059/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 019/2011, celebrado em 14/04/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Associação Parkinson Santa Catarina

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico no VI Congresso das Associações de Parkinson do Brasil, que será realizado na Colônia de férias do SESC em Cacupé - Florianópolis - no período de 04 a 06 de maio do corrente ano, incluindo o que abaixo segue:

Espaço físico e mobília para a instalação de Stand;

Folders e pastas para os congressistas;

Destaque da marca da ALESC em banners, cartazes e camisetas, divulgação e distribuição de material institucional.

VALOR GLOBAL: 15.000,00 (quinze mil reais)

VIGÊNCIA: 04/05/2011 e 06/05/2011.

FUNDAMENTO: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Autorização para Processo Licitatório nº 021/2011; Inexigibilidade de Licitação nº 010/2011;

Florianópolis, 14 de abril de 2011.

Deputado Gelson Merisio - ALESC.

Luiza Eveli Britto- Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATO Nº 060/2011

REFERENTE: Inexigibilidade n.º 010/2011, celebrado em 14/04/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Associação Parkinson Santa Catarina

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico no VI Congresso das Associações de Parkinson do Brasil, que será realizado na Colônia de férias do SESC em Cacupé - Florianópolis - no período de 04 a 06 de maio do corrente ano, incluindo o que abaixo segue:

Espaço físico e mobília para a instalação de Stand;

Folders e pastas para os congressistas;

Destaque da marca da ALESC em banners, cartazes e camisetas, divulgação e distribuição de material institucional.

VALOR GLOBAL: 15.000,00 (quinze mil reais)

VIGÊNCIA: 04/05/2011 e 06/05/2011.

FUNDAMENTO LEGAL: caput do art. 25 e inciso II, parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 021/2011 - LIC.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

Florianópolis, 14 de abril de 2011.

Deputado Gelson Merisio - ALESC.

Luiza Eveli Britto- Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIOS

### OFÍCIO Nº 076/11

#### ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITARIOS DE MODELO

Entidade Declarada de Utilidade Pública Municipal Lei n 1.401 de 18/10/1999 e de Utilidade Pública Estadual Lei nLI 13 04 de 25/06/2004

CNPJ 03 351 271/0001 80

Rua Sete de Setembro 308 Centro Modelo/SC CEP 89872-000.

telefone (49) 3365 3566

ABCM OF. Nº 009/2011

Modelo, 05 de Abril de 2011.

Excelentíssimo Senhor

**GELSON MERÍSIO**

Deputado Estadual

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas na lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fim de manter o reconheci-

mento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitários de Modelo, CNPJ 03.351.271/0001-80, com endereço para correspondência na Rua Sete de Setembro, 308, Centro - Modelo, entidade está declarada de utilidade pública pela Lei Estadual de nº 13.024 de 25 de Junho de 2004.

Pede Deferimento,

**ARI MICHELS**

**Presidente da Associação de Bombeiros Comunitários de Modelo**

Lido no Expediente

Sessão de 14/04/11

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 077/11

#### ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE AÇADOR "BOMBEIRO VOLUNTÁRIOS"

FUNDADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 1971

RECONHECIDO DE UTILIDADE PÚBLICA:

PELA LEI MUNICIPAL Nº 23/71 DE 09-09-71 - CNPJ 82.798.653/0001-22

PELA LEI ESTADUAL Nº 4759 DE 30-06-72

PELA PORTARIA FEDERAL Nº 336 DE 02-05-2000

Ofício n.º 29/11

Caçador/SC, 7 de abril de 2011

DA: Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador

PARA: Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Santa

Catarina ASSUNTO: **Declaração de Utilidade Pública Estadual**

Senhor Presidente

Para cumprimento das exigências estabelecidas pela lei n.º 15.125 de 2010, encaminhamos anexo, na forma da lei, a documentação necessária para manutenção do título de Entidade de Utilidade Pública Estadual em favor da **ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CAÇADOR**, CNPJ 82.798.653/001-22, situada a Rua General Antonio Sampaio, 200, Centro de Caçador, Santa Catarina.

No aguardo da concessão da manutenção deste título reiteramos protestos de estima e consideração e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos através do fone/fax (49) 3563 0803 ou e-mail cacador@abresc.com.br.

Atenciosamente,

Dirceu Camati

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 14/04/11

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 078/11

#### FEDERAÇÃO DE FUTEBOL SETE SOCIETY DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Ofício 005/2011

Florianópolis, 6 de abril de 2011

Exmo. Sr.

**DEPUTADO GELSON LUIZ MERÍSIO**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

A par de cumprimentá-lo cordialmente, sirvo-me da presente para solicitar a renovação da utilidade pública estadual da Federação de Futebol Sete Society do Estado de Santa Catarina para 2011, que foi publicada no Diário Oficial 1865 de 11/06/2010 processo PL/0032.9/2010.

Segue em anexo os documentos solicitados para a renovação: relatório anual de atividades, declaração que permanecem cumpridos os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública e balancete contábil.

Sendo o que se apresentava para o momento e colocando-me a disposição de Vossa Excelência para mais informações, colho a oportunidade para renovar protesto de estima e admiração.

Cordialmente,

**THIAGO BRASIL**

Presidente da Furt7-SC

Lido no Expediente

Sessão de 14/04/11

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETOS DE LEI

### PROJETO DE LEI Nº 113/11

Declara de utilidade pública o Instituto de Apoio a Inovação, Incubação e Tecnologia de Palhoça - INAITEC.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto de Apoio a Inovação, Incubação e Tecnologia de Palhoça - INAITEC, com sede no município de Palhoça/SC.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

**Deputada Dirce Heiderscheidt**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 14/04/11*

#### JUSTIFICATIVA

Tomo a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública o **Instituto de Apoio a Inovação, Incubação e Tecnologia de Palhoça - INAITEC**, atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos e econômicos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 114/11

Dá nova redação à alínea "h" do art. 3º da Lei nº 5.867, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre subvenções sociais.

Art. 1º A alínea "h" do art. 3º da Lei nº 5.867, de 27 de abril de 1981, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º .....

h) educação infantil, ensino fundamental, médio, profissionalizante e superior, incluídas as Associações de Pais e Professores - APPs;"

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dóia Guglielmi

*Lido no Expediente*

*Sessão de 14/04/11*

#### JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo dar nova redação à alínea "h" do art. 3º da Lei nº 5.867, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre subvenções sociais.

O primeiro ponto a ser destacado na presente proposição, diz respeito a necessidade de corrigir as nomenclaturas escolares atualmente utilizadas pelo Sistema Estadual de Educação.

A segunda questão, diz respeito a inclusão no mesmo dispositivo das Associações de Pais e Professores - APPs, como entidades que realizam serviços sociais.

As Associações de Pais e Professores - APPs são entidades jurídicas de direito privado, criadas com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional, para a assistência ao escolar e para a integração escola-comunidade.

Ressalta-se, que as APPs têm por finalidade colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família-escola-comunidade. Os objetivos da APM são de natureza social e educativa, sem caráter político, racial ou religioso, assim como sem finalidades lucrativas.

Com base em tais argumentos é que submeto aos meus pares a presente proposição.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 115/11

Dispõe sobre a disponibilização de bebidas dietéticas em eventos públicos realizados no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º É obrigatório a disponibilização de bebidas dietéticas em eventos públicos realizados no Estado de Santa Catarina, a fim de atender a necessidade dos portadores do diabetes.

Parágrafo único. A exigência constante deste artigo, não se refere a bebidas alcoólicas.

Art. 2º A regulamentação, controle e a execução desta Lei, caberá à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dóia Guglielmi

*Lido no Expediente*

*Sessão de 14/04/11*

#### JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo obrigar a disponibilização de bebidas dietéticas em eventos públicos realizados no Estado de Santa Catarina.

A proposta tem como objetivo atingir uma parcela considerável da população que sofre de doenças como a diabetes e obesidade, e que precisam submeter-se a dietas rigorosas, com restrição de açúcar.

Sabemos que na maioria dos eventos públicos onde há venda e distribuição de bebidas como refrigerantes e sucos, inexistente a preocupação em disponibilizar aos portadores do diabetes bebidas sem adição de açúcar.

Com base em tais argumentos é que submeto aos meus pares a presente proposição.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 116/11

Inclui os doadores de sangue do Estado de Santa Catarina no grupo de prioridade para a vacinação contra o vírus H1N1.

Art. 1º Autoriza o Estado de Santa Catarina a incluir os doadores regulares de sangue no grupo de prioridades estabelecidas pelo Ministério da Saúde, para a vacinação contra a "gripe suína", vírus H1N1.

Art. 2º Para efeito desta Lei, são considerados doadores regulares de sangue, aqueles registrados nos hemocentros e bancos de sangue do Estado de Santa Catarina, identificados por documento oficial, expedido por aquela entidade.

§ 1º As entidades referidas na *caput* emitirão carteira de controle das doações de sangue, comprovando a regularidade das doações.

§ 2º O documento previsto por este artigo deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 02 (duas) vezes anuais.

Art. 3º Caberá as autoridades da área da saúde, responsáveis pelo processo de vacinação, providenciar o cumprimento desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dóia Guglielmi

*Lido no Expediente*

*Sessão de 14/04/11*

#### JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo incluir os doadores de sangue do Estado de Santa Catarina no grupo de prioridade para a vacinação contra o vírus H1N1.

A obtenção de doadores voluntários e compatíveis não é uma tarefa fácil, daí a importância de valorizar os doadores de sangue.

Uma das principais causas de o brasileiro não ser doador freqüente é a falta de motivação, daí a necessidade de fornecer incentivos aos doadores de sangue.

Para isso, o presente Projeto de Lei quer incentivar a doação de sangue, possibilitando àqueles que a façam regularmente.

Com base em tais argumentos é que submeto aos meus pares a presente proposição.

\*\*\* X X X \*\*\*

### REDAÇÃO FINAL

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 102/2011

Estabelece a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para operações internas e interestaduais de saída do pinhão em estado natural.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam isentas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS as operações internas e interestaduais de saída do pinhão em estado natural.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de abril de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*